

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS – FCH
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO *STRICTU SENSU* EM GEOGRAFIA**

JULIANA TOSATI NOGUEIRA

**FRONTEIRIÇOS: DIFERENTES TERRITORIALIDADES NO
ASSENTAMENTO ITAMARATI I - MS**

DOURADOS – MS
JUNHO/2011

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS – FCH
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO *STRICTU SENSU* EM GEOGRAFIA**

JULIANA TOSATI NOGUEIRA

**FRONTEIRIÇOS: DIFERENTES TERRITORIALIDADES NO
ASSENTAMENTO ITAMARATI I - MS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação – Mestrado em Geografia -, da Faculdade de Ciências Humanas, da Universidade Federal da Grande Dourados como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Geografia.
Orientadora: Prof^a. Dr^a. Márcia Yukari Mizusaki

DOURADOS – MS
JUNHO/2011

BANCA EXAMINADORA

Presidente e Orientadora: Prof^a. Dr^a. Márcia Yukari Mizusaki

Prof^a. Dr^a. Rosemeire Aparecida de Almeida

Prof^a. Dr^a. Jacira Helena do Valle Pereira

Resultado: Aprovada

Dourados-MS, 22 de Junho de 2011

DEDICATÓRIA

Ao meu querido tio Pe. Edson (In memoriam), instrumento de Deus que me proporcionou uma experiência de vida fundada no amor ao próximo, no respeito a si próprio e na ajuda aos marginalizados e aos excluídos. Agradeço a ele pela pessoa humana que me tornei graças aos seus exemplos de amor, acolhida e humanidade.

À minha querida e amada filha Amanda, que ilumina e aquece os meus dias como raios de sol, às vezes tão impetuosa como a tempestade, às vezes tão terna quanto o desabrochar de uma flor.

Ao meu amado companheiro Vanilton, que foi o primeiro a me apoiar neste trabalho e a me fazer acreditar que a realização dos sonhos é possível; aquele que me ajudou e me serviu como motorista e fotógrafo durante algumas pesquisas de campo, e atuou como babá para que este trabalho fosse possível.

À minha família, especialmente aos meus amados pais, pessoas do campo que trazem no rosto o suor do trabalho rural, nas mãos os calos do trabalho pesado, e no coração o exemplo de amor e respeito à família.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos os camponeses que aceitaram participar desta pesquisa, abrindo as portas de suas casas e confiando a mim suas histórias para que, assim, eu pudesse compreender seus modos de vida no Assentamento Itamarati I.

Agradeço a participação de Ir. Olga Manosso, mulher guerreira que está sempre a serviço da vida, com cuja ajuda eu pude contar nesta empreitada.

À Sandra, assistente social da AGRAER, que sempre nos atendeu com carinho.

Ao meu estimado colega de trabalho Claudemir, que se propôs a ficar com meus alunos enquanto eu cursava as disciplinas do programa de mestrado.

À coordenação do CEIA pela confiança depositada, pelo apoio em mais esta empreitada e pelos longos anos de trabalho que me proporcionaram amadurecimento pessoal e profissional.

À minha querida cunhada que, por muitas vezes, cuidou da minha pequena amada para que eu pudesse estudar.

Aos recursos viabilizados pela CAPES, sob a forma de bolsa de estudos, que chegaram ao final do primeiro semestre e que foram importantíssimos para a realização da pesquisa.

À minha orientadora Márcia Yukari Mizusaki, que aceitou orientar este trabalho e que contribuiu grandemente por me mostrar os caminhos teóricos metodológicos durante os colóquios de discussão.

À duas grandes amigas Biju e Cirlani, pelos bons momentos em que passamos juntas.

À prima Gracieli, pelos longos anos de amizade e cumplicidade que juntas passamos em busca de ideais, mas que a vida nos proporcionou tomar rumos diferentes.

RESUMO

Buscamos, neste trabalho, discutir aspectos da dinâmica socioterritorial em áreas de fronteira internacional, com destaque à análise de famílias ex-brasiguaias, que retornaram do Paraguai e conquistaram seu pedaço de chão no assentamento Itamarati I, Mato Grosso do Sul. Para compreendermos essa dinâmica foi preciso analisar o contexto histórico em que ocorreu a luta pela terra, como o processo que culminou na expropriação de milhares de famílias do sul do Brasil e sua direção rumo ao Paraguai, bem como, seu retorno ao país, mais especificamente, no Assentamento Itamarati I, que faz fronteira com Pedro Juan Caballero, Departamento de Amambay - Paraguai. Este trabalho ainda trata das relações construídas pelos ex-brasiguaios assentados no assentamento Itamarati I. Dessa forma, buscamos identificar os sujeitos fronteiriços, a partir de uma análise de constantes movimentos, ambigüidades e de redefinições, que se constroem nas relações cotidianas, do trabalho camponês, da relação com a vizinhança e com pessoas que vivem do outro lado da fronteira. As entrevistas com os assentados e a pesquisa bibliográfica foram fundamentais para alcançarmos esses objetivos. Verificamos na pesquisa que o assentamento Itamarati I se configurou como uma alternativa de continuarem morando na terra, livre de ameaças, ou mesmo livre do medo de serem coagidos pela população ou autoridades paraguaias. Sentiam-se amedrontados na época em que moravam no Paraguai. Atualmente se sentem cidadãos livres para cruzar a fronteira, vender seus produtos e rever parentes e amigos que continuam vivendo no país vizinho. Nesta análise compreendemos que passaram de um povo sem pátria (quando viviam no Paraguai) a um povo repatriado e reconhecido como cidadãos comuns que têm direitos a deveres a cumprir em sua terra natal. A vida no assentamento lhes proporcionou, além de sua terra de trabalho, a liberdade de expressar suas territorialidades, seja nos costumes, na crença, na cultura.

Palavras-chave: Territorialidade; Fronteira; Luta pela terra; Ex-brasiguaios.

RESUMEN

Buscamos, en este trabajo, discutir los aspectos de la dinámica socio territorial en áreas de la frontera internacional, con destaque al análisis de las familias *ex-brasiguaias*, que volverán del Paraguay y conquistaran su pedazo del suelo en el asentamiento *Itamarati I* en Mato Grosso do Sul. Así para entender esta dinámica se fue necesario analizar el contexto histórico en donde ocurrió la lucha por la tierra, como el proceso que culminó en la expropiación de millares de familias del sur del Brasil y su cambio de dirección rumbo la Paraguay, así como, su vuelta al país, más específicamente, en el asentamiento *Itamarati I* que hace frontera con Pedro Juan Caballero en el Departamento de Amambay - Paraguay. Este trabajo todavía se ocupa de las relaciones construidas pelos *ex-brasiguaios* asentados en el asentamiento *Itamarati I*. De esta forma, buscamos identificar los sujetos fronterizos, a partir de una analicé de movimientos constantes, las ambigüedad y de las redefiniciones, que si construyen en las relaciones diarias del trabajador campesino, la relación con la vecindad y con la gente que viven del otro lado de la frontera. Las entrevistas con los asentados y la investigación bibliográfica fueran fundamentales para alcanzar estos objetivos. Verificamos en la investigación que el asentamiento *Itamarati I* se has configurado como una alternativa para continuaren viviendo en la tierra, libre de amenazas o mismo libre del miedo de ser amenazado por la población o las autoridades paraguayas. Se sentían amedrentadas en la época que vivían en el Paraguay. Actualmente se sienten ciudadanos libres para cruzar la frontera y vender sus productos y rever los familiares y los amigos que continúan viviendo en el país vecino. En esta analice entendemos que pasaran de un pueblo sin patria (cuando vivieron en Paraguay) a un pueblo repatriado y reconocida como ciudadanos comunes que tiene derechos y deberes a cumplir en su tierra natal. La vida en el asentamiento proporcionó a ellos, más allá de su tierra del trabajo, la libertad para expresar sus *territorialidades*, sea en los costumbres, la creencia, o en la cultura.

Palabras-Clave: *Territorialidade*; Frontera; Lucha por la Tierra; *Ex-brasiguaios*.

SUMÁRIO

LISTA DE MAPAS.....	8
LISTA DE FOTOS.....	9
LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS	10
APRESENTAÇÃO DO TEMA.....	11
INTRODUÇÃO.....	12
CAPÍTULO 1 – DESTERRITORIALIZAÇÃO E RETERRITORIALIZAÇÃO CAMPONESA: UMA ANÁLISE A PARTIR DAS MIGRAÇÕES BRASIL - PARAGUAI.....	21
1.1 DESTERRITORIALIZAÇÃO: A MIGRAÇÃO BRASIL-PARAGUAI.....	21
1.2 A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE BRASIGUAIA.....	32
1.3 DESTERRITORIALIZAÇÃO: A MIGRAÇÃO PARAGUAI-BRASIL NO SÉCULO XXI.....	37
CAPÍTULO 2 – ITAMARATI: DE TERRITÓRIO AGROEXPORTADOR ÀS MULTERRITORIALIDADES.....	45
2.1 A LUTA PELA TERRA EM MATO GROSSO DO SUL.....	45
2.2 O ASSENTAMENTO ITAMARATI I.....	49
2.3 ITAMARATI: DE PROPRIEDADE CAPITALISTA A TERRITÓRIO CAMPONÊS.....	54
2.3.1 MST.....	62
2.3.2 CUT.....	67
2.3.3 AMFFI	71
2.3.4 FETAGRI.....	77
CAPÍTULO 3 - RETERRITORIALIZAÇÃO CAMPONESA: A VIDA NO ASSENTAMENTO	81
3.1 A LUTA PELA PERMANÊNCIA NA TERRA.....	81
3.2 FETAGRI: GRUPO M4 “AR LIVRE”.....	98
3.3 CUT	100
3.4 MST.....	102
CAPÍTULO 4 – HOMENS E MULHERES FRONTEIRIÇOS: CAMINHOS E LUTAS PARA A PERMANÊNCIA NA TERRA	108
4.1 A COMPLEXIDADE DA FRONTEIRA	108
CONSIDERAÇÕES FINAIS	125
REFERÊNCIAS	129
ANEXOS	133

LISTA DE MAPAS

MAPA 1 - ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL	
LOCALIZAÇÃO DO ASSENTAMENTO ITAMARATI I, NO MUNICÍPIO DE PONTA PORÃ.....	15
MAPA 2 - LOCALIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE PONTA PORÃ - MS E ASSENTAMENTO ITAMARATI I.....	51
MAPA 3 - ASSENTAMENTO ITAMARATI E TERRITORIALIZAÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIOTERRITORIAIS	53
MAPA 4 - TERRITORIALIZAÇÃO DO MST – MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM -TERRA NO ASSENTAMENTO ITAMARATI I	64
MAPA 5 - TERRITORIALIZAÇÃO DA CUT – CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES NO ASSENTAMENTO ITAMARATI I.....	69
MAPA 6 - TERRITORIALIZAÇÃO DA AMFFI - ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES E FUNCIONÁRIOS DA FAZENDA ITAMARATI NO ASSENTAMENTO ITAMARATI I.....	73
MAPA 7 - TERRITORIALIZAÇÃO DA FETAGRI – FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA NO ASSENTAMENTO ITAMARATI I.....	79
MAPA 8 - TERRITORIALIDADES NA FRONTEIRA BRASIL-PARAGUAI.....	112

LISTA DE FOTOS

FOTO 1 - AMBULÂNCIA PARA O TRANSPORTE DE PACIENTES À PONTA PORÃ	77
FOTO 2 – LOTE INDIVIDUAL DE AUTOCONSUMO DE DONA JOSEFA, INTERCALANDO CRIAÇÃO DE AVES E POMAR, GRUPO NOVO ELDORADO CUT	83
FOTO 3 – ÁREA INDIVIDUAL DESTINADA À PRODUÇÃO DE AUTOCONSUMO, PLANTIO DE ABACAXI CONSORCIADO COM OUTRAS CULTURAS. LOTE DO SR. JOSÉ DO GRUPO “AR LIVRE” DA FETAGRI.....	84
FOTO 4 – MONOCULTURA DA SOJA NA ÁREA IRRIGADA ATRAVÉS DA ASPERSÃO DE PIVÔ.....	92
FOTO 5 – ÁREA INDIVIDUAL DE AUTOCONSUMO: PRODUÇÃO IRRIGADA CONSORCIADA COM PLANTIO DE COUVE, TOMATE, BATATA. PROPRIEDADE DO SR. JOSÉ, GRUPO M4 “AR LIVRE”, DA FETAGRI.	100
FOTO 6 - CRIAÇÃO DE GADO LEITEIRO NO LOTE INDIVIDUAL DA FAMÍLIA LIMA	102
FOTO 7 – VISTA PARCIAL DO QUINTAL E MANGUEIRA DO SR. GENIVALDO, ASSENTADO NO MST	103
FOTO 8 – FRITURA DE TOUCINHO SUÍNO E CONFEÇÃO DE TORRESMO E BANHA, LOTE DO CASAL SHNEIDER, GRUPO 6 MST	104
FOTO 9 – VISTA DA ENTRADA DO POSTO DE SAÚDE DO ASSENTAMENTO ÍTAMARATI I	105

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

AGRAER – AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO E EXTENSÃO RURAL
AMFFI – ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES E FUNCIONÁRIOS DA FAZENDA ITAMARATI
APP – ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE
BNDES – BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL
CAND – COLÔNIA AGRÍCOLA NACIONAL DE DOURADOS
CNBB – CONSELHO NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL
COFINS – CONTRIBUIÇÃO PARA O FINANCIAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL
CONTAG – CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA
CPT – COMISSÃO PASTORAL DA TERRA
CUT – CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES
DTRE/CUT-MS – DEPARTAMENTO ESTADUAL DOS TRABALHADORES RURAIS DA
CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES DE MATO GROSSO DO SUL
FAF – FEDERAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR
FETAGRI – FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES DA AGRICULTURA
IBR – INSTITUTO DE BIENESTAR RURAL
ICMS – IMPOSTO SOBRE COMERCIALIZAÇÃO DE MERCADORIAS E SERVIÇOS
INCRA – INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA
MERCOSUL – MERCADO COMUM DO SUL
MMC – MOVIMENTO DAS MULHERES CAMPONESAS
MST – MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA
PDA – PLANO DE DESENVOLVIMENTO DO ASSENTAMENTO
PMDB – PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO
PNRA – PLANO NACIONAL DE REFORMA AGRÁRIA
PRONAF – PROGRAMA NACIONAL DE FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR
RL – RESERVA LEGAL
SOMEÇO – SOCIEDADE MELHORAMENTOS DE COLONIZAÇÃO
STR – SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS
TDAs – TÍTULOS DA DÍVIDA AGRÁRIA

APRESENTAÇÃO DO TEMA

O que nos motivou a trabalhar com o tema foi o contato que temos com algumas pessoas ligadas à CPT (Comissão Pastoral da Terra) como: Vanilton Camacho da Costa – Agente Pastoral; Irmã Olga Manosso, Irmã Gema Menegatt, Irmã Lucinda Moretti, – Religiosas da Congregação Irmãs da São José de Chambery ligadas à Igreja Católica e desenvolvem trabalho pastoral voluntário na CPT-MS; Padre Adriano Van de Ven – Religioso da Congregação Verbo Divino; e, Valtair Gonçalves Prado – Agente Pastoral e técnico agrícola, reside no Assentamento e desenvolve o trabalho de orientação no campo aos assentados, especialmente àqueles que trabalham com produção agroecológica. Algumas dessas pessoas protagonizaram a luta pela terra no Estado e, também, participaram do nascimento do principal movimento socioterritorial de Mato Grosso do Sul, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

Já havíamos tido contato com o Assentamento durante a graduação quando realizamos nossa monografia de conclusão de curso, intitulada “O Movimento das Mulheres Camponesas e suas lutas na terra: um estudo no assentamento Itamarati, Estado de Mato Grosso do Sul”. Nessa pesquisa, trabalhamos com a perspectiva da conquista e permanência na terra a partir do Movimento das Mulheres Camponesas (MMC), abordando o papel que a mulher camponesa desempenha, identificando suas lutas.

Para a efetivação desta pesquisa, realizamos levantamentos bibliográficos e algumas entrevistas junto aos assentados, ao órgão governamental – AGRAER (Agência de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural) Posto Avançado do Assentamento Itamarati e à CPT.

Buscamos compreender aspectos da dinâmica socioterritorial em áreas de fronteira internacional, neste caso entre Brasil e Paraguai, tratando, especificamente, das famílias ex-brasiguaias com intuito de compreender suas trajetórias migracionais, territorialização no Assentamento Itamarati I e apontar as características da fronteira Brasil-Paraguai, bem como identificar o homem/mulher fronteiriço do ponto de vista social, cultural e econômico.

INTRODUÇÃO

Buscamos, neste trabalho, discutir aspectos da dinâmica socioterritorial em áreas de fronteira internacional, com destaque à análise de famílias ex-brasiguaias, que retornaram do Paraguai e conquistaram seu pedaço de chão no Assentamento Itamarati I, Mato Grosso do Sul. Para a realização deste estudo, nos pautamos em pesquisadores que pudessem nos orientar quanto às suas reflexões. O conceito de território é o que norteia a pesquisa, para compreendermos a territorialidade na fronteira Brasil-Paraguai.

Para Haesbaert (2006) o conceito de território é muito amplo e pode ser visto a partir de uma concepção materialista, naturalista, econômica, social, política e idealista. Esse autor, contudo, entende o território a partir de uma perspectiva integradora, ou seja, faz uma abordagem de maneira que integre todas as demais concepções. Assim, afirma Haesbaert (2006, p. 235):

[...] existem definições integradoras, como a que defendemos aqui, e que vêem o território - ou os processos de territorialização - como fruto da integração entre relações sociais e controle do/pelo espaço, relações de poder em sentido amplo, ao mesmo tempo de forma mais concreta (dominação) e mais simbólica (um tipo de apropriação).

Partindo dessa visão integradora, território define-se pela relação entre os homens e dos homens com a natureza.

O Estado exerce papel importante na reprodução do espaço, imprimindo novos recortes e novas relações. Esse é o caso da reorganização territorial ocorrida na antiga Fazenda Itamarati em que o Estado (órgão regulador) mediou a transformação da Fazenda em Assentamento.

Segundo Fernandes (2008), o território é uma das categorias de análise da geografia e, recentemente, tornou-se um conceito muito utilizado por diversas ciências que se ocupam dos processos de produção do espaço, além de ser utilizado, também, como motivo para disputas entre as classes sociais para determinar quem terá o controle sobre o território e,

muitas vezes, essas disputas vêm acompanhadas de conflitos. Sobre esse assunto, Fernandes (2008, p. 5) afirma:

A conflitualidade é o processo de relações de enfrentamento permanentes nas interpretações que objetivam as permanências e ou as superações das classes sociais, grupos sociais, instituições, espaços e territórios. As contradições produzidas pelas relações sociais criam espaços e territórios heterogêneos, gerando conflitualidades. As classes sociais, suas instituições e o Estado produzem trajetórias divergentes e diferentes estratégias de reprodução sócio-territorial. A conflitualidade é apenas um componente. Esse processo é formado por diversos componentes [...]. O âmago da conflitualidade é a disputa pelos modelos de desenvolvimento em que os territórios são marcados pela exclusão das políticas neoliberais, produtora de desigualdades, ameaçando a consolidação da democracia.

Partindo da idéia de território desses autores e da idéia de conflitualidade destacada por Fernandes, podemos afirmar que a disputa por territórios é, de fato, uma luta repleta de conflitos, pois, de acordo com Santos (2002, p. 9):

[...] O território é o lugar em que desembocam todas as ações, todas as paixões, todos os poderes, todas as forças, todas as fraquezas, isto é, onde a história do homem plenamente se realiza a partir das manifestações da sua existência.

A territorialidade, por sua vez, seria a face “vívda” no dado território pelos membros do grupo social. Isso envolve, em outras palavras, tudo o que se vive, tudo o que se faz, tudo o que se transforma, por intermédio das relações existenciais ou produtivas; sendo que essas relações podem ser relações com a natureza e com os próprios seres sociais. Segundo Raffestin (1993), a territorialidade pode ser definida como um conjunto de relações que se originam em um sistema tridimensional sociedade-espaço-tempo, em vias de atingir a maior autonomia possível com os recursos do sistema. De acordo com Raffestin (1993, p. 161-162):

Cada sistema territorial segrega sua própria territorialidade, que os indivíduos e a sociedade vivem. A territorialidade se manifesta em todas as escalas espaciais e sociais; ela é consubstancial a todas as relações e seria possível dizer que, de certa forma, é a face “vívda” da face agida do poder

Nesse sentido, o estudo sobre fronteira é importante para compreendermos a territorialidade dos ex-brasiguaios assentados no assentamento Itamarati I, que faz fronteira com Pedro Juan Caballero, Departamento de Amambay - Paraguai.

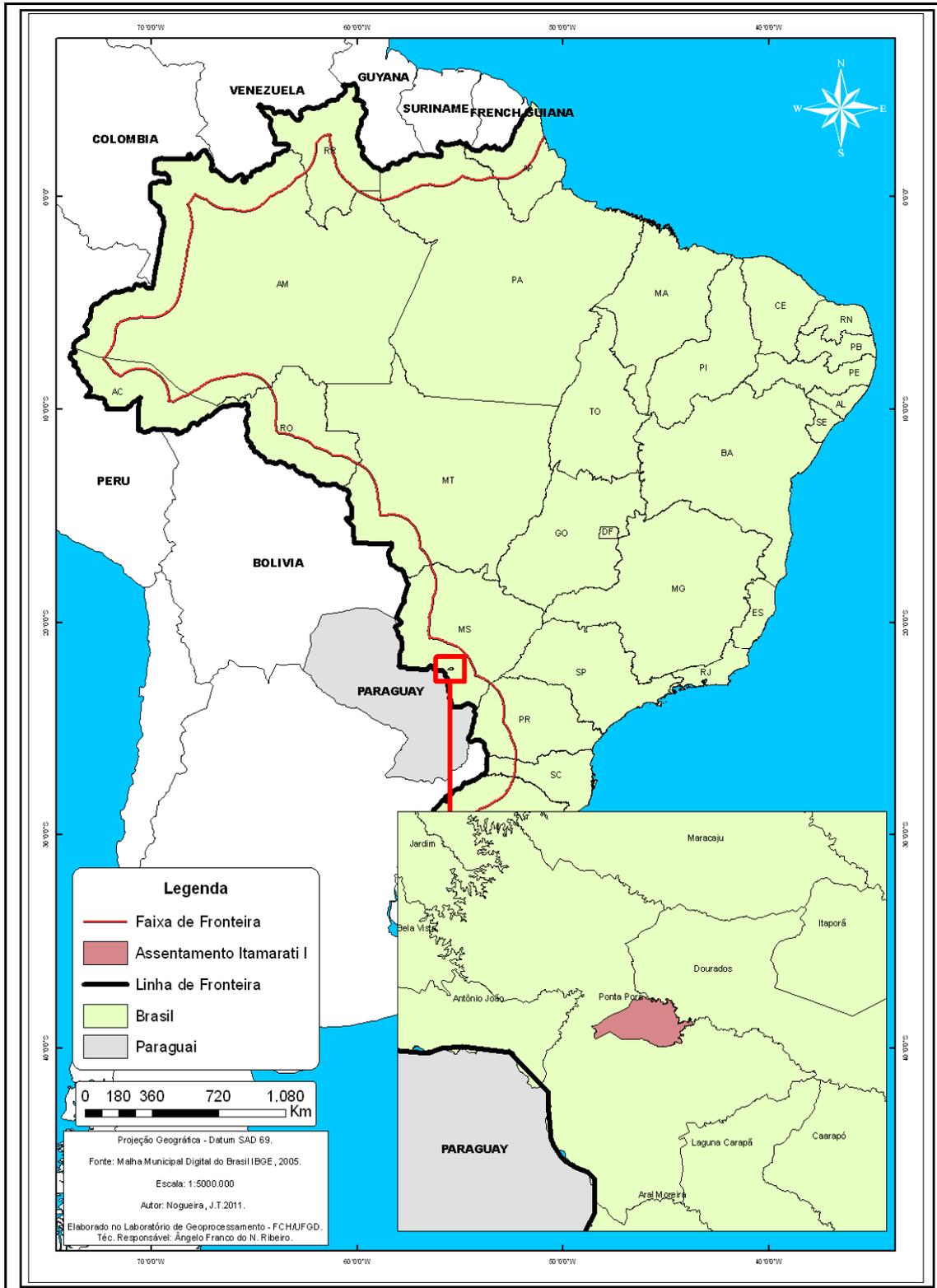
Dessa forma, identificamos a territorialidade a partir das relações cotidianas do trabalho camponês, da relação com a vizinhança e com pessoas que vivem do outro lado da fronteira e do fluxo de comércio existente entre os dois países.

A fronteira internacional entre Brasil e Paraguai estende-se desde Foz do Iguaçu, no Paraná, até Corumbá, em Mato Grosso do Sul mas, o recorte territorial definido para análise foi o Assentamento Itamarati I, no Município de Ponta Porã - BR que faz fronteira com Pedro Juan Caballero - PY (Mapa 1).

Fronteira, limite e divisa não são sinônimos. Tratam-se de coisas completamente diferentes, mas que no senso comum são utilizados como termos equivalentes. O limite é invisível e abstrato, tendo sido incorporado por meio do tratado jurídico das nações limítrofes. A divisa, por sua vez, seria representada por marcos e monumentos construídos (demarcações visíveis), para o controle das alfândegas, que tem o papel de fiscalizar o fluxo de comércio e de pessoas que ultrapassam os limites internacionais. A fronteira é constituída como uma zona (faixa) existente entre dois países, não tem uma área delimitada muito precisa, porém os países a definem como área de segurança nacional. No caso do Brasil, estipulou-se uma zona de 150 km a partir do limite internacional (ALBUQUERQUE, 2010).

A fronteira pode ser entendida como meio de poder sobre os Estados-Nação a fim de manter a defesa dos seus limites físicos ou geográficos, que separam as unidades políticas. Essa linha divisória acaba interferindo na vida cotidiana das populações que vivem em determinados locais, assim como os camponeses que habitam a fronteira Ponta Porã – Pedro Juan Caballero, cidades estas conhecidas como cidades gêmeas constituídas por divisas “secas”, ou seja, sem a interferência de rios ou mesmo outras transposições geográficas, ou melhor, são separadas (ou unidas) por uma avenida.

Mapa 1 - Estado de Mato Grosso do Sul
Localização do Assentamento Itamarati I, no município de Ponta Porã



A fronteira pode ser entendida também como um processo de formação social e histórica, conduzido a um processo de contínua transformação, em que, inúmeras vezes, ela foi e, em muitos casos, ainda é, espaço de conflito entre Nações. A partir da elaboração dos limites estipulados por cada Estado, segundo Riquelme (2005, p. 55), temos a soberania referente à capacidade de decisão e gestão que um estado tem de levar a diante seus projetos e programas.

[...] o conceito de soberania continua sendo fundamental para entender o desenvolvimento de processos econômicos e sócio-demográficos, especialmente em regiões onde os estados pequenos e frágeis como o Paraguai, que sem ter se constituído plenamente em um estado nacional e sem ter exercido nunca o controle de seu amplo território fronteiriço, passou a tomar parte de um esquema de integração regional com os países maiores e mais desenvolvidos da região: a Argentina e o Brasil.

Acreditamos ser relevante falar de soberania territorial para identificarmos que o processo de globalização dos mercados influencia diretamente os Estados, que perdem seu poder legislador perante a permeabilidade das fronteiras e a eliminação das barreiras impostas para legislar o livre comércio, onde os dois países estudados estão à mercê das grandes corporações e, mais ainda o Paraguai que, para Riquelme (2005), mesmo tendo ingressado no MERCOSUL, não encontrou, até agora, os benefícios econômicos esperados. Ao contrário, houve um aprofundamento do processo de cessão da soberania em troca de uma cooperação regional, caracterizada por relações muito assimétricas entre seus membros.

O Paraguai, ao contrário de defender sua soberania territorial, abriu as portas à imigração brasileira a partir de 1960, quando o governo Stroessner deixou que entrassem brasileiros para povoar suas fronteiras, primeiro com os nordestinos, depois com os sulistas, sem se preocupar com uma política que pudesse suprir as necessidades dessa população estrangeira, em sua maioria, expropriada de suas terras devido à modernização da agricultura e à monocultura da soja que se instalava no Brasil naquele momento. Resultando, assim, no que houve em meados da década de 1980, quando vieram as primeiras migrações de brasileiros que lá moravam, devido ao que Batista (1990) chama de “transnacionalização do capital” ter chegado a suas lavouras também no país vizinho.

Tomaremos como base o artigo escrito por Claude Raffestin (2005, p. 10), afirmando que:

A fronteira vai muito mais além do fato geográfico que ela realmente é, pois ela não é só isso. Para compreendê-la, é preciso retornar à expressão “*regere fines*” que significa tratar em linha reta as fronteiras os limites. É o mesmo procedimento

utilizado pelo padre na construção de um templo ou de uma cidade, quando ele determina esse espaço consagrado sobre o terreno. Nessa operação o caráter mágico fica evidente: trata-se de delimitar o interior e exterior, o reino do sagrado e o reino do profano [...], pois segundo Benveniste, a noção de fronteira é ao mesmo tempo material e moral. Assim, uma fronteira não é somente um fato geográfico, mas também é um fato social de uma riqueza considerável pelas conotações religiosas nele implícitas.

É necessário dizer que as fronteiras vão além dos limites geográficos e de jurisdição de um Estado, pois constituem zonas vivas naturais, artificiais, culturais, políticas, religiosas, etc. Portanto não são um espaço fixo, onde há uma delimitação exata. Na realidade, a fronteira passa a existir quando dois grupos têm culturas e características diferentes, mas convivem com essas diferenças. Podemos tomar como exemplo Brasil e Paraguai, que caracterizam bem essa fronteira móvel.

Ao fazermos um estudo sobre as fronteiras, não podemos nos prender apenas ao aspecto fixo e estático que os livros didáticos (principalmente de geografia) trazem a respeito das fronteiras físicas dos Estados. Ou seja, não podemos pensar que o mapa do Brasil que temos hoje foi sempre assim, com todas as divisões políticas já definidas desde o início. Há de se considerar que, para se ter o mapa com todo esse território, foi preciso muita luta e conflito para conquistá-lo, ou seja, “essas teorias das fronteiras em movimento permitem questionar essas imagens fixas e pensar as nações e a formação das fronteiras nacionais como processos dinâmicos, geopolíticos, em constante movimento” (ALBUQUERQUE, 2010, p. 43).

A geopolítica tem um papel importante no estabelecimento dessas fronteiras em movimento, uma vez que usou de suas estratégias de poder para expandir seus territórios denominados de “espaços vazios”, como é o caso da expansão da frente pioneira nas regiões amazônica e centro-oeste brasileiros.

Martins (1997) discute aspectos da multiplicidade da fronteira, trabalhando a fronteira como local das observações e do conhecimento sobre os conflitos e dificuldades da constituição do humano e afirma que “é na fronteira que podemos observar melhor como as sociedades se formam, se desorganizam ou se reproduzem [...], na fronteira o homem não se encontra - se desencontra” (MARTINS, 1997, p. 12).

Para esse autor, a fronteira não pode ser reduzida apenas a uma fronteira geográfica, pode ser vista por diversos aspectos, como “fronteira da civilização [...], fronteira espacial, fronteira de culturas e visões de mundo, fronteira de etnias, fronteira da história e da historicidade do homem. E, sobretudo fronteira do humano” (MARTINS, 1997, p. 13).

E continua argumentando que, as sociedades latino-americanas ainda estão no estágio da fronteira, onde quer seja, as relações políticas e sociais estão marcadas pelo

movimento de expansão demográfica sobre terras “não ocupadas” ou “insuficientemente” ocupadas. Sob seu ponto de vista, a última grande fronteira da América Latina é a Amazônia brasileira que, a partir do golpe do Estado de 1964 e da ditadura militar, se transformou em local de massiva ocupação, até a reinstalação do regime democrático em 1985.

Nesse livro, o autor define a fronteira no Brasil como ‘situação de conflito social’, sendo que “nesse conflito, a fronteira é essencialmente o local da alteridade” (MARTINS, 1997, p. 150). Essa alteridade faz da fronteira um local único, de encontro do outro.

A fronteira só deixa de existir quando o conflito desaparece, quando os tempos se fundem, quando a alteridade original e mortal dá lugar à alteridade política quando o *outro* se torna parte antagônica de *nós*. Quando a História passa a ser *nossa História*, a História da nossa diversidade e pluralidade, e nós já não somos nós mesmos porque somos antropofagicamente nós e o outro que nós devoramos e nos devorou (MARTINS, 1997, p. 151).

E continua, afirmando que, no Brasil, a fronteira aparece como o “limite do humano”. “A fronteira é a fronteira da humanidade” e que, além dessa fronteira humana, está o não-humano, o animal o natural. Na fronteira, há sempre dois lados, e não um lado só, o suposto lado da civilização; há o lado de cá e o lado de lá. A partir dessa concepção, fica mais abrangente estudar a fronteira como concepção de fronteira do humano (MARTINS 1997).

Para esse autor, o Brasil é um país apropriado para estudar a fronteira nessa perspectiva do humano, pois, nas últimas décadas, tribos indígenas de diferentes etnias foram contatadas pela primeira vez pelos “civilizados”, muito diferentes entre si, podendo ser: o camponês, o garimpeiro, o peão, o empresário, o grande fazendeiro, o antropólogo, o religioso, etc.

É, então, a partir desses pressupostos, que esta dissertação de mestrado tem, como objetivo principal, compreender aspectos da dinâmica territorial em áreas de fronteira internacional, com destaque às famílias ex-brasiguaias, que retornaram do Paraguai e conquistaram seu pedaço de chão no Assentamento Itamarati I. Devido à extensão territorial do Assentamento e devido ao fato de que os ex-brasiguaios se encontram presentes em todos os movimentos sócioterritoriais¹ lá existentes² (com exceção da AMFFI – Associação dos

¹ Utilizamos o termo movimento sócioterritorial que surgiu em FERNANDES, B.M. Movimento social como categoria geográfica. In: *Questão agrária, pesquisa e MST*. São Paulo: Cortez, 2001. Para o autor, os movimentos sócioterritoriais têm o território não só como trunfo. Este é essencial para sua existência.

² No assentamento Itamarati I existem quatro movimentos sócioterritoriais, sendo eles: AMFFI - Associação dos moradores e trabalhadores da fazenda Itamarati; CUT - Central Única dos trabalhadores; FETAGRI - Federação dos trabalhadores da Agricultura; MST - Movimento dos trabalhadores Rurais Sem Terra.

Moradores e Funcionários da Fazenda Itamarati), nosso objeto de estudo se dirige aos ex-brasiguaios da FETAGRI, da CUT e do MST.

Para alcançarmos tal objetivo, foi preciso voltar e rememorar dois momentos distintos: (1) o período que levou a uma migração em massa de famílias brasileiras ao Paraguai, principalmente entre os anos 1960 e 1980; e o seu retorno ao Brasil, especificamente a partir de meados de 1980, utilizando-se da identidade brasiguiaia como meio de requerer a posse da terra; (2) identificar, por meio da pesquisa de campo, a re-territorialização dos ex-brasiguaios no Assentamento Itamarati I, retratando seus modos de vida (territorialidade) procurando identificar suas estratégias de resistência.

Analisamos os desdobramentos das relações entre um grande proprietário de terra capitalista (ex-proprietário da Fazenda Itamarati) e camponeses (trabalhadores rurais sem terra que se uniram para requerer a posse da terra). Buscamos, dessa forma, entender as relações sociais existentes no interior do Assentamento Itamarati I, apontando reflexões sobre as diferentes territorialidades produzidas, com destaque às famílias ex-brasiguaias, compreendendo-as no contexto das particularidades de uma região de fronteira internacional (fronteira Brasil - Paraguai) em que se evidenciam relações e movimentos socioterritoriais específicos de luta pela terra, bem como homens e mulheres com cultura, economia e política características de uma região de fronteira.

Analisamos, a partir da pesquisa de campo, aspectos das transformações territoriais ocorridas no Assentamento após a sua criação pelo Governo Federal. Utilizamos fontes orais coletadas junto ao MST, FETAGRI e CUT em quatro etapas: a primeira em julho/2009, a segunda em dezembro/2009, a terceira em abril/2010 e a quarta em dezembro/2010. Para a escolha das famílias a serem entrevistadas contatamos, inicialmente, a religiosa Irmã Olga Manosso - ligada à Igreja Católica e voluntária da CPT (Comissão Pastoral da Terra), residente no Assentamento Itamarati- e a assistente social da AGRAER, Sandra Araújo. A partir do momento em que passamos a conhecê-los e identificá-los, fizemos a escolha aleatória das famílias dos três movimentos que nos propusemos a estudar.

Os questionários abertos foram aplicados a um total de 17 famílias assentadas, a dois representantes da AGRAER, e a três representantes da CPT que acompanham o nascimento da luta pela terra no Estado de Mato Grosso do Sul e, principalmente, a desapropriação da Fazenda Itamarati, em que buscamos retratar a territorialidade dos ex-brasiguaios em área de fronteira.

Este trabalho se justifica pela importância que o estudo das relações da fronteira Ponta Porã/BR e Pedro Juan Caballero/PY tem no âmbito da ciência geográfica, uma vez que

buscamos estabelecer um diálogo entre a concepção de fronteira e o cotidiano dos assentados, bem como identificar suas lutas na terra.

No capítulo 1, tratamos da expropriação de trabalhadores brasileiros em direção ao Paraguai ao longo dos anos 1960/70/80 tendo como pano de fundo o avanço da frente pioneira sobre a frente de expansão. Destacamos a gênese da expressão “brasiguai”, bem como seu posterior uso como identidade de classe a partir da estratégia de organização dos brasileiros expropriados da terra no Paraguai que aconteceu a partir do grande acampamento de sem terras, chamados de “brasiguaios”. Faremos, também, a análise histórica das famílias de ex-brasiguaios que conquistaram a terra no Assentamento Itamarati I, no início dos anos 2000, situando-as nos fatores de expulsão/atração que levou milhares de famílias brasileiras a migrarem para o Paraguai, bem como sobre o regresso desses migrantes ao território brasileiro, até a conquista do lote no Assentamento Itamarati I.

No segundo capítulo, faremos um breve histórico a respeito das principais formas de luta pela terra a fim de situarmos a questão fundiária do Estado de Mato Grosso do Sul. Tratamos, também, da localização e processo de compra/venda da Fazenda Itamarati e do significado da luta pela terra. Abordamos as diferentes territorialidades presentes no Assentamento além de demonstrar, cartograficamente, como era o território agroexportador e como se expressam as multiterritorialidades.

No capítulo 3, tratamos das estratégias de resistência das famílias ex-brasiguaias no Assentamento, abordando as diferentes formas organizacionais em que se inserem e seus significados para a permanência na terra, fazendo uma análise dos desdobramentos do processo de reterritorialização camponesa na antiga Fazenda Itamarati, tomando como estudo de caso os “ex-brasiguaios”, que se encontram ligados à FETRAGRI, ao MST e à CUT.

No capítulo 4, objetivamos analisar as características da fronteira Brasil-Paraguai para compreender a territorialização dos movimentos socioterritoriais que lutam pela terra, bem como identificar o homem e a mulher fronteiriços, do ponto de vista social, cultural e econômico.

Nas considerações finais serão reforçados os pontos relevantes desta pesquisa, no que se refere à territorialidade de homens e mulheres que vivem na fronteira.

CAPÍTULO 1 – DESTERRITORIALIZAÇÃO E RETERRITORIALIZAÇÃO CAMPONESA: UMA ANÁLISE A PARTIR DAS MIGRAÇÕES BRASIL - PARAGUAI

Neste capítulo tratamos a respeito da expropriação de trabalhadores brasileiros em direção ao Paraguai ao longo dos anos 1960/70/80, tendo como pano de fundo o avanço da frente pioneira sobre a frente de expansão. Destacamos a gênese da expressão “brasiguai”, bem como seu posterior uso como identidade de classe, a partir da estratégia de organização dos brasileiros expropriados da terra no Paraguai, que aconteceu a partir do grande acampamento de sem terras, chamados de “brasiguaios”. Faremos especificamente a análise histórica das famílias de ex-brasiguaios que conquistaram a terra no Assentamento Itamarati I, no início dos anos 2000.

Destacamos aqui a importância para o nosso estudo de buscar compreender o que é e como nasceu a expressão brasiguai bem como descrever porque denominamos esses imigrantes brasileiros reterritorializados no assentamento Itamarati I de ex-brasiguaios.

1.1 Desterritorialização: a migração Brasil-Paraguai

Até a década de 1950, o Brasil incluía-se entre os países de imigração, estimando-se em mais de cinco milhões os imigrantes procedentes de países europeus e do Japão que se assentaram especialmente no Sul e Sudeste do país (PATARRA apud OLIVEIRA 2005, p.61).

A partir do final da década de 1960, a situação se inverte. Milhares de famílias brasileiras iniciaram o processo migratório ao Paraguai oriental. Segundo Bárbara (2005), uma parcela considerável desse movimento populacional foi fruto dos efeitos da política agrária do Brasil. Envolveu também um contingente de grandes proprietários rurais e

empresários agrícolas que buscavam terras mais baratas e férteis no Paraguai.

Para Bárbara (2005, p.336-337), a dinâmica da migração brasileira ao Paraguai pode ser esquematizada em três períodos:

Os fluxos migratórios durante a década de 60 eram compostos por pessoas oriundas do Norte e Nordeste do Brasil. Eram posseiros que já tinham passagens pelos Estados de Minas Gerais São Paulo e Paraná [...]. A segunda marcha da imigração brasileira ocorreu ao longo da década de 1970. Ingressaram no Paraguai maciços fluxos de camponeses oriundos do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul [...]. A terceira dinâmica intensifica-se a partir de meados da década de 1980. O sentido do fluxo migratório é invertido. Ocorre o retorno de milhares de famílias brasileiras. Com a expansão da fronteira agrícola da soja para o Paraguai oriental assistiu-se ao deslocamento de muitas tensões sociais brasileiras para essa área. Esses episódios são agravados pelo fim do contrato de arrendamento e pela grilagem, em função de títulos de terras falsos vendidos pelo Instituto de Bem-Estar Rural (IBR), uma espécie de INCRA paraguaio aos brasileiros.

O início do governo ditatorial do presidente Alfredo Stroessner, em 1954, coincidiu com a imigração de muitos brasileiros em território paraguaio. No ano de 1961, o então presidente cria o programa *Marcha al Este* que tinha por objetivo ocupar a fronteira leste com camponeses paraguaios. Em 1963, Stroessner excluiu da Lei de Terras de 1940 o artigo que proibia a venda de terras para estrangeiros, acelerando o processo de venda de terras a latifundiários e empresas estrangeiras, expropriando milhares de famílias paraguaias de suas propriedades.

Com a abertura da fronteira paraguaia promovida pelo governo Stroessner cujo objetivo era “colonizar” essa área fronteiriça, milhares de famílias camponesas brasileiras, em sua maioria paranaenses, mas também sul-mato-grossenses, se deslocaram para a fronteira leste paraguaia. Segundo o então presidente Stroessner, esses sulistas já tinham longos anos de experiência rural e poderiam trazer desenvolvimento ao país.

A partir da década de 1970, o campo brasileiro passou por um processo de modernização, causando a expropriação de milhares de famílias camponesas que trabalhavam como arrendatários, meeiros, bóias-frias e/ou pequenos proprietários rendeiros, conforme destaca Batista (1990, p. 89):

Nos últimos anos os cafezais deram lugar aos cultivos de soja e trigo no Paraná, apresentando alto índice de mecanização da agricultura e, com isso, o colono de várias regiões do Paraná emigrou, e vários deles constituem grande parte dos brasiguaios, vivendo no Paraguai, aumentando o número de bóias-frias, arrendatários, meeiros, na luta camponesa pelo direito à terra [...], o modelo de modernização da agricultura desenvolve atividades monocultoras regionalizadas com o uso da tecnologia avançada e da mecanização. Utilizando temporariamente a mão-de-obra de bóias-frias e acentuando a crise na produção de alimentos para o consumo interno do país, expandiu a fronteira agrícola em direção ao norte nos

países da fronteira.

Segundo Ferrari (2009), até o ano de 1965, a migração brasileira ao Paraguai era formada por camponeses de produção familiar e trabalhadores rurais itinerantes (bóias-frias, rendeiros, agregados, meeiros, etc.) do sul do Brasil e, em menor quantidade, oriundos de outras regiões brasileiras. Entretanto, latifundiários brasileiros e estrangeiros já haviam adquirido imensas áreas de terra nessa região fronteira paraguaia entre os anos de 1950 e 1960. A construção da Ponte da Amizade (1962/65), que tinha por objetivo favorecer o comércio paraguaio através do Porto Paranaguá, também facilitou a migração brasileira.

O governo Stroessner (1954-1989) elaborou um projeto que objetivava o “desenvolvimento” dessa área fronteira por eles considerada “despovoada” com objetivo de integração e de expansão econômica, além de diminuir a influência Argentina no Cone Sul, pois, nessa época, Argentina e Brasil disputavam a Bacia do rio Prata.

Apesar dessas justificativas, para Ferrari (2009), a verdadeira finalidade daquele projeto era colonizar essa área fronteira com os camponeses do sul brasileiro, sendo esses descendentes de europeus. O próprio presidente Alfredo Stroessner era descendente direto de alemães. “A real finalidade do governo paraguaio era transformar a região num amplo corredor de grãos e, para que isso acontecesse, considerou que teria de ser com pessoas “aptas” com o trabalho nas lavouras” (FERRARI, 2009, p. 63).

Segundo Zaar (2001 apud FERRARI 2009, p. 64), no governo ditatorial “o Estado paraguaio estaria desenvolvendo políticas de branqueamento da população predominantemente indígena”. O governo estava também praticando a política da boa vizinhança com o Brasil com intenções de construir uma usina hidrelétrica no Rio Paraná, que futuramente veio a ser concretizada: a usina Binacional de Itaipu. O Estado paraguaio também desejava promover a modernização da agricultura no país a fim de se tornar um grande produtor de grãos. Logo, precisava de mão-de-obra brasileira, especialmente de descendentes de europeus do sul do país, que possuíam gosto e experiência com a terra.

Todos esses elementos, fatores de expulsão e atração existentes nos dois países vizinhos, fizeram com que milhares de famílias sulistas sonhassem com a possibilidade de terem seu pedaço de terra, ou mesmo de ficarem ricos em solo guarani, sobre o qual se dizia ser fértil e barato.

Essa intensa propaganda das terras paraguaias aliada à expropriação de milhares de famílias camponesas a partir da modernização da agricultura fez com que essas pudessem sonhar com a possibilidade da terra própria em solo paraguaio.

Nesse período, o IBR³ (Instituto de Bienestar Rural) incentivava os latifundiários a adquirir imensas áreas de terras desta região para transformá-las em colonizadoras. Dessa forma, os colonos, bóias-frias, meeiros e arrendatários que não tinham condições de adquirir as terras por meio da compra, sonhavam com a possibilidade de trabalhar nas colonizadoras até poderem juntar algum dinheiro para, futuramente, adquirir sua terra e sobreviver do meio rural, pois, no Brasil a modernização da agricultura expropriou milhares de trabalhadores rurais.

No final dos anos de 1960, muitos trabalhadores rurais volantes (bóias-frias, arrendatários, etc.), que perderam seus empregos com a modernização do campo brasileiro, foram atraídos pelas colonizadoras, como afirma Bárbara (2005). Nesse período, foram atraídos primeiro os mineiros, nordestinos, mato-grossenses e paulistas, pois já estavam acostumados com o trabalho pesado. Dessa forma, foram estes os amansadores de terra, ou seja, derrubavam as matas, formavam as lavouras e vilas, como afirma Menezes (1992, p. 115):

As promessas de terras férteis e baratas no Paraguai e as mudanças ocorridas na agricultura brasileira, sobretudo com a implementação de uma política agrícola de modernização, que privilegiou a média e grande propriedade, provocando a desestruturação da pequena propriedade, explicam o êxodo de milhares de camponeses sem terra ou com pouca terra para o Paraguai .

No final da década de 1960, a expropriação de trabalhadores rurais, principalmente sulistas, aumentava. Assim sendo, esses trabalhadores viam nas colonizadoras a esperança de permanecer trabalhando e vivendo da terra. O que se via, no momento, era o esfacelamento das pequenas propriedades típicas de agricultura familiar sendo engolidas pelas fazendas de soja e trigo, aumentando a migração ao Paraguai.

A partir de 1970, essa expropriação se acirrou com o processo de modernização do campo, acelerando a migração dos trabalhadores rurais mais pobres e, logo adiante, ainda se teve o deslocamento de dezenas de famílias rurais em decorrência da construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu, no extremo oeste paranaense. Para Ferrari (2009), esse era o momento esperado pelo Ditador Stroessner. A chegada dos descendentes de europeus possibilitaria o desenvolvimento dessa região, já que os migrantes dos extratos mais pobres haviam amansado a terra, ou seja, haviam derrubado a mata e formado os campos. A partir dos anos de 1970, “a dinâmica de atração tem a ver com a prioridade aos descendentes de germânicos, em função da experiência que já traziam desde o Rio Grande do Sul no trato com a terra, em

³ Órgão do Governo paraguaio para questões fundiárias.

função do capital tecnológico que já possuíam” (SONDA, apud FERRARI, 2009, p. 67).

Essas mudanças significativas no campo foram fatores que nos levam a compreender o grande fluxo migratório de brasileiros sem ou com pouca terra rumo ao Paraguai. Naquele momento, esses imigrantes sentiam a chance de melhores expectativas de vida, estimulados, também, com a formação do grande lago de Itaipu. Em nome do progresso, esse avanço configurou-se em um grande elemento de expulsão de dezenas de famílias que tinham pequenos lotes ou posses no local onde se formou o lago da Usina.

É importante salientar que o término da construção da usina hidrelétrica de Itaipu (1982) causou muitos conflitos por ter alagado centenas de quilômetros quadrados de terras brasileiras e paraguaias e, por isso, expropriou milhares de famílias dos dois países limítrofes da linha fronteira. Dessa maneira, as famílias atingidas pela construção das barragens, em especial as famílias brasileiras que moravam em território paraguaio, vieram reivindicar terras no Brasil com objetivo de retornarem à sua terra natal, já que se encontravam em difíceis condições de vida no país vizinho.

Porém, a problemática que envolvia essa população, moradora das margens de onde seria construído o lago de Itaipu, começou a se desenrolar ainda com o canteiro de obras nos anos 1974-1975. A partir de então, iniciou-se um grande conflito pelas indenizações entre os responsáveis pela usina e os camponeses atingidos. Estes eram, em sua maioria, pequenos produtores, posseiros, arrendatários, meeiros e outros mais que ali moravam e necessitavam daquelas terras para sobreviver.

Houve muito conflito entre os camponeses e a direção da usina, pois o discurso dos dirigentes da hidrelétrica era indenizar todos os camponeses atingidos. Entretanto, houve uma parcela que ficou insatisfeita com o valor de indenização pago pelas suas terras. Mesmo assim, muitos foram obrigados a deixar suas posses porque não tinham a escritura da terra, sendo obrigados a ir embora, e, nesses casos, eram atraídos ao país vizinho.

O discurso político na época da construção da usina de Itaipu era de aproveitamento máximo dos recursos hídricos porque este proporcionaria o desenvolvimento e o progresso. “Afim, essas obras faraônicas foram a menina dos olhos do regime autoritário brasileiro que se apresentava como símbolo do Brasil Grande, como necessárias à ‘Segurança e Desenvolvimento do País’” (FERRARI, 2009, p. 77).

Em torno da construção da obra, os atingidos pelas barragens de Itaipu iniciaram um movimento contra o represamento, pois este veio a comprometer cerca de 112 mil hectares. Do lado brasileiro, atingiu oito municípios do oeste: Foz do Iguaçu, São Miguel do Iguaçu, Matelândia, Medianeira, Santa Helena, Marechal Cândido Rondon, Terra Roxa e Guaíra.

Uma construção gigantesca como essa não atingiu apenas centenas de famílias que moravam no entorno do rio, mas também trouxe consigo um grande impacto ambiental, pois, ao modificar o curso natural do Rio Paraná, atingiu diretamente seus afluentes Rios Ivaí e Piquirí, e os Córregos do Veado, Paracaí, São João e Itaúna, além de impactar a fauna e a flora. O represamento ainda ocasionou o desaparecimento de uma das maiores belezas naturais do país que, de acordo com a geologia, demorou milhões de anos para ser esculpida, a chamada Sete Quedas.

Para Ferrari (2009, p. 77):

[...] Pode-se dizer que na história da Itaipu há um espetáculo de luz e outro de desespero. Desespero maior para os paraguaios sendo que o Paraguai é um dos países mais pobres da América do Sul e, por isso depende muito de Itaipu, cuja energia gerada é dividida entre os dois países. Por um lado, os paraguaios tem na usina binacional uma de suas principais fontes energéticas. Por outro, lucram com a venda de 45% de sua parte da energia ao Brasil, uma receita de US\$ 400 milhões ao ano, um valor nada desprezível para um país em que cerca de 30% da população vive abaixo da linha da pobreza.

Segundo Germani (2003), a usina de Itaipu foi responsável pela expropriação de 45.000 pessoas para o Paraguai, contabilizando cerca de 9.000 famílias. Porém, esses números não são precisos. De acordo com José Lindomar de Albuquerque (2009), os dados que contabilizam a quantidade de brasileiros que atravessaram o limite político e que permanecem vivendo no Paraguai são imprecisos. Pelos dados oficiais dos censos do Paraguai, os últimos são bem menores comparados com as estimativas brasileiras e vem diminuindo nas duas últimas décadas: no censo de 1992, a quantidade era de 108,526; em 2002, esse número diminuiu para 81,592, sendo que 72,795 vivem nos departamentos fronteiriços. Já o Ministério das Relações Exteriores do Brasil estima que existiam 459,147 brasileiros no Paraguai em 2000. O censo do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) – também em 2000 – estimou em 454.501 os imigrantes brasileiros morando naquele país (ALBUQUERQUE, 2009).

A CNBB (Conferencia Nacional dos Bispos do Brasil) também fez levantamento a respeito da quantidade de brasileiros vivendo no país vizinho. Essa conferência se baseou em números calculados pela própria igreja a partir da pastoral do migrante. Para a CNBB, em 1975, existiam cerca de 40 mil brasileiros em território paraguaio; em 1982, houve um salto nestes números estimando em 250 mil. Em 1985, este número havia chegado à casa dos 500 mil. Porém, nas décadas de 1980 e 1990, uma grande quantidade de brasileiros (os mais pobres) não havia conseguido comprar terras no Paraguai, “retornaram ao Brasil

especialmente para os assentamentos do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) no Mato Grosso do Sul e Paraná” (ALBUQUERQUE, 2009, p. 2).

Para Albuquerque (2009), essa estimativa a respeito da quantidade de brasileiros vivendo no Paraguai é difícil precisar, pois: (1) há muita ilegalidade e falta de controle na fronteira por parte dos governos Brasileiro e Paraguai; (2) as metodologias dos censos e das estimativas não conseguem visualizar os fluxos migratórios constantes nessa fronteira; e, (3) as fontes diferentes que fazem estimativas, especialmente o Ministério das Relações Exteriores no Brasil e o Ministério do Interior no Paraguai. Haja vista que o governo Paraguai trabalha com as informações dos imigrantes regularizados e os descendentes destes imigrantes são contabilizados como Paraguaio.

Nesse caso, há um número muito grande de brasileiros irregulares e muitos filhos com dupla cidadania. Portanto, é difícil afirmar com exatidão quantas pessoas atravessaram a fronteira em busca de melhores condições de vida por esse processo de modernização da agricultura brasileira e/ou pela expropriação a partir do início das obras da usina hidrelétrica de Itaipu (1974-75) até a formação da represa em 1982. O fato é que 9.000 famílias que tinham terras e moravam na região de entorno do alagamento foram obrigadas a sair.

É importante salientar que os posseiros deixaram de ser contabilizados, pois a usina não indenizava quem não tivesse o título de propriedade da terra, de modo, não se sabe ao certo quantas famílias ou pessoas migraram para o Paraguai com o final da construção de Itaipu.

No entanto, os camponeses não aceitavam os preços pagos, pois eram sempre inferiores ao preço por eles considerado justo. Além do valor financeiro, havia o valor atribuído ao lugar pelas relações que ali existiam de apego, onde haviam nascido, crescido, casado, onde nasceram os filhos e, também, as relações de parentesco e vizinhança.

O fato de a direção da hidrelétrica não ter adotado um padrão para as indenizações das áreas a serem atingidas pelas barragens causou desconfiança e descontentamento por parte dos atingidos, pois, quando a direção percebeu o movimento de luta de inúmeras famílias, tratou de encontrar uma maneira de desarticular essa organização, adotando uma estratégia de indenizar as famílias individualmente, buscando desarticular a pressão dos moradores.

Os camponeses queriam que a usina reunisse os moradores e aplicasse as desapropriações/indenizações de acordo com as comunidades que se localizassem mais próximas das áreas da formação da represa, em seguida pelas comunidades mais distantes. Reivindicavam também que a usina pagasse uma indenização justa, considerando as benfeitorias e construções tais como casas, tulha, garagem, paiol, estábulo, etc., além do

pagamento pela última colheita, que ainda estava no solo, entre outras reivindicações que a usina não reconhecia como válidas e negava-se a pagar ou mesmo discutir o assunto com os camponeses. “Do modo como praticava as indenizações a Itaipu enfraquecia a organização dos agricultores em torno do Movimento Justiça e Terra⁴, terminando apenas em 1982, quando foi indenizado o último agricultor” (FERRARI, 2009, p. 84).

Os camponeses, ao se unirem para requerer suas reivindicações, contaram com o apoio da Comissão Pastoral da Terra (CPT) e da Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado do Paraná (FETAEP). Estes dois órgãos contribuíram na elaboração de documentos, manifestações, assembléias e acampamento no canteiro de obras da usina de Itaipu. Após uma árdua luta encabeçada pelos camponeses, em conjunto com esses órgãos, conseguiu-se fazer com que a direção da hidrelétrica aumentasse o valor das indenizações.

Os últimos a serem indenizados viveram anos de angústia e sofrimento ao ver sua exploração por parte da usina, pois viam as águas da represa subindo e a indenização de suas terras estava muito abaixo do preço real que elas valiam, assim, inúmeras famílias tiveram de aceitar o preço pago por suas terras. Ferrari (2009) relata o caso de um camponês que possuía 20 hectares de terra neste local e, com a indenização paga pela Itaipu, conseguiu adquirir apenas 5 hectares no Município de Marechal Cândido Rondon/PR. Isso ocorreu devido à “valorização” das terras desta região com a construção de Itaipu.

Neste caso inúmeras famílias compraram lotes muito menores nesta região do Paraná. Quanto àquelas que sonhavam com uma área maior e posseiros que não receberam indenização por suas terras, estes migraram ao Paraguai para tentar a sorte na esperança de continuarem se reproduzindo como camponeses.

Segundo Mazarollo (2003), todos foram obrigados a deixar suas terras e, junto com elas, as casas e benfeitorias. Aqueles que tinham o título da terra foram indenizados. Destes, alguns conseguiram fazer bons negócios e até aumentar a propriedade, mas também houve aqueles que se arruinaram. Porém, havia aqueles que nada possuíam, sendo estes arrendatários, posseiros, empregados e bóias-frias que tiveram de abandonar suas áreas, saindo de mãos vazias, “lançados a própria sorte”.

Nesse contexto, a região fronteira de Alto Paraná no leste paraguaio pareceu ser uma boa opção para os expulsos pela Itaipu, já que era próxima ao lugar onde viveram durante décadas e havia, nesse local, muitos conterrâneos sulistas que haviam migrado nas

⁴ O Movimento Justiça e Terra foi criado para organizar os agricultores. Este foi um movimento que contava com apoio da CPT – Comissão Pastoral da Terra, por meio de seus representantes, Pastor Werner Fuchs da Igreja Luterana no Brasil (IECLB) do Município de Marechal Cândido Rondon e do Pe. Valentin Dall Pozzo, da Paróquia do Município de SANTA Helena Diocese de Foz do Iguaçu/PR. (FERRARI, 2009, p. 84).

décadas anteriores, que viviam em colônias brasileiras, além de possuir terras férteis e baratas.

Dessa forma, a construção da usina hidrelétrica de Itaipu causou a “migração forçada” de muitas famílias camponesas para o território paraguaio, em especial para o Norte do Departamento de Alto Paraná. “A migração foi forçada, primeiramente pela invasão das águas da represa, pois tudo o que haviam construído seria destruído pelas águas” (FERRARI, 2009, p. 86).

Por meio deste contexto da construção da Usina Hidrelétrica Binacional de Itaipu, vemos desenrolar mais um fator de expulsão de milhares de camponeses rumo ao território paraguaio. Os camponeses, atraídos pelo baixo preço das terras e, em muitos casos, pela esperança de encontrar no país vizinho aquilo que deixaram de ter, ou seja, suas terras de trabalho devido à territorialização do capital expressa na usina de Itaipu, migram.

Para Martins (1997), as populações camponesas são agentes que caracterizam a frente de expansão, embora não sejam os únicos, são eles que ultrapassam a linha da fronteira demográfica e ocupam novos territórios.

Nesse sentido, podemos fazer uma comparação dessa frente de expansão, ocorrida no interior do Brasil, com a expropriação da população camponesa brasileira ao Paraguai. Desde a década de 1960, a fronteira entre o Brasil e o Paraguai passou a ser transformada por um fluxo migratório de brasileiros impulsionados pela fronteira agrícola de monocultura da soja aliada à modernização da agricultura, pela abertura da fronteira do país paraguaio governado por Stroessner e pela desterritorialização de centenas de famílias a partir da construção da usina Hidrelétrica de Itaipu. Todas essas motivações os fizeram buscar, no país vizinho, uma chance de ter seu pedaço de terra. De acordo com Wagner (1990), esses camponeses que outrora foram expropriados do trabalho rural no Brasil buscavam no país vizinho a esperança de “dias melhores”, advindos da oferta de terras férteis e baratas.

Segundo Cortez (1992, p.199):

[...] os chamados brasiguaios, sem terra e sem pátria, são calculados em torno de quinhentos mil, [...] representam mais de oitenta por cento da população da fronteira paraguaia e quinze por cento dos eleitores. Sobrevivem como posseiros, meeiros, bóias-frias, arrendatários e agregados em condições de exploração de miséria.

No princípio, a entrada ao Paraguai foi muito difícil. Alguns chegavam às terras próprias adquiridas através da venda de suas pequenas propriedades no Brasil. Outros traziam apenas a mudança e roupas, mas todos almejavam conquistar seu pedaço de chão com a esperança de melhorar de vida.

Tanto proprietários como agregados, ao chegarem lá descarregaram a mudança e se

depararam com muito mato. Então, eles deveriam derrubá-lo para começar o cultivo da lavoura que, no princípio era somente para autoconsumo, como feijão, milho, mandioca, batata, horta, e pequenos animais. Enquanto a mata era derrubada, eles vendiam a madeira e ainda tinham que prestar serviços a outros colonos ou fazendeiros, a fim de comprar aquilo que não produziam para o sustento da família.

Essa população sofria muito devido à corrupção das autoridades paraguaias, pois seus documentos brasileiros não tinham validade em território paraguaio. Dessa forma, deveriam tirar um documento chamado “*permissso*”⁵, que legalizaria a situação de permissão desses migrantes a morar nesse país, mas esse documento dificilmente era emitido e, quando ficava pronto, custava muito caro, de maneira que grande parte não tinha acesso a tal documento. Havia ainda um período de validade, portanto, deveria ser constantemente renovado.

Outro aspecto de dificuldade vivida pelos brasiguaios era a falta de escola para seus filhos. Quando havia escolas, a problemática destes era acompanhar o conteúdo em uma língua estrangeira, desconhecida para eles, pois as aulas eram ministradas em espanhol, e eles falavam o português.

Mas, as dificuldades não paravam por aí. Os imigrantes enfrentavam também problemas com o serviço militar no Paraguai com jovens brasiguaios acima de quatorze anos. Para Batista (1990, p. 93):

É costume realizarem-se “batidas” policiais para o recrutamento forçado, tanto de paraguaios como de brasiguaios fato que causa muito sofrimento aos pais brasiguaios e paraguaios, atingindo vários jovens de forma violenta; eles são praticamente raptados e levados para local desconhecido, passando por muitos maus tratos.

Quando a polícia paraguaia passava para recrutar esses jovens, muitos pais escondiam seus filhos no Brasil para evitar vê-los sofrer humilhações e maus tratos.

No Paraguai, os movimentos reivindicatórios sofriam sérias ameaças. Podemos citar um exemplo da repressão sofrida pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra que estava articulando o retorno ao Brasil para mais de duzentas famílias cadastrados pelo INCRA. Quando a polícia paraguaia tomou conhecimento da realização dessas reuniões, ela

⁵ O Permisso é um documento que legaliza a situação provisória (30 dias) de migrantes no Paraguai, o valor é muito relativo ao Departamento onde se encontram. Depois desse período deve entrar com o pedido de “migrante” – visto permanente podendo variar de 60 até 2.000 reais por pessoa, mesmo sendo pago tanto o permissso quanto o visto podem correr o risco de não serem emitidos, dessa forma milhares de famílias vivem ilegalmente no País.

não permitiu que isso acontecesse e ameaçou o Movimento e usou de coação. Isso desfez o sonho de retorno ao Brasil.

Esses brasiguaios sofriam muito em território estrangeiro. Muitos já viviam há mais de quinze anos lá, mas não falavam sequer uma palavra em guarani. Esse era um tronco lingüístico muito difícil para quem traz em sua língua materna o português. Mesmo o castelhano, cuja compreensão era mais provável, era difícil de falar. Ou, então, falavam com dificuldade e isso também causava desconforto e, na maioria das vezes, preconceito dos paraguaios.

A partir da década de 1970, os campesinos⁶ passam a conviver com o mesmo problema enfrentado pelos camponeses brasileiros diante da modernização da agricultura. Tanto campesinos como brasiguaios foram sendo expulsos da terra diante da aglutinação de pequenas propriedades pelos latifúndios, empurrando milhares de famílias ao centro do país para morar nas periferias das grandes cidades paraguaias, sendo obrigadas a viver de subempregos nas grandes cerrarias e empresas.

De acordo com Riquelme (2003, p. 11):

En el Paraguay la década de setenta, en la que comenzaron a ser analizados los primeros síntomas de la descomposición campesina como resultado de la modernización agraria a partir de la aplicación del paquete tecnológico llamado Revolución Verde [...] a estructura agraria caracterizada por la coexistencia del latifundio y minifundio comenzó a sufrir importantes modificaciones con la inserción de grandes empresas agroindustriales, [...] con la que comenzó efectivamente la modernización de la agricultura en el Paraguay.

Ao longo das décadas de 1970, 1980 e 1990, com a expansão do agronegócio no Paraguai, muitos campesinos paraguaios que tinham a terra como fonte de trabalho e vida foram empurrados para cidades maiores. Nesse momento, uma parcela desses expropriados se juntou em movimentos que lutavam pela terra, como por exemplo a LAC (Ligas Agrárias Cristianas), o MPC (Movimiento Campesino el Paraguay), a OLP (Organización de Lucha por la tierra), a ONAI (Organización Nacional Aborigen Independiente) e a ENC (Unión Campesina Nacional), entre outras. No entanto, os campesinos que ficaram à margem desse sistema e que residiam nas periferias das grandes cidades e sem emprego, eram facilmente atraídos pelos latifundiários a pressionar e/ou mesmo expulsar os brasileiros de suas terras ou posses. A esse processo, Martins (1997) chama de “frente pioneira”.

Segundo o autor, essa frente pioneira é denominada não apenas pelos agentes de civilização, “mas através dos agentes de modernização, sobretudo econômica, agentes da

⁶ Nome dado aos camponeses paraguaios.

economia capitalista [...], da mentalidade inovadora, urbana e empreendedora” (MARTINS, 1997, p.158).

Nesse momento, no cenário Paraguaio, vemos acontecer a sobreposição da frente pioneira sobre a frente de expansão e, quando isso ocorre, há um conflito muito intenso entre os grande proprietários de terras, os camponeses brasileiros e campesinos paraguaios. A partir daí, uma nova problemática em torno da população brasileira novamente expulsa da terra vai se desenrolar; quando começam a retornar ao Brasil.

Dessa forma, temos, então, que os camponeses pobres expropriados do campo brasileiro migram ao Paraguai quando a frente pioneira atinge o Brasil. Portanto, os pobres são os primeiros a constituírem a frente de expansão, rumo ao Paraguai, que derrubaram as matas, construíram vilas e formaram campos para o cultivo, à custa de trabalho, muito embora latifundiários e grandes colonizadores já houvessem adquirido terras para a especulação imobiliária. Quando os latifundiários e grandes empresários brasileiros e estrangeiros começam a utilizar o capital para a modernização da agricultura paraguaia (frente pioneira), começa a acontecer o retorno de centenas de famílias brasileiras ao Brasil em busca de terra para sobrevivência.

1.2 A Construção da identidade brasiguaiia

Com a consolidação das grandes propriedades do agronegócio no Paraguai e os problemas de ameaças principalmente aos pequenos camponeses e/ou trabalhadores volantes brasileiros que lá viviam, uma crise social se abateu sobre esses trabalhadores, que foram novamente expulsos do campo (FERRARI, 2009).

Nesse contexto de serem novamente expropriados, em 14 de junho de 1985, com a divulgação, no Brasil, do Plano Nacional de Reforma Agrária, mais de mil famílias brasileiras retornaram do Paraguai. Eles se identificavam como “brasiguaios” e organizaram um grande acampamento na praça principal da cidade de Mundo Novo/MS, reivindicando terras.

Entretanto, essa grande mobilização de famílias brasiguaiias acampadas em Mundo Novo resultou no seu despejo. A partir da mobilização organizada de luta dessas famílias “brasiguaiias” e de sem terras, o governo desapropriou 18.468 ha na cidade de Ivinhema/MS, onde criou o projeto de assentamento Novo Horizonte do Sul, hoje, município de Novo Horizonte do Sul.

Destacamos aqui a importância, para o nosso estudo, de buscar compreender o que é

e como nasceu a expressão “brasiguai”. Segundo Wagner (1990), essa expressão surgiu a partir de uma reunião no Município de Mundo Novo – MS, no ano de 1985, onde era discutida a articulação para o retorno desses camponeses brasileiros que moravam no Paraguai. Durante a reunião um camponês que já havia morado no Paraguai argumentou: “então quer dizer que nós não temos os direitos dos paraguaios porque não somos paraguaios; não temos os direitos dos brasileiros porque abandonamos o país. Mas me digam uma coisa: afinal de contas, o que nós somos?” (WAGNER, 1990, p.20). Então, o Deputado Federal de Mato Grosso do Sul, Sergio Cruz argumentou: “vocês são uns brasiguaios, uma mistura de brasileiros com paraguaios homens sem pátria” (WAGNER, 1990, p.20). Dessa forma, o termo brasiguai passou a ser utilizado a todos os camponeses que vivem ou que já viveram no Paraguai.

Gostaríamos de especificar, aqui, que muitas são as denominações do senso comum atribuídas sobre quem são os brasiguaios. Algumas delas são: agricultores brasileiros residentes no Paraguai; camponeses brasileiros que foram expulsos do Paraguai; trabalhadores rurais assalariados, agregados, meeiros, bóias-frias que voltaram ao Brasil sem conquistar nada; grandes fazendeiros e empresários brasileiros que moram no Paraguai; os filhos de imigrantes brasileiros que nasceram neste país; e, inúmeras outras nomeações.

Existem várias atribuições a essa nova “classe” formada por camponeses que foram expropriados das terras brasileiras e, por esse motivo, buscaram, no Paraguai, melhores condições de vida no campo. Nesse sentido, há inúmeros estudos e interpretações dessa identidade. É importante salientar que os brasiguaios não são paraguaios e brasileiros que vivem dos dois lados da fronteira. Como veremos a seguir, esse é um termo que gerou e continua gerando discussões e interpretações.

De acordo com as leituras que realizamos, desde o início desta pesquisa, verificamos que os autores brasileiros tratam os brasiguaios como aquele contingente de camponeses brasileiros, especialmente do sul do Brasil, que, expropriados do trabalho rural a partir da modernização da agricultura, foram forçados a migrar ao Paraguai em busca de sua reprodução camponesa e, com o avanço da fronteira da soja atingindo também o território paraguaio, retornaram ao Brasil, principalmente para os Estados do Paraná e Mato Grosso do Sul, criando acampamentos ou se juntando aos movimentos de trabalhadores rurais sem terra, e/ou se aglutinando nas periferias das cidades. Esse retorno culminou na criação da identidade brasiguai.

A identidade brasiguai pode ser considerada uma identidade de fronteira híbrida

formada pela junção de identidades nacionais. No entanto, ela tem adquirido sentidos diversos ao longo do tempo, funcionando como uma identidade ambígua negociada conforme os interesses que necessitam ser explicitados ou ocultados (ALBUQUERQUE apud FERRARI, 2008, p. 92).

O sociólogo José Lindomar de Albuquerque (2010), em sua tese de doutorado, sistematiza o termo *brasiguai* como sendo: 1) o brasileiro pobre que imigrou para o Paraguai, não conseguiu ascender socialmente e que, muitas vezes, retornou ao Brasil; 2) os fazendeiros brasileiros que moram no Paraguai; 3) os filhos dos imigrantes que já nasceram naquele país e tem nacionalidade paraguaia; 4) os imigrantes e seus descendentes que já misturaram a “cultura brasileira” com a cultura paraguaia; e, 5) todos os imigrantes brasileiros que vivem na nação vizinha.

Esse mesmo pesquisador afirma que “o *brasiguai* pode ser entendido como o filho do imigrante registrado como paraguaio [...], ou ao grande proprietário agrícola brasileiro com situação migratória regularizada naquele país” (ALBUQUERQUE, 2010, p. 228).

Sprandel (1992) afirma que os grupos religiosos, a imprensa e os próprios “colonos” começam a construir a identidade *brasiguai* como “vítima” de duplo processo de “expulsão”. Nesse período, o termo “*brasiguai*” estava associado aos pequenos agricultores brasileiros expropriados dos direitos civis, políticos e sociais dos dois lados da fronteira.

Essa denominação passou a ser utilizada como bandeira de luta. O objetivo era restabelecer vínculos com a nacionalidade brasileira, já que em solo paraguaio perderam o contato com sua pátria, mas também não eram reconhecidos como paraguaios, então, eram vistos como “homens sem pátria”. “A identidade política foi construída a partir de um discurso de ausência da cidadania brasileira e paraguaia e da necessidade de publicizar os símbolos da nacionalidade brasileira” (ALBUQUERQUE, 2010, p. 229).

Contudo, desde os primeiros acampamentos, a partir da década de 1985, os *brasiguais* passaram a ser vistos pela sociedade brasileira como “baderneiros”, “forasteiros”, “perigosos”, tanto pelas autoridades políticas quanto pelas jurídicas e principalmente pelos latifundiários nos municípios brasileiros limítrofes ao Paraguai. A partir daí, os *brasiguais* passaram a ser estigmatizados também no Brasil.

Sob essas perspectivas, discordamos, em parte, do ponto de vista de Albuquerque (2010), quando denomina os *brasiguais* como todos os imigrantes brasileiros que vivem em território paraguaio e discordamos, mais ainda, quando atribui também aos fazendeiros essa classificação, pois, de acordo com as leituras e a pesquisa de campo que realizamos acerca do tema, podemos compreender os *brasiguais* como uma identidade construída a partir da luta

de imigrantes brasileiros que sofreram o processo de uma dupla expulsão, primeiro em território nacional brasileiro e mais adiante em território paraguaio.

Podemos dizer que os brasiguaios são os bóias-frias, os arrendatários, os pequenos produtores rurais, em sua maioria sem documentação, ou seja, viviam na ilegalidade naquele país, e que construíram essa identidade para se reintegrarem a sua pátria, e serem reconhecidos como cidadãos, que retornaram ao Brasil, em 1985, reivindicando terras e direitos, bem como aqueles que preferiram continuar em solo paraguaio para tentar a sorte de dias melhores ou que não encontraram outra alternativa, pois viviam à margem do sistema capitalista.

De acordo com Sprandel (1992), os brasiguaios seriam um grupo étnico definido a partir da autoatribuição e da classificação pelos outros, cujas reivindicações, realizadas a partir de documentos e a necessidade de ter o permissão para participar dos acampamentos, criavam distinção em relação a outros movimentos que também lutavam pela terra no Brasil.

Para Sprandel (1998), “a representação de ‘brasiguaios’ veio, pois, sendo construída através de relatórios e documentos resultantes de ‘estágios pastorais’, ‘pesquisas’, ‘encontros’, ‘seminários’” (SPRANDEL, 1998, p. 121), através da participação religiosa daqueles que atuam tanto no Brasil como no Paraguai e que, após 1985, esses seguimentos religiosos passaram a tratar das mesmas questões: os problemas enfrentados por todos os brasileiros residentes no Paraguai.

Dessa forma, estenderam a todos os imigrantes brasileiros o termo brasiguai, mesmo em se tratando, como identifica Sprandel (1998), de “grupos sociais diferentes”. Então, vemos, a partir daí, a generalização do termo e entendemos melhor o porquê da existência de inúmeras dúvidas sobre saber quem são, de fato, os brasiguaios. Portanto, os brasiguaios podem ser vistos sob diversos aspectos e interpretações, variando de acordo com os interesses, ou mesmo de acordo com quem os está analisando.

Segundo Ferrari (2009), para os pesquisadores paraguaios, os brasiguaios são brasileiros que trabalham no Paraguai, mas não necessariamente os que retornaram ao Brasil. A partir da expropriação pela modernização da agricultura, eles continuam vivendo no Paraguai, e retornam ao Brasil apenas para encaminhar os filhos nos estudos.

Para os paraguaios, o termo brasiguai adquire sentidos distintos. A partir do fim da ditadura do presidente Stroessner, em 1989, os camponeses paraguaios se reorganizam e passam a reivindicar o direito à terra. Dessa forma, começam a ocupar as propriedades dos fazendeiros brasileiros. “A partir de então os brasiguayos são identificados como os usurpadores das propriedades que deveriam pertencer aos paraguaios” (SANT’ANNA, apud

ALBUQUERQUE, 2010, p. 231). Sob esta perspectiva, os camponeses empobrecidos estariam travando uma luta contra os fazendeiros ricos que, há algumas décadas, teriam tomado suas terras.

Assim, o ponto de vista, a respeito da mesma categoria, toma sentidos diferentes. Aqui, ela se refere a duas classes sociais distintas, ou seja, varia de acordo com a autodenominação e/ou pela denominação atribuída pelos outros. De acordo com os camponeses, os brasiguaios são os grandes proprietários que invadiram suas terras, destroem a natureza, fazem uso de agrotóxicos, poluem o solo, as águas e o ar, e causam doenças nos animais e pessoas. Porém, nem todos os camponeses resumem esse termo apenas nessa categoria, podendo ser também os pequenos produtores, que cultivam a soja e moram no Paraguai. Para a maioria, os brasiguaios são aqueles que “invadiram” sua pátria, ocuparam seu solo, disseminaram seus costumes e impuseram sua língua em muitas localidades, e se eles, os paraguaios, não fizerem nada, os brasiguaios ocuparão o restante do país e serão os responsáveis pela miséria e o crescente desemprego no país (ALBUQUERQUE, 2010).

Em suma, para o mesmo autor, os brasiguaios são vistos pelos paraguaios como todos os imigrantes brasileiros e seus descendentes que nasceram, moram ou já moraram no Paraguai, independente de sua classe social. Sendo que os estratos mais pobres desses migrantes aceitam e valorizam serem chamados de brasiguaios. Dessa forma, esse é um critério para receber os benefícios sociais nos dois países. Mas, existem também aqueles que preferem ser chamados de brasileiros ou até mesmo de paraguaios, pois esse termo é visto pela maioria dos paraguaios como “invasores”, “baderneiros”.

Entretanto, há também um grande contingente de imigrantes que não aceitam essa classificação. São eles os fazendeiros e os empresários bem sucedidos economicamente, ou aqueles que exercem poder político. Eles se autodenominam “brasileiros no Paraguai”. O termo brasiguai está associado aos imigrantes pobres, marginalizados e que não possuem documentação e estão de forma ilegal no país. De acordo com Albuquerque (2010), “a não aceitação dessa categoria pelos setores que ascenderam socialmente simboliza um critério de distinção de classe” (ALBUQUERQUE, 2010, p. 234):

Quando essa “identidade brasiguai” é construída, ela reforça o fato de que essa população está diretamente ligada aos estratos sociais mais baixos de imigrantes brasileiros que viviam no campo paraguaio; a construção do outro, mesmo que esse outro também advinha da mesma pátria, não é incorporada pela classe detentora do poder aquisitivo e político. Segundo Albuquerque (2010), os imigrantes – principalmente aqueles que vieram do sul do Brasil e que conseguiram ascender socialmente no Paraguai –, assumem o discurso de

progresso e de que, portanto, são os únicos capazes de desenvolver um projeto de modernização no país.

A partir do momento em que temos uma grande massa migratória brasileira ao Paraguai, vemos desenrolar também uma problemática em torno dessa população, pois, com o avanço da frente de expansão, houve a expulsão da população indígena e/ou nativa dessas terras fronteiriças para dar lugar à colonização brasileira que em suma traria o tão sonhado “desenvolvimento” ao país. Contudo, com a chegada da frente pioneira também no campo paraguaio, vemos acontecer a expropriação de milhares de camponeses brasileiros que viviam nesta área a que muitos pesquisadores chamam de “área de conflito”.

É importante salientar que esses imigrantes brasileiros até então nunca foram chamados de brasiguaios ou se autodenominavam de tal forma no país vizinho. De acordo com Ferrari (2009, p. 91):

De maneira mais explícita, parece que essas pessoas recebem tal denominação a partir do momento em que passam a ser um problema, tanto no Paraguai, como no Brasil. São chamados de brasiguaios no Brasil quando retornam e se tornam responsabilidade do governo brasileiro, e são chamados de brasiguaios no Paraguai quando vivem e trabalham lá, sendo, portanto, responsabilidade das autoridades paraguaias.

Diante dessa problemática, vemos ocorrer um significativo retorno de famílias brasiguaias ao Brasil. Para Sprandel (1998), os imigrantes brasileiros residentes no Paraguai que retornaram, no ano de 1985, ficaram conhecidos como “brasiguaios” devido à luta que organizavam juntamente com setores da igreja católica para serem assentados no Brasil. Verificamos⁷ que após esse primeiro fluxo migratório de retorno ao Brasil (1985), houve, também a partir de 2000, migrantes brasiguaios que cruzaram a fronteira paraguaia e se engajaram em movimentos sociais que lutam pela terra e, assim, foram assentados no Assentamento Itamarati I.

1.3 Desterritorialização: a migração Paraguai-Brasil no século XXI

Neste item, trataremos sobre um novo retorno de centenas de famílias, que expropriadas da terra no Brasil, a partir de 1970, migraram ao Paraguai em busca da

⁷ Durante a realização de uma aula de campo para finalização de uma das disciplinas oferecidas pelo curso de mestrado,

propriedade camponesa e que, a partir de 2000, retornam ao Brasil, mais especificamente, ao Assentamento Itamarati I. Alguns foram movidos pelo Plano Nacional de “Reforma Agrária” do Governo Federal, enquanto outros decidiram retornar após a desapropriação da Fazenda Itamarati I, sob o processo de compra de lote no referido assentamento.

Há vários motivos que nos fizeram refletir ao longo da pesquisa; logo, mesmo sendo camponeses, chamaremos aqui estes camponeses que viveram por décadas no Paraguai de “ex-brasiguaios”. Entre os nossos motivos, temos: migraram ao Paraguai sob o mesmo contexto de expulsão que se abateu aos camponeses da região Sul do Brasil: sofreram para se adaptar em solo estrangeiro; tiveram dificuldades para tirar o “permissão”; enfrentaram preconceitos referentes à sua cidadania por serem imigrantes pobres ou que adquiriram poucos hectares de terra; e, principalmente, porque retornaram ao Brasil em um contexto diferente daquele ocorrido em 1985, que se diferencia por terem se engajado em movimentos sociais que lutam pela terra no Estado de Mato Grosso do Sul, sendo que, em solo nacional brasileiro, o “estigma” ou identidade brasiguaiia deixou de ser uma distinção de classe; não usaram a identidade de brasiguaios para a conquista da terra no assentamento Itamarati I. O recurso por eles utilizado foi a bandeira de luta do movimento social em que estavam engajados. Naquele momento, brasiguaios, sem terras, trabalhadores rurais desempregados ou volantes passaram a usar apenas uma identidade em comum, os “sem-terra”.

Chamaremos esses camponeses de ex-brasiguaios porque, segundo relatos de vários entrevistados, ninguém (ou poucas pessoas) no Assentamento os identificava assim e, também, porque eles gostam de ser tratados como brasileiros. Em nossa análise, deixaram de ser brasiguaios para serem assentados, pois essa foi uma construção do “outro”, ou seja, eram chamados assim em território Paraguaio. Dentro do Assentamento são apenas brasileiros comuns, mas levarão para sempre o estigma de sem-terras, pois, de acordo com um ex-brasiguai, o assentado será sempre chamado de sem-terra pela sociedade, independente de sua cor, origem ou raça.

Nossa pesquisa aponta que esses ex-brasiguaios são oriundos, das regiões Norte, Nordeste, Sudeste e principalmente, dos três Estados sulistas, em sua maioria do norte paranaense, e se deslocaram ao Paraguai entre os anos de 1970, 1980 e 1990. Pudemos verificar que, justamente em meados de 1980, houve o desenrolar da problemática em torno da população brasileira sem terra, residente no Paraguai. A respeito da migração ao Paraguai Dona Marisa⁸ relata:

⁸ Ex-brasiguaiia assentada no grupo “Ar Livre” de FETAGRI.

Nós saímos do Oeste paranaense, hoje município de Entre Rios do Oeste, em 1987. Nós casamos e fomos, só tinha mato e mais nada, com poucas mudas de roupa [...]. Nós compramos nosso pedacinho do sogro, pra viver nós trabalhava de bóia-fria pros outros, pra poder se manter, depois compramos galinha, vaca, porco, assim foi indo (Entrevista concedida a Nogueira dia 12/12/09).

Da mesma forma identificamos o depoimento de Dona Noemi⁹:

Eu nasci me criei e casei no Paraná, Alto Iguaçu, depois fomos para Joinvile. Saímos do Paraná porque lá não tinha serviço, nós casamos e fomos morar em Joinvile, em 1980. No Paraná nós trabalhava em lavoura, e em Joinvile ele (marido) trabalhava na fábrica e eu de diarista. Em 1992, nós mudamos para o Paraguai. Pra se aventurar, trabalhar na roça de novo. Fomos trabalhar de agregado na fazenda Santa Maria (Entrevista concedida a Nogueira dia 12/12/09).

A migração brasileira ao Paraguai é registrada em seis principais Departamentos: Alto Paraguai, Concepción, Amambay, Canendiyú, Alto Paraná, e Caaguazú. Dentre estes Departamentos, destacamos o de Alto Paraná, que recebeu o maior fluxo de brasileiros.

Então, percebemos que os fluxos migratórios são constantes e contínuos. Enquanto muitas famílias residentes no Paraguai se articularam para retornarem ao Brasil, em 1985, a partir dos anos 1980 até os anos 1990, há muitas outras seguindo para o país vizinho em busca da terra como meio de vida.

Concordamos com Sprandel (2004, p. 153), quando, ao tratar a respeito da situação dos brasiguaios, não se prende apenas ao termo migração, “os limites e as armadilhas de se trabalhar com a categoria migração já foram amplamente analisados por antropólogos sociais”.

De acordo com Sprandel (2004), não houve momento algum em sua pesquisa em que tivesse ouvido alguma menção, por parte dos entrevistados, sobre “migrantes”. Muito pelo contrário, a escolha pelo Paraguai é colocada como solução momentânea perante a crise econômica ou os conflitos por terras. A proximidade com o Brasil e a propaganda de amigos, parentes e colonizadores, através das rádios e jornais também aparecem com frequência. “Nesse sentido, pode-se dizer que o Paraguai representou naquele momento uma opção ao endividamento bancário, aos conflitos e à elevação do preço da terra e dos contratos de arrendamento” (SPRANDEL, 2004, p. 154). Segundo a autora, podemos até chamá-los de migrantes ou brasiguaios, mas não podemos deixar de vê-los como “grupos familiares” que buscam manter sua condição camponesa cruzando a fronteira por duas vezes.

Ressaltamos que esse processo sofrido por milhares de famílias brasileiras ao longo

⁹ Ex-brasiguai assentada no Grupo “Ar Livre” da FETAGRI.

das décadas de 60/70/80 do século passado, não pode ser visto apenas como simples fluxo migratório. Há um grande contingente de brasileiros que migram para o Paraguai e nós compreendemos isso; entretanto, entendemos também que este termo é reducionista e não é abrangente o suficiente para explicar os verdadeiros elementos que compuseram essa migração ou, como preferimos chamar de dupla expropriação que gira em torno dos brasiguaios.

Nessa perspectiva, entendemos que essa intensa corrente migratória de brasileiros ao Paraguai não se deu de forma voluntária, mas sob a pressão e com a expulsão de milhares de camponeses ocasionados pela chegada avassaladora da frente pioneira especialmente na região Sul do Brasil. Esses procuraram novos espaços “vazios” para sua reprodução. Assim, buscaram, no país vizinho, aquilo que não tinham mais, ou que era insuficiente para a manutenção de suas vidas, pois, no Brasil, a terra tornou-se muito cara e manter-se nela, a partir da modernização da agricultura, passou a exigir um alto custo de produção; logo, a vida no Brasil tornou-se inviável. Assim, diante desses fatores, para essas famílias, a migração ao Paraguai lhes pareceu uma alternativa favorável, pois, para muitos camponeses, bastava atravessar a fronteira e, do outro lado, poderiam continuar vendo ou mantendo contatos frequentes pela proximidade que a fronteira paraguaia mantinha (e mantém) com o Brasil.

Ao questionarmos os entrevistados sobre como era a vida no Paraguai, muitos responderam que este é um país muito bom para se viver e criar os filhos. Mesmo estando morando em país estrangeiro, eles não se sentiam como tais, ao contrário, pois moravam em colônias brasileiras, falavam a mesma língua, tinham praticamente os mesmos costumes. Esse é o caso de Dona Marisa, quando relata:

Pra mim é como que eu estivesse no Brasil, eu dou muito valor para o Paraguai porque foi lá que eu conquistei tudo que eu tenho esse pouquinho que nós temos nós tivemos que se virar pra ter, [...] era uma terra muito produtiva, muito boa, melhor que aqui a terra, a amizade é muito grande lá [...] (Entrevista concedida a Nogueira, dia 12/12/2009).

Entretanto, mesmo as famílias tendo relatado que viver no Paraguai foi um período muito bom, eles decidiram retornar ao Brasil. Nesse caso, para o Assentamento Itamarati I, com intuito de continuarem sendo homens e mulheres do campo. Esses ex-brasiguaios ficaram sabendo da desapropriação da área através de amigos, associações, sindicatos, rádio e televisão. O senhor Miguel¹⁰, por exemplo, ficou sabendo da criação de assentamento da seguinte forma:

¹⁰ Ex-brasiguai assentado no Grupo “Ar Livre” da FETAGRI.

Ficamos sabendo que a Itamarati seria para a reforma agrária pela Voz do Brasil, daí viemos e ficamos acampada na beira da Br, dia 03 de agosto de 2001 nós chegamos no acampamento, no outro ano, dia 04 de junho nós pegamos a terra. (Entrevista concedida a Nogueira dia 22/04/2010)

Eu vi na televisão: a fazenda Itamarati vai ser loteada, [...]. Daí quando eu assisti que ia ser loteada a fazenda daí eu pensei, sabe que eu podia pegar um lote lá, daí eu entrei nas discussões daí eu vim. Mas não fiquei na beira da estrada, porque tinha pouca gente que queria vim pra cá, fiquemo perto do posto, [...], na escola [...], veio só três famílias. Foi tudo certinho, nós viu quando o Lula e o Zeca assinou, ninguém invadiu assim não, foi a coisa mais linda sabe (risos) daí eu vim (Dona Josefa¹¹, entrevista concedida a Nogueira dia 12/12/2010)

Verificamos, por meio das entrevistas, que o motivo que levou essas famílias a retornarem ao Brasil, mais especificamente ao Assentamento Itamarati I, a partir do ano 2000, foi a falta de acesso à saúde pública, educação para os filhos e por terem ficado sozinhos sem filhos e/ou marido como o caso de três entrevistadas:

Quando faltou estudo pro mais velho, quando terminou o 2º Grau, ele trabalhava e ganhava muito pouco, trabalhava no cartório e ganhava mixaria, não ganhava o salário mínimo, não tinha carteira assinada, nada disso. A decisão de vir para o Brasil foi do mais velho, mãe eu vou se vocês quiserem ficar vocês ficam, mas eu vou (Dona Marisa entrevista concedida a Nogueira dia 22/04/2010).

Nós saímos porque era assim [...] não tinha direitos da família, lá era tudo pago, minhas crianças ficavam doente tinha que pagar internação, médico, consulta, tudo (Dona Noemi, entrevista concedida a Nogueira dia 22/04/2010).

Ah! Porque os filhos estudaram e foram tudo embora, e eu fiquei sozinha (Dona Josefa, entrevista concedida à Nogueira dia 12/12/2010).

Diante de tais condições, a oportunidade de serem donos de suas próprias terras no país de origem surgia como possibilidade de perspectivas melhores, já que, no Paraguai, muitos trabalhavam de agregados e outros tinham apenas o direito sobre a terra, ou seja, não tinham a escritura, apenas um documento que permitia a exploração do solo. Verifica-se nesses relatos que o que eles construíram ao longo dos anos não era suficiente para continuar mantendo a família e os filhos no campo paraguaio. Assim, ao invés de deixarem os filhos partirem para a cidade no Brasil em busca de estudo e qualificação profissional, preferiram acampar e lutar pela terra, diante da perspectiva de conquista da terra na então fazenda Itamarati. No caso de Dona Josefa foi a ausência dos filhos que a fez retornar ao Brasil. Portanto, foram inúmeros motivos que fizeram com que centenas de famílias retornassem ao seu país natal em busca da propriedade camponesa.

¹¹ Ex-brasiguaiá assentada pela CUT, lote 232.

Há um fator interessante a ser discutido aqui que é o fato de algumas famílias relatarem que gostariam de continuar vivendo no Paraguai, pois conseguiram adquirir suas terras após muitos anos de trabalho e aquele país os havia recebido e, lá, construíram suas vidas. Mas, foram praticamente expulsos de suas terras por estrangeiros que também alegavam ser donos daquelas terras.

A maioria dos brasileiros comprou suas terras de colonizadoras, diretamente do Instituto de Bienestar Rural (IBR) ou ainda dos camponeses paraguaios, e alguns ainda não têm escrituras públicas, continuam somente com os contratos de compra e venda. Além disso, as terras geralmente têm vários documentos, onde a forte corrupção do IBR possibilitava a distribuição da mesma propriedade para mais de um proprietário, ocasionando muitos problemas de documentação. Os títulos são geralmente questionados e, às vezes, aparecem outros indivíduos que afirmam serem os donos das terras (ALBUQUERQUE, 2010).

Um ex-brasiguaiio entrevistado nos relata, muito emocionado, que durante muitos anos viveu e sobreviveu dos frutos que colhia de sua pequena propriedade no Paraguai e que, no ano 1996, tiveram uma triste surpresa quando apareceu um homem de nacionalidade francesa alegando ser proprietário de uma grande fazenda, à qual o seu lote pertencia. Então, nosso entrevistado juntou todos os recibos de quitação e o comprovante de posse da terra para comprovar ser o dono, porém o senhor francês era quem tinha em mãos a escritura.

Dessa forma, a família foi “convidada” (leia-se, forçada) a entrar em um “acordo”. Este consistia em comprá-la novamente por um valor exorbitante ou vendê-la, neste caso tiveram de vender, pois não tinham condições financeiras para pagar o preço pedido. A família recebeu apenas pelas benfeitorias existentes no lote, uma vez que o “proprietário” francês alegava já ter pago pelas terras.

Segundo o senhor Norberto¹²:

Eu tinha comprado uma terra lá, e depois de 25 anos apareceu o “dono”, eu briguei mais de 8 anos na justiça. Era 28 ha, [...] afinal pra não perder tudo, fiz um acordo lá com o cara. Ou ele me vendia, ou eu vendia minha parte pro cara. Daí ele fez um acordo de pagar minha benfeitoria, coisa mínima. Essa questão da terra em Mbaracaju, eu falei com as autoridades no Paraguai e no Brasil, falei com Diretor do Itamaraty¹³, ele falou que o governo do Brasil e do Paraguai não podiam fazer nada. Do lado que tem mais dinheiro é que puxa não tem jeito mesmo. Não era só eu, todo mundo que morava nessa colônia, era 2219 famílias.[...] Tinha outras que acabaram

¹² Ex-brasiguaiio assentado pelo Grupo 6 do MST.

¹³ É um órgão do Poder Executivo, responsável pelo assessoramento do [Presidente da República](#) na formulação, desempenho e acompanhamento das relações do [Brasil](#) com outros países e organismos internacionais. A atuação do Itamaraty cobre as vertentes política, comercial, econômica, financeira, cultural e consular das relações externas, áreas nas quais exerce as tarefas clássicas da [diplomacia](#): representar, informar e negociar. www.mre.gov.br acesso em 07/09/2010.

comprando e ficaram dessa vez. Eu tinha o pensamento: eu já comprei uma vez e apareceu o dono, e de repente aparece outro daí complica (entrevista concedida à Nogueira, dia 12/12/2010).

Então, a família decidiu juntar tudo o que tinha mais o valor de “venda” da terra e comprar um lote no Assentamento Itamarati I.

Segundo Batista (1990, p. 68), esse tipo de situação era muito comum ocorrer com os camponeses brasiguaios:

Muitos brasiguaios compram terras “griladas” de “picaretas” (também conhecidos como grileiros de terras). Outros tiveram que se sujeitar a fazer acordo com os comissários e juízes da região, que regularizavam estas terras griladas desmembrando-as em vários lotes, titulando por exemplo, para quatro famílias que haviam adquirido os mesmo vinte hectares, 5 hectares para cada uma.

Depois de viverem anos no país vizinho, essas famílias decidiram voltar ao Brasil. O que nos chama a atenção é o fato de continuarem vivendo em área fronteira. Por que não retornaram para sua terra de origem, onde afirmam ter deixado familiares e amigos? Esse questionamento nos é respondido através de uma unânime resposta:

Porque lá não tem serviço pra nós, nós teria que trabalhar na cidade e sem estudo não dá, daí surgiu esse assentamento aqui, daí nós viemos (Sr. Miguel, entrevista concedida a Nogueira dia 12/12/2009).

Porque lá nós não teria terra. Olha eu trabalhei até meus quinze anos na roça, (depois fui trabalhar numa madeireira) eu agradeço isso porque hoje a gente tá sobrevivendo da roça (Sr. Genivaldo¹⁴, entrevista concedida a Nogueira dia 12/12/2009)

Não foi possível retornar para o mesmo lugar de onde saíram (no Brasil) há décadas atrás. Isso é decorrente da falta de oportunidade de acesso à terra uma vez que a única opção seria trabalhar na cidade e, sem qualificação, esses trabalhadores sabiam que a vida seria difícil. A escolha pelo acampamento, para conseguirem o lote no Assentamento Itamarati I, diz respeito ao fato de serem mulheres e homens da terra que lutaram a vida toda para construir suas histórias no campo. Logo, esse assentamento representava essa possibilidade de recriação camponesa. Então, podemos afirmar que a opção dessas famílias era permanecer e viver na terra.

As famílias que adquiriram lotes via “Reforma Agrária” passaram em média 12 meses acampadas em barracos de lona. Algumas próximas à BR que divide o Assentamento

¹⁴ Ex-brasiguaios assentados pelo MST.

Itamarati I e Itamarati II; outras acamparam nas proximidades do Rio Dourados; outras, nas terras da própria fazenda; e, outras tantas estavam espalhadas por municípios que fazem fronteira com o Paraguai.

A vida não era fácil no acampamento. Os assentados viviam das cestas básicas custeadas pelo Governo, ajuda de familiares, quando podiam contribuir com dinheiro e, quando o Movimento (FETAGRI, CUT, MST e AMFFI) permitia, eles trabalhavam de bóias-frias para se manterem, pois, muitas vezes, a cesta não era suficiente para alimentar toda a família e, nesse caso, havia também a ajuda mútua entre os acampados, que partilhavam os alimentos da cesta básica.

É possível verificarmos que a vida no assentamento é muito dinâmica, ou seja, há uma constante rotatividade de famílias que saem (vendem) e outras tantas que entram através da compra dos lotes. Há também um grande número de ex-brasiguaios que se mudam para o assentamento. Nosso objetivo não é quantificar as famílias que saem ou que entram, mas identificar o período e a conjuntura em que retornaram ao Brasil se reterritorializando no Assentamento Itamarati I, bem como sua territorialização. Esse assunto será tratado no próximo capítulo.

CAPÍTULO 2 – ITAMARATI: DE TERRITÓRIO AGROEXPORTADOR ÀS MULTITERRITORIALIDADES

Neste capítulo faremos um breve histórico a respeito das principais formas de luta pela terra a fim de situarmos a questão fundiária do Estado de Mato Grosso do Sul. Trataremos também da localização e do processo de compra/venda da Fazenda Itamarati e do significado da luta pela terra. Abordaremos as diferentes territorialidades presentes no Assentamento. Demonstraremos, cartograficamente, como era o território agroexportador e como se expressam as multiterritorialidades.

Trataremos aqui das estratégias de resistência das famílias de ex-brasiguaios no Assentamento, abordando as diferentes formas organizativas usadas por eles e discorreremos sobre os significados por eles defendidos para a sua permanência na terra.

2.1 A luta pela terra em Mato Grosso do Sul

De acordo com Fabrini (1996, p. 50), a povoação e a ocupação do território sul-mato-grossense foram realizadas por duas frentes colonizadoras. Uma vinda do Rio Grande do Sul, no final do século XIX e no início do século XX. A outra frente colonizadora foi mais recente feita por paulistas, paranaenses e nordestinos, no processo de expansão da “frente pioneira”: Ambas buscavam campos para a prática da pecuária e atividade ervateira.

Neste contexto, a “marcha pioneira” (paulista e paranaense) avança sobre as terras novas e baratas do sul de Mato Grosso do Sul. A iniciativa particular se fez presente na colonização através de loteamentos, como aqueles feitos pelo grupo BATA, SOMECO, Colonizadora Vera Cruz-Mato Grosso e outros. A ação governamental também se fez presente com a CAND (Colônia Agrícola de Dourados) e Iguatemi. Esse tipo de colonização será feito com base na venda de grandes lotes de terras devolutas feita pelo próprio Estado. Esse tipo de colonização será feito com base na venda de grandes lotes de terras que, mais tarde, serão transferidos a fazendeiros pecuaristas de São Paulo e Paraná, dando-se origem à elevada concentração fundiária existente no sul de Mato Grosso do Sul. Nas áreas onde ocorreu a

“colonização dirigida”, com a participação de colonizadoras particulares e oficial, a concentração de terras não foi tão elevada.

A estrutura fundiária em Mato Grosso do Sul já nasceu concentrada. Isto aconteceu pelo fato de que mesmo antes de o Estado ser povoado, nas décadas de 30 e 40 do século passado, a maioria das pessoas que adquiriram esses latifúndios, junto ao Estado, eram pessoas que moravam nas cidades e não necessitavam do uso da terra para sobrevivência. Na realidade, eles estavam à espera de valorização dessas terras com o intuito de vendê-las. Muitas foram vendidas a fazendeiros dos estados de São Paulo e Paraná que, por sua vez, adquiriram outros lotes, aumentando ainda mais a concentração de terras.

Uma grande massa de trabalhadores nordestinos foi atraída para a região a partir da década de 1950 devido a problemas de má distribuição de terras em seu local de origem.

Essa frente de ocupação acabou atraindo para o sul do estado muitos migrantes, não proprietários de terra, sendo esses, peões e arrendatários. Em geral, tais trabalhadores volantes estabeleciam um contrato de três anos. Durante o período, deveriam desmatar a quantidade combinada e, no final do contrato, deveriam pagar uma renda ao proprietário da fazenda, pelo uso da terra em dinheiro, dias de serviço ou, como era mais comum, plantar grama para a pastagem de gado. Esse ciclo se repetia até as grandes fazendas estarem desmatadas e prontas para a invernada.

Segundo Fabrini (1996, p.81), “em Naviraí inicia-se o movimento de resistência na terra pelos arrendatários que derrubavam as matas formavam pastagens nas fazendas Entre Rios (40 famílias), Água Doce (40 famílias), e Jequitibá (160 famílias)” com a participação da CPT e do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Naviraí. Os arrendatários, por intermédio do advogado Joaquim das Neves Norte, moviam ação contra os proprietários das referidas fazendas pelo fato do contrato de arrendamento de três anos ter passado para apenas dois anos de duração devido a irregularidades. Em 1980, a justiça dá ganho de causa aos arrendatários da fazenda Jequitibá, autorizando a sua permanência nos lotes pelo período de um ano. Esses arrendatários sofreram represália do proprietário da fazenda, que soltou cerca de 5.000 cabeças de gado sobre a plantação dos arrendatários.

Nesse contexto, os trabalhadores procuram reivindicar a terra através de ocupações de latifúndios ou pela permanência na terra de forma mais explícita no final dos anos 70 e início dos anos 80, pelo movimento dos trabalhadores arrendatários no Sul do Estado (CPT, apud ALMEIDA, 2006, p.122):

Os primeiros registros dos conflitos entre arrendatários e fazendeiros de Mato

Grosso do Sul relacionam-se com os acontecimentos ligados ao rompimento do contrato de arrendamento nas fazendas Entre Rios, Água Doce e Jequitibá, no Município de Naviraí. Situação que teve seu estopim, em 1981, com o assassinato do advogado dos arrendatários. Todavia, a luta nesse período não era somente dos arrendatários para permanecerem na terra, pois já havia na região de Batayporã um movimento de reivindicação de terras para a reforma agrária por parte do sindicato dos trabalhadores rurais.

A CPT começa a fazer um trabalho de base nas comunidades, visando à articulação para ocupação de terras. No final da década de 1970, promove encontros de lideranças dos movimentos de sem-terras na região da Grande Dourados. Nesse período, devido à articulação da luta pela terra, a CPT propiciou a base para o nascimento do MST no estado. Sendo assim, o MST e a CPT passam a atuar juntos nos movimentos sócioterritoriais.

A partir daí, a CPT passa a criar as “Comissões Municipais de Sem-Terra”, com intuito de mobilizar e despertar a consciência política dos trabalhadores rurais sem terra. Em 1982, essas comissões já se encontravam organizadas em 11 municípios, sendo realizado na cidade de Glória de Dourados, nos dias 3 e 4 de abril do mesmo ano, um encontro com a participação de sem-terras de vários municípios, nascendo aí a “Comissão Estadual de Sem-Terra”, composta por 11 membros, representando esses trabalhadores de cada um dos municípios onde haviam as Comissões Municipais. Cujo objetivo, agora, era oferecer melhor direcionamento à luta e organização dos sem-terra.

A estratégia de luta da CPT era realizar um ‘abaixo assinado’ de 3.600 assinaturas como forma de pressionar o governo a fazer a reforma agrária no estado. Porém, essa estratégia não deu certo, e em 1984, durante um estudo a respeito da reforma agrária, realizada em Fátima do Sul, sob a acessória de Miguel Presburger e João Pedro, ocorrem mudanças na estratégia de luta dos sem-terra. Vendo que as negociações entre o governo e os trabalhadores rurais sem-terra não haviam dado resultados, passaram a realizar as ocupações (FABRINI, 1996).

Nessa fase de organização, a primeira ocupação de terra foi realizada em 28 de abril de 1984, na Gleba Santa Idalina, pertencente ao Grupo SOMECO, na cidade de Ivinhema, envolvendo trabalhadores rurais sem-terra de 11 municípios da região e também de brasiguaios.

Assim, essa ocupação se fez destaque no Mato Grosso do Sul, onde se tornaram públicos os problemas existentes em torno da questão agrária do estado, ou seja, tornou-se conhecimento de todos a acumulação de terras por um seletivo grupo da sociedade e, por conseqüência, a falta da terra para milhares de famílias rurais.

Porém, essa ocupação gerou muitos conflitos entre os latifundiários e os sem-terra e

consequentemente com movimentos que lutavam pela posse da terra em especial à igreja católica e à CPT, pois elas se configuravam a base dessa organização. Onde os latifundiários desta Colonizadora - SOMECO acabaram acionando a justiça para a reintegração de posse, obtendo ganho de causa, resultando no despejo dos trabalhadores rurais sem-terra. Assim como Fabrini (1996, p.84) pontua:

Criadas essas condições “preliminares” pela atuação massiva da Igreja na organização do sem terra surge no Mato Grosso do Sul o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra). No final do ano de 1986, ocorre a separação entre a atuação da CPT e do MST, com a vinda de um dos seus membros da Direção Nacional, Darci Domingos Zehn e sua esposa, que irá liderar a ocupação da fazenda Itasul no Município de Itaquiraí, em 1.989. Essa foi, portanto, a primeira ocupação organizada pelo MST em Mato Grosso de Sul.

A partir do momento que o MST foi adquirindo autonomia na tomada das decisões de como encaminhar a luta pela terra, houve a separação desse movimento da CPT, devido a dificuldades de entendimento entre ambos. A CPT, em 1991, passa a atuar diretamente nos assentamentos, ao passo em que o MST se dedica a atuar na organização dos trabalhadores e lutar pela conquista da terra, mas também trabalhando nos assentamentos.

Nesse contexto, são realizadas várias ocupações com intuito de chamar atenção dos órgãos fundiários para se ter direito à terra. A partir daí, a luta pelo direito à posse da terra se intensifica no estado de Mato Grosso do Sul. Para Fernandes (1996), a maioria dos assentamentos existentes no país não é decorrente de uma Reforma Agrária, mas sim da luta pela terra.

Almeida (2006) divide os períodos que marcaram a luta pela terra no Estado em quatro fases. A primeira compreende de 1980-1985 e representa a conquista de seis assentamentos realizados pelos governos Federal e Estadual: Padroeira do Brasil, criado em 1984 pelo governo estadual no município de Nioaque, com área de 2.200 hectares; Tamarineiro I, criado em 1984 pelo Instituto Nacional de Reforma Agrária (INCRA), localizado no município de Corumbá, com área de 3.797 hectares; Retirada da Laguna, criado em 1985 pelo INCRA, em Guia Lopes da Laguna, com área de 2.288 hectares; Sucuriú, criado em 1985 pelo INCRA, no município de Chapadão do Sul, com área de 16.177 hectares; Nioaque, criado em 1985 pelo INCRA, no município de Nioaque, com área de 11.061 hectares; Canaã, criado em 1985 pelo governo estadual no município de Bodoquena, com área de 4.600 hectares.

A segunda fase (1986-1990) corresponde à implantação do Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA). Essa fase é identificada pela expectativa de acesso a terra pelos

trabalhadores rurais sul-mato-grossenses e, também, por brasiguaios. Houve a implantação de 16 assentamentos neste período.

O terceiro período compreende os anos entre 1991 e 1995. A política de assentamentos foi reduzida no Estado. Apenas seis assentamentos foram implantados e as ocupações de terras, combatidas.

O último período é de 1996-2000. Estes cinco anos representam a retomada da luta pela terra e da conquista dos assentamentos. Foram criados 97 assentamentos no Mato Grosso do Sul, sendo 13.921 famílias assentadas e 382.656,510 hectares desapropriados.

Segundo Oliveira (1991 p.48):

O Brasil detém a estrutura fundiária que a história da humanidade jamais registrou. Aqui as 17 maiores propriedades ocupam uma área igual a área ocupada pelo Estado de São Paulo. Se somarmos as 300 maiores podemos verificar que elas ocupam uma superfície duas vezes aquela ocupada por São Paulo.

O meio rural brasileiro se consolida pela concentração de terras, ocasionando problemas no campo como desemprego, baixos salários, precárias condições de trabalho, conflitos, degradação humana, entre outros.

Neste país existe uma grande disparidade quanto à distribuição de terras, sendo que apenas uma restrita parcela da população brasileira detém uma enorme quantidade de terras (latifundiários), enquanto a maioria da população tem pouca ou nenhuma terra. Sabe-se que a origem da concentração fundiária remonta do período colonial. Quando gigantescas porções de terras foram concedidas aos “puros de sangue” pelo regime de sesmarias.

A concentração de terra no Brasil é alarmante e os movimentos socioterritoriais passaram a ocupar as terras improdutivas devido à omissão do Estado e a ineficiência dos órgãos oficiais responsáveis. Entretanto, esses movimentos sozinhos não dão conta de pressionar o governo a fazer uma Reforma Agrária capaz de redistribuir a terra de forma mais justa e igualitária, capaz de transformar a vida de milhares de pequenos produtores e camponeses.

2.2 O Assentamento Itamarati I

Nosso objeto de pesquisa se restringe ao assentamento Itamarati I. Este assentamento surge em um contexto diferente dos demais assentamentos criados anteriormente, pois está

inserido no Programa Nacional de Reforma Agrária. Ainda assim, isto não quer dizer que não houve a luta pela terra, como, nas palavras de Almeida (2006, p. 137):

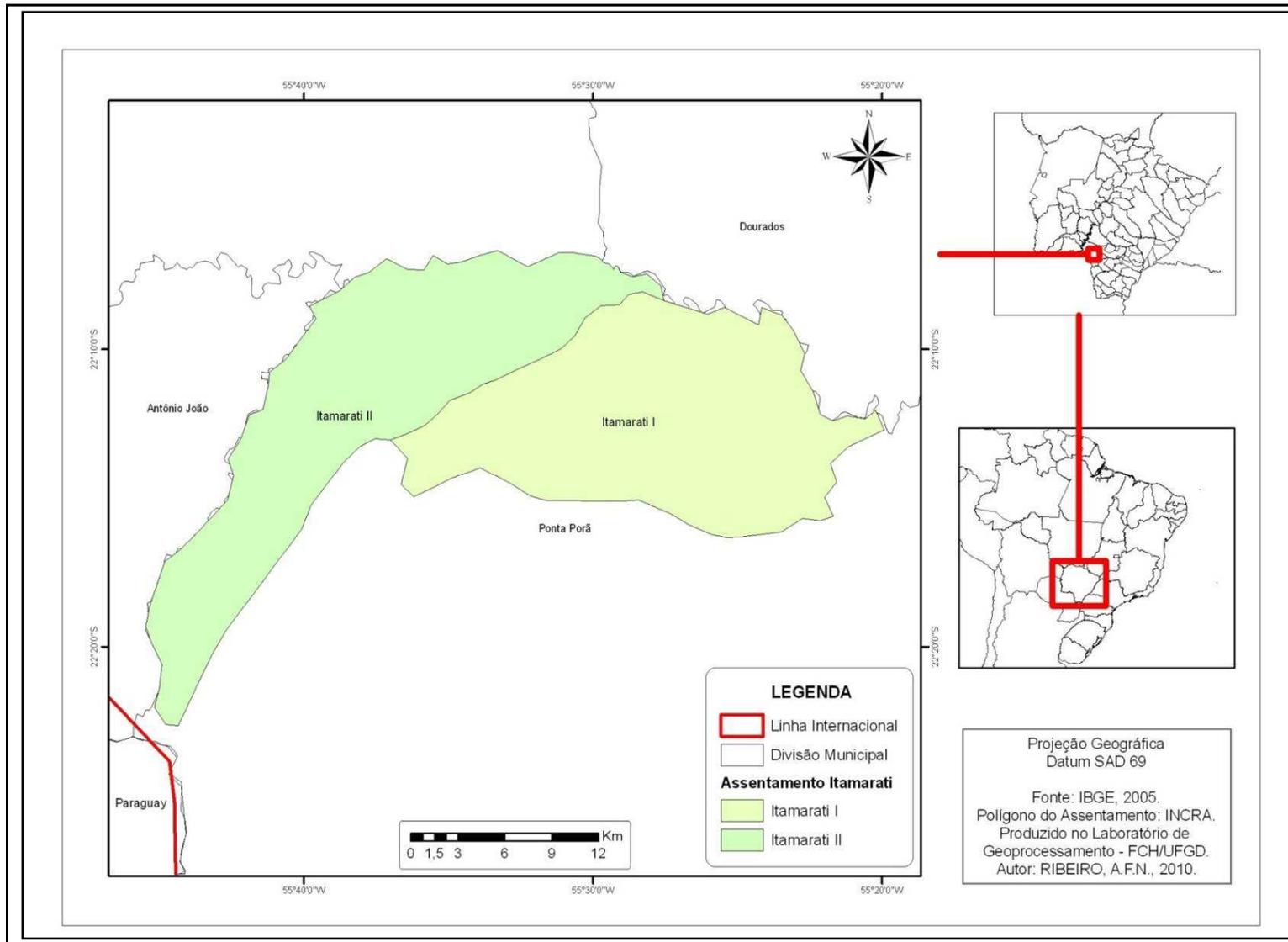
Quanto à reforma agrária do governo do estado no sentido da retomada da política de assentamentos, a despeito das denúncias da grilagem de terras, a ação existente refere-se exclusivamente à compra da fazenda Itamarati (Ponta Porã) para o assentamento de 1.300 famílias e às discussões a respeito da liberação dos recursos para a compra de terras por meio do Banco de Terra.

O Assentamento Itamarati I ocupa uma área de 25.100 ha. Foi implantado em 2002, no Município Ponta Porã/MS, onde localiza-se a 45 km desta cidade e a 21km da faixa de fronteira, possuindo os seguintes limites e confrontações: Rio Dourados (Norte); Fazenda Santa Virgínia, Córrego Tayhere e Córrego Santa Rita (Sul); Rio São João e Rio Dourados (Leste); e, Fazenda Santa Virgínia e Rede Ferroviária Federal Sociedade Anônima (oeste).

A área do assentamento pertencia ao Grupo Itamarati, que nas décadas de 1970 e 1980 foi conhecido como o maior produtor de soja do Brasil. Contudo, o modelo adotado fracassou, possibilitando transformá-lo em um dos maiores assentamentos da “Reforma Agrária” do Brasil. A comunidade está organizada em quatro movimentos socioterritoriais: CUT, FETAGRI, AMFFI e MST.

Está localizado em nível regional a 22°32' de latitude Sul e 55°43' de longitude Oeste, no Município de Ponta Porã/MS, fazendo limite com os seguintes municípios: Maracajú ao Norte, Dourados a Nordeste e a Leste, Laguna Caarapã a Sudeste, Aral Moreira ao Sul, República do Paraguai a Sudoeste, Antônio João e Bela Vista a Oeste e Jardim e Guia Lopes da Laguna a Nordeste, (INCRA, 2000 in: Embrapa Relatório, 2002 apud RODRIGUES; SILVA, 2004). (Mapa 2).

Mapa 2 - Localização do município de Ponta Porã - MS e Assentamento Itamarati I



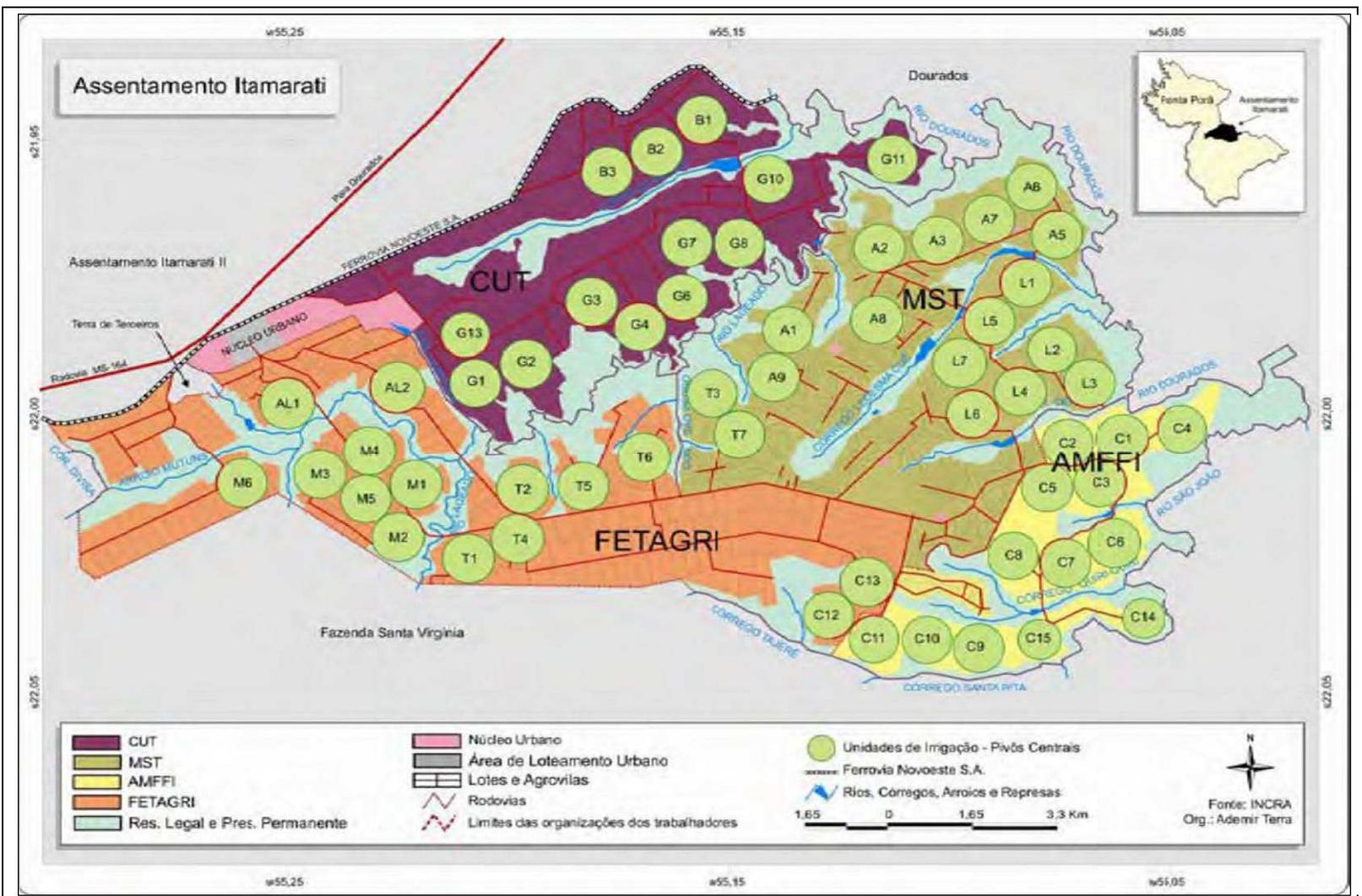
De acordo com Terra (2009), o levantamento de recursos naturais, realizado pela equipe que elaborou o Plano de Desenvolvimento do Assentamento (PDA), mostrou que a área apresenta um diagnóstico positivo quanto ao clima, vegetação, uso do solo e, principalmente, quanto aos recursos hídricos, pois está situada na bacia do rio Paraná, sendo limitada ao norte pelo rio Dourados, ao sul pelos córregos Tayhere e Santa Rita e, ao leste, pelos rios São João e Dourados.

O fato de que o assentamento Itamarati I situa-se na bacia do rio Paraná e é margeado por recursos hídricos advindos dos rios previamente citados garante um bom abastecimento de água. Isso possibilitou que a antiga Fazenda Itamarati instalasse 90 unidades de irrigação conhecidas como pivô. Essas unidades são utilizadas para a irrigação de plantios em época de longo período de estiagem, almejando minimizar as perdas por falta de chuva e, conseqüentemente, maior lucratividade.

Quanto ao uso da terra, de acordo com o PDA, o Assentamento Itamarati I registra solos altamente mecanizáveis e com grande capacidade de retenção de cargas, podendo ser utilizados para culturas anuais ou perenes, com algumas restrições. A lavoura e a pastagem são os usos potenciais recomendados para o imóvel. Sua área total de 25.072 hectares está distribuída em 7.232 ha irrigados pelo sistema de pivôs centrais; 6.568 ha de áreas de sequeiro, onde não há irrigação artificial; 4.321 ha de reserva legal, 918 ha destinados à área de preservação permanente; e, 6.033 ha constituídos de pastagens plantadas (INCRA/SEPROD/IDATERRA, 2003 apud RODRIGUES; SILVA, 2004).

No que se refere ao acesso rodoviário, as famílias assentadas podem contar, ainda, com a rodovia MS-164 que, juntamente com a ferrovia Ferronorte, delimita os Assentamentos Itamarati I e Itamarati II (ver mapa 3 - Assentamento Itamarati I e a territorialização dos movimentos socioterritoriais).

Mapa 3 - Assentamento Itamarati e Territorialização dos Movimentos Socioterritoriais



Fonte: TERRA, 2009

2.3 Itamarati: de propriedade capitalista a território camponês

A fazenda Itamarati foi aberta em 1973, tendo sido adquirida via compra de 25.000 ha de terras que haviam pertencido à Companhia Mate Laranjeira e, no momento da compra, por Olacyr, já pertencia parte à fazenda Santa Virgínia e parte à fazenda Campanário. Teixeira (apud TERRA, 2009, p. 67) afirma que:

[...] com apoio da SUDECO, estimulado pelo atraente preço da soja no mercado internacional e ainda, no meu entender pelo baixo preço da terra (C\$200,00 o hectare em 1973), é que o empresário toma a decisão de implantar um ambicioso projeto agrícola. Em 1976 amplia a área com a aquisição de mais 25.000 ha.

Em um espaço médio de três anos, Olacyr de Moraes passou a ser proprietário de um imenso latifúndio, configurando, no momento, a ocupação de grandes extensões de terras facilitada pelo projeto político e econômico vigente no estado, aliado ao baixo preço da terra.

Dessa forma, a Fazenda Itamarati foi constituída por 50.000 hectares, com a função de servir como agroexportadora de *commodities*, utilizando-se de recursos intensivos de capital e tecnologias de ponta que, no momento, não eram praticados no Brasil, contando com sementes especiais, pesquisas realizadas junto à Universidade Federal de Viçosa, maquinários e insumos modernos, mão-de-obra qualificada, entre outros quesitos, como aponta Teixeira (apud TERRA, 2009, p. 71):

A fazenda é dotada de um moderno laboratório de pesquisa, onde são feitas análises de solo, pesquisas de variedades de soja e trigo, atingindo o montante de 3.000 linhagens. Mantém pesquisas em convênio com a EMBRAPA e a Universidade Federal de Viçosa, investigando a colsa, o linho, a beterraba açucareira, a aveia preta, o milho, o feijão, o arroz e o sorgo.

Nessas condições, a fazenda Itamarati tornou-se a primeira a apostar em pesquisas em parceria com o Governo Federal e com Universidades (Universidade Federal de Viçosa). Tais parcerias corroboraram com a territorialização desse imenso empreendimento agroindustrial. De acordo com Terra (2009, p. 71), “constatamos que com exceção do feijão, todos os demais produtos são parte da pauta de exportação ou usados na produção de ração para animais”.

O tamanho da fazenda em si não a qualifica como um “megaempreendimento”¹⁵,

¹⁵ Sobre esse assunto: ler Terra, Ademir. Reforma Agrária por conveniência e/ou por pressão? Assentamento Itamarati em Ponta Porã – MS: “O Pivô da Questão”. Tese (doutorado). Presidente Prudente, 2009.

mas sim toda a tecnologia nela empregada, o contingente de mão-de-obra qualificada, os laboratórios de pesquisa (pioneiros no Brasil), os recursos financeiros investidos e alcançados, tanto pelo proprietário quanto pelo Estado. Toda a infra-estrutura e maquinários modernos colaboraram para isso. Teixeira (apud TERRA, 2009, p. 72) diz:

Operam hoje 143 colhedeadas, 269 tratores, 6 aviões agrícolas, 118 caminhões, além de vários veículos de apoio, como utilitários e automóveis pequenos. A manutenção é realizada na própria fazenda, em oficinas próprias. Toda a frota é controlada por um sistema interno de comunicação. Tal frota é alimentada por uma micro-destilaria de álcool, cuja produção é da ordem de 1.000 litros por dia. O sistema produtivo possui 64 conjuntos de irrigação tipo pivot central, cobrindo uma área de 7.552 ha (120 ha por pivot), onde é plantada a maior área irrigada de trigo do país.

Além de todo esse aparato de elementos existentes na empresa agropecuária Itamarati, não podemos deixar de salientar que, talvez, o mais relevante seja o sistema de irrigação (pivô central), pois a água é um recurso natural indispensável para o cultivo e a escassez dela pode acarretar perdas irreparáveis para a plantação. Dessa forma, os pivôs servem para irrigação em períodos importantes ao desenvolvimento das culturas. Mas, esse equipamento tem um custo muito elevado, tanto de implantação quanto para manutenção, podendo chegar a um preço médio de R\$ 700.000,00 (setecentos mil reais) cada.

Diante de tal infra-estrutura, tecnologias de ponta, laboratórios de melhoramento genético, mão-de-obra qualificada e utilização de recursos públicos, a Itamarati acumulou muitos recordes em produção e produtividade, sendo que, provavelmente, o mais rentável ao proprietário foi ter sido reconhecido como o maior produtor de soja do mundo na década de 1980. “A Fazenda Itamarati ainda fez mais de 10 mil pesquisas e cruzamento genéticos até chegar ao algodão ITA-90. Graças a essa semente, o Brasil deixou de ser importador para se tornar exportador do produto” (ISTO É DINHEIRO, apud TERRA, 2009, p. 74).

Para fazer essa gigantesca estrutura funcionar era necessário também um corpo de funcionários trabalhando, a esse respeito Teixeira (apud TERRA, 2009, p. 74):

No que toca à estrutura de pessoal, vale dizer que vivem na fazenda perto de 5.000 pessoas. Possui uma Diretoria Administrativa e uma Diretoria Técnica. Além de: 7 agrônomos, 1 engenheiro mecânico, 1 engenheiro civil, 3 arquitetos, 1 médico e uma enfermeira, 1 nutricionista. Os agrônomos, em número de 7, são especializados na produção (2), em pesquisa (3), em armazenamento (1) e em recepção da colheita (1). Operam na fazenda próximo de 20 técnicos agrícolas, os quais atuam em todos os setores da produção. Há uma categoria denominada Fiscais de Campo, em número de aproximadamente 90, sendo que cada um controla 10 máquinas e respectivos operadores e uma colheitadeira. O setor de manutenção é composto de aproximadamente 50 profissionais. Para a tarefa de capina e outras que não exigem especialização, a fazenda se utiliza de mão-de-obra paraguaia, através de empreitadas.

Gostaríamos de salientar que a fazenda produzia cerca de 70% de sementes melhoradas para abastecer o mercado interno do país e estas configuravam maior lucratividade em relação à produção voltada à industrialização, ao qual girava em torno de 30%.

Para Terra (2009), a Fazenda Itamarati trouxe consigo o rótulo de “modelo”, pois foi planejada para tal. Esta empresa construiu este estigma a partir da produção em larga escala e serviu como exemplo para vários grupos agroindustriais nacionais e estrangeiros, que buscavam seguir o sistema agrícola por ela praticado. Este autor continua e afirma que essa lógica parece com a lógica das pirâmides econômicas que só ganha quem está no topo. Para a base sobram apenas os prejuízos.

O grupo Itamarati era uma grande empresa agropecuária que tornou Olacyr de Moraes conhecido como o “rei da soja” a partir da década de 1980. O grupo contava com alta tecnologia em sua produção, dispo de laboratórios, equipamentos e maquinários de ponta, além de mão-de-obra qualificada, especializada e setORIZADA.

A empresa apresentava elevado nível de mecanização e podia ser comparada a empresas agropecuárias de países desenvolvidos. Contava com laboratórios de pesquisa para melhoramentos de grãos cujo objetivo era o aumento da produtividade. Eles contavam com aplicação de defensivos agrícolas via aérea; sua colheita de algodão era mecanizada. É indispensável lembrar que essas práticas não eram comuns no Brasil daquele tempo, que ainda contava com tratores, colhedoras de grãos e algodão, aviões agrícolas, implementos, caminhões e veículos leves.

Apesar do elevado nível de modernização e produtividade, esse gigantesco empreendimento fracassou. Este fracasso levou à desapropriação para fins de “Reforma Agrária”.

A transformação da fazenda Itamarati em assentamento rural se deu através da compra desta empresa. Havia em jogo vários fatores que somados teriam desencadeado o processo que levou à falência desta fazenda. Seu proprietário – o Sr. Olacyr de Moraes – além de fazendeiro também comandava negócios no setor de telecomunicações e transportes. De acordo com Rodrigues; Silva (2004), há dois fatores importantes que podem ter levado à decadência desta fazenda. O primeiro foi a troca do administrador. O novo administrador não soube gerenciar de maneira eficiente. O outro fator a ser considerado para o fracasso da fazenda foi a saída de muitos funcionários (mão-de-obra qualificada) da fazenda. Ela não oferecia condições de permanência. Entre outros fatores, dois deles seriam a falta de salários condizentes com o trabalho realizado e o baixo investimento na área de recursos humanos.

Os motivos, que teriam levado a venda da propriedade, vão mais além. Eles estariam relacionados também às dificuldades de pagar as dívidas contraídas junto ao banco credor, somados a problemas gerenciais e à estagnação da tecnologia instalada há trinta anos, e principalmente o fim dos subsídios do Estado, pois, é importante compreender que o estabelecimento desse “mega empreendimento” se deu principalmente pelos recursos viabilizados pelo governo, e em meados da década de 1980 esses recursos passam a ser escassos, temos então uma década depois a decadência da Fazenda Itamarati. Terra (2009, p.119) assevera que:

Para o empresário, que foi dono de um dos cinco maiores grupos do país, empregou mais de 25 mil pessoas, certamente esse não teria sido o destino imaginado para empreendimento que o projetou no mundo empresarial, mas, diante da conjuntura, apesar do deságio de se desfazer da propriedade da maneira como fez, não parece ter sido um mau negócio. Afinal, instalada a crise econômica, a visão perspicaz do empresário o levou a avaliar a vantagem de entregar a propriedade para quitar débitos junto ao banco, certo de que o destino da fazenda seria mesmo tornar-se objeto de reforma agrária.

Essa afirmação pode ser comprovada quando observamos a declaração a ele atribuída, em reportagem da revista Isto É, em 1996: “Temos propostas de venda da fazenda para grupos estrangeiros, mas preferiria uma solução social [...] até eu gostaria de ser sem-terra e ser assentado nas Fazendas Itamarati” (ISTO É, apud TERRA, 2006, p.119).

A decadência da fazenda teve início em 1995 e, em 1996, Olacyr de Moraes, avaliava os benefícios de uma provável negociação da propriedade para fins de “Reforma Agrária” e articulava sua efetivação, contando, ainda, com a vantagem de se tornar um grande benfeitor da reforma agrária no país.

Para Terra (2009), essa seria uma saída vantajosa encontrada pelo empresário para se livrar de um empreendimento que se tornara “antieconômico”, auferindo um lucro considerável, ao mesmo tempo em que se “travestia” de promotor da reforma agrária. O mesmo autor (2009, p.79) ainda afirma que:

Apesar de se configurar como um modelo, o império agropastoril da Itamarati começou a ruir em 1995. Problemas econômicos ligados à agricultura - fim dos subsídios, baixos preços dos produtos agrícolas e queda da produtividade -, o custo trazido pelo Plano Real, a ciranda financeira, perspectivas de investimento em outros setores produtivos (ferroviário, bancário e industrial), a forma de gestão familiar dos negócios - incluindo as crises da família Moraes -, todos esses, entre outros aspectos, constituem uma série de fatores que, isolados e/ou conjugados, resultaram numa crise estrutural, com o crescimento das dívidas, que levou à venda da Fazenda Itamarati.

A decadência da Fazenda Itamarati começa a ser identificada a partir do ano de 1995,

ficando mais evidente em 2000, quando 50% de suas terras passaram a pertencer ao banco credor Itaú. Outro elemento preponderante, que levou ao fracasso do empreendimento, foi a construção da ferrovia Ferronorte, na qual Olacyr investiu US\$ 200 milhões. No entanto, os trens ficaram 7 anos sem se locomover, devido ao fato de que o governo de São Paulo demorou a construir a ponte sobre o rio Paraná. Essa construção era extremamente importante, pois seria o ponto que ligaria os trilhos da região sudeste do país ao porto de Santos, trajeto fundamental para a exportação de produtos.

Fiz a Ferronorte, que hoje transporta 8 milhões de toneladas de soja e é vital para o agronegócio brasileiro. Investi US\$ 200 milhões e a ferrovia só seria viável se o governo de São Paulo tivesse honrado o compromisso de fazer a sua parte. Era uma ponte sobre o Rio Paraná. O problema é que, em vez de fazer em dois anos, conforme prometido, fizeram em sete. E aí eu fiquei com o custo financeiro nas costas. [...] Todo pioneirismo é arriscado. Abre as portas para quem vem depois. Paguei o preço, mas vou legar ao País muita coisa importante na agricultura, no transporte e na pesquisa (ISTO É DINHEIRO apud TERRA, 2009, p. 80).

Mergulhado em dívidas, Olacyr tentou cobrir parte delas e ofereceu a fazenda inteira por 300 milhões de reais ao Governo Federal que, naquele momento, não aceitou a proposta. Um ano depois o fazendeiro precisou entregar metade da propriedade ao Banco Itaú.

O Banco Itaú, em posse de 50% das terras da fazenda tentou encontrar compradores interessados em adquiri-la, porém, essa não era tarefa fácil, porque se tratava de um grande empreendimento e, quem a comprasse, teria de dispor de muito investimento. Além do mais, o mercado de terras em Mato Grosso do Sul havia desaquecido em razão do aumento do número de ocupações impulsionadas através da luta pela terra no estado.

Segundo Terra (2009, p. 81), “sem solução à vista, o Banco Itaú procurou o governo com uma oferta melhor: entregaria metade das terras da fazenda por R\$ 27,6 milhões a serem pagos em quinze anos, com Títulos da Dívida Agrária (TDAs)¹⁶”.

Em maio de 2001, o Governo Federal repassou a área ao Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) quando, então, implantou-se o Assentamento Itamarati I, com o estabelecimento de 1.143 famílias. Terra (2009, p.81) assegura que:

As consequências sociais, sempre negligenciadas pelas políticas explícitas e implícitas que viabilizaram a implantação da Fazenda Itamarati, passam a romper com qualquer hipótese fatalista, substituída por um novo processo de inserção da luta pela terra, com novas dificuldades materiais e políticas, num território incluído na internacionalização do capital. Independente desses entraves, homens e mulheres,

¹⁶ Documento emitido pelo governo, criados para viabilizar o pagamento das indenizações, para fins de reforma agrária - Lei nº ordem; 4.504, de 30.11.64. até 23.06.92 os TDA foram emitidos pelo INCRA sob a forma cartular, com o decreto n. 578 de 24.06.92 a gestão e controle foi transferido para a Secretaria do Tesouro Nacional - STN e tomaram a forma escritural, os prazos de resgate oscilam entre 5 e 20 anos.

ingênuos quanto à exigência produtiva, mas conscientes da necessidade de trabalho e dignidade, vão engrossar a ação social para que a terra não cumpra apenas o papel de produtora de *commodities*, mas também de vidas e de geração de trabalho no campo, mais incluyente, mais eficaz e em bases outras que oferece o mercado. [...] Assim, o território que expressava a lógica máxima de reprodução da agricultura capitalista com base latifundiária passou, nesse momento, a apontar para uma nova realidade: a territorialização da agricultura familiar, ainda que sem a sinceridade necessária para uma política pública tão exigente e delicada como é a de assentar pessoas em áreas agrícolas. A decadência de um ícone da produção agrícola em grande escala servirá como base para um novo significado de função social da terra – a reforma agrária.

Percebendo que a fazenda tinha contraído muitas dívidas junto ao banco credor (Itaú) e que a fazenda perderia 50% de sua área juntamente com a demissão de 50% de funcionários, cerca de 200 funcionários se reuniram em associação de moradores e fundaram a AMFFI (Associação de Moradores e Funcionários da Fazenda Itamarati). Assim, passaram a reivindicar parte da terra, pois estavam amparados pelo Plano Nacional de Reforma Agrária.

Posteriormente, a Itamarati reduziu o número de funcionários e a luta pelo acesso à terra dos ex-funcionários se iniciou. Os conhecimentos adquiridos mediante informações de outros movimentos sociais e o INCRA abriram possibilidades de organização da AMFFI, que passou a reivindicar a posse da terra.

Esse empreendimento fracassou e iniciou um processo de desterritorialização do capital para a territorialização do campesinato. Tal processo foi expresso a partir da desapropriação dessas terras para fins de “Reforma Agrária” ou, como preferimos chamar, “Assentamento Rural”.

De acordo com Terra (2009, p. 44) “[...] a medida que são destruídos os territórios e construídas novas territorialidades, desenvolve-se um processo dinâmico e concomitante de desterritorialização e reterritorialização”. Nesse sentido os assentados passam a construir um novo território de acordo com as mudanças das relações vivenciadas, ou seja, estabelecem diferentes relações quanto ao rearranjo produtivo diversificando o plantio.

Durante todo esse processo de desapropriação das terras da Fazenda Itamarati, havia uma grande pressão por parte dos trabalhadores e trabalhadoras rurais sem terra, acampados em barracos de lona à beira das rodovias, espalhados por diversos municípios do estado, esperando o Projeto de “Reforma Agrária” ser implantado. Assim, é possível pensarmos que o processo de desterritorialização do latifúndio se deu através das lutas dos movimentos sociais no campo, objetivando a conquista da terra, do seu lote, da sua “terra de trabalho” contrapondo a “terra de negócio” (MARTINS, 1991).

Para Terra (2009) o Assentamento Itamarati I é a materialidade de um conflito advindo da transformação de um latifúndio do agronegócio em minifúndios de agricultores

familiares no espaço e, portanto, o conceito de território se constitui como uma importante ferramenta para discutir a realidade social aí existente. Nesse sentido compreendemos que por se constituir como um território conquistado pela luta camponesa o Assentamento Itamarati I representa a reterritorialização dos trabalhadores rurais que a tempos foram expropriados (desterritorializados) da terra.

O agronegócio¹⁷/latifundiário/monocultor/agroexportador não condiz com a realidade e as necessidades básicas de milhares de famílias brasileiras. Os camponeses trabalham com a agricultura na produção local de alimentos, ao contrário do agronegócio, que tem quase toda sua produção voltada para o mercado externo. Nesse sentido, Woortmann (1990, p.37) avalia que “comida, trabalho e terra são [...] categorias centrais do discurso camponês e expressam uma relação moral entre os homens e deles com a natureza”.

Nesse contexto, fazendo uma relação entre o agronegócio da antiga Fazenda Itamarati, onde a renda ficava concentrada nas mãos de um único proprietário (latifundiário) ou um grupo empresarial, e a distribuição de terras feita pelo projeto de assentamento, temos que o Assentamento trouxe a oportunidade de produzir-se um território capaz de dar moradia e alimento a 1.143¹⁸ famílias, além das possibilidades de venda do que é produzido.

Portanto, pensar o território do agronegócio e o território camponês é pensar que existem territorialidades distintas de existir e resistir no mundo. O território do agronegócio, que se consolida através do monocultivo e da exportação, passa pelo processo de desterritorialização a partir da territorialização do campesinato que, por sua vez, produz trabalho e renda, e oferece moradia às famílias assentadas.

Por meio dessa perspectiva, visamos entender os fatores que diferenciam a agricultura camponesa. Queremos destacar o autoconsumo, buscar revelar territórios marcados outrora por relações extremamente capitalistas (Fazenda Itamarati) voltadas para o mercado externo e baseadas na expropriação de milhares de camponeses. Estes viram-se

¹⁷ O conceito de agronegócio ou "agribusiness" foi proposto pela primeira vez em 1957, por Davis e Goldberg, como a soma das operações de produção e distribuição de suprimentos agrícolas, processamentos e distribuição dos produtos agrícolas e itens produzidos a partir deles. Assim, de acordo com esse conceito, a agricultura passa a ser abordada de maneira associada aos outros agentes responsáveis por todas as atividades, que garantem a produção, transformação, distribuição e consumo de alimentos, considerando assim, a agricultura como parte de uma extensa rede de agentes econômicos. Agronegócio. no Brasil, representa a aliança que se produziu a partir do neoliberalismo entre os grandes proprietários de terra com as empresas estrangeiras. Essas grandes transnacionais, como Monsanto, Bunge, Cargill, ADM, Syngenta, Bayer, Basf, Dreyfus, Unilever, Nestlé e Danone, dominam todo o comércio mundial e os preços dos insumos e dos produtos agrícolas. Esse modelo impõe o monocultivo especializado com uma só planta em grandes extensões de terra. E, para se viabilizar, precisa de mecanização intensiva, muito veneno agrícola (os agrotóxicos) e pouca mão-de-obra. Basicamente toda a produção é voltada para o comércio exterior. Exportam a maior parte da soja, milho, algodão, café, açúcar, etanol e laranja que fabricam. <http://historiaemprojetos.blogspot.com/> acesso dia 01/07/2011.

¹⁸ A principio foram assentadas 1.143 famílias, porém hoje existem muito mais.

desterritorializados, com a forte concentração fundiária, e buscaram uma alternativa de reterritorialização através da luta pela “Reforma Agrária”, em contraponto ao modelo do latifúndio/monocultor/agroexportador do agronegócio.

Não podemos nos esquecer que o desenvolvimento da fazenda Itamarati ocorreu diante dos incentivos e subsídios custeados pelo Governo. Quando saímos a campo para coletar dados e informações para a nossa pesquisa, verificamos que esses incentivos e subsídios quase nunca chegam aos assentados e, quando chegam muitas vezes, já passou a época correta do plantio. Dessa forma, acarretando prejuízos na safra.

Sob esses e outros aspectos, para Frei Sérgio Görden (2004, p. 39), “o agronegócio criou na sociedade uma imagem de sucesso. Atribui a si o aumento das exportações e o superávit das contas externas brasileiras”. O agronegócio é resultado da opção política e econômica dos grandes proprietários de terras e de proprietários das agroindústrias que detém o monopólio de sementes, insumos e maquinários agrícolas modernos. É resultante do uso indiscriminado de agrotóxicos, da mecanização, da energia de combustíveis não renováveis, da tecnologia, do esgotamento dos nutrientes naturais do solo a partir do monocultivo, da poluição do solo, da água, do ar, sendo responsável, também, pela intoxicação de plantas animais e seres humanos.

O agronegócio é causador da concentração de terras nas mãos de poucos proprietários e, conseqüentemente, responsável também pela expropriação de milhares de camponeses e pela miséria no campo, que é “resultado de uma clara opção pelos ricos do campo e do abandono da agricultura camponesa e da reforma agrária à sua própria sorte” (GÖRGEN, 2004).

O assentamento Itamarati I se diferencia dos demais assentamentos brasileiros por vários aspectos, seja na sua dimensão territorial, seja na infra-estrutura herdada da empresa agropecuária, e também na organização socioterritorial. Esse foi o primeiro Assentamento no Brasil a abrigar vários movimentos socioterritoriais em um mesmo espaço, identificando o trabalho de lutas coletivas que apóiam e defendem os interesses dos assentados desde a organização do acampamento, à conquista do lote e à luta pela permanência na terra. Procuraremos, no próximo item, identificar a conjuntura e o período que esses movimentos nasceram no estado de Mato Grosso do Sul.

Identificaremos o nascimento e as estratégias de luta do movimento e organização social mais bem estruturado do país: o MST. Duas organizações sindicais também engajadas no ideal de luta pela terra no estado foram a FETAGRI e a DTR/CUT. Houve também uma associação de trabalhadores rurais assalariados que nasceu a partir da união de dezenas de

famílias trabalhadoras rurais ex-funcionárias da empresa agropecuária Itamarati, em busca da propriedade camponesa, a AMFFI.

2.3.1 MST

De acordo com Fabrini, a base para o nascimento do MST no Mato Grosso do Sul se iniciou da luta pela terra a partir dos arrendatários, organizada, primeiramente, pela articulação e atuação da CPT (Comissão Pastoral da Terra). Em 1982, a CPT desempenhou um papel fundamental quando estimulou a criação de “comissões municipais de sem terra”. “As comissões encontravam-se organizadas em 11 municípios, quando foi realizado em Glória de Dourados, um encontro com a presença de sem terras de vários municípios, sendo criada aí a “Comissão Estadual do Sem Terra” (FABRINI, 2008, p.75).

Posteriormente, o MST marca a sua atuação diferenciada no estado quando, em 1984, faz a ocupação da Gleba Santa Idalina, de propriedade do grupo SOMECO (Sociedade Melhoramentos de Colonização), localizada no município de Ivinhema. Sobre esse assunto explica Almeida (2006, p.142):

Como nos demais Estados, o MST no Mato Grosso do Sul nasce sob forte influência da CPT/MS, mas não só no sentido de assessoria, como também de direcionamento, visto que na ocupação da Fazenda Santa Idalina prevalecem as decisões e as ações da CPT. Situação que começa a mudar a partir desse período no sentido da construção da autonomia do Movimento, que naquele momento, foi entendida como afastamento em relação à CPT, tendo como referência as decisões balizadas, em 1985, pelo Primeiro Congresso do MST. É, portanto, nesse contexto de autonomia do MST que a ocupação de Fazenda Itasul, em 1989, foi gestada com quase exclusividade pelo Movimento.

Segundo Dellazeri (1993), no final de 1980 e início de 1990, acontece a consolidação do MST como organização autônoma, quando retoma, com vigor, a luta pela terra evidenciada nas ocupações das fazendas Itasul e Santa Lúcia.

Para Almeida (2006), o processo de territorialização do MST acaba se diferenciando de outros movimentos e organizações, pois se revela nas seguintes formas de luta:

* Ocupação/despejo/acampamento: a princípio, é realizado o levantamento da matrícula dos imóveis suspeitos de devolutividade e de improdutividade a partir de direção estadual do Movimento; então, realiza-se a vistoria, pelos setores responsáveis; depois disso, os militantes percorrem a região arrebanhando trabalhadores rurais sem terra; finalmente, o passo seguinte é organizá-los em grupo a fim de prepará-los para a ocupação;

* Após o despejo, as famílias ficam às margens das rodovias ou próximas de alguma cidade; são orientadas a permanecer em grupo com o seu respectivo coordenador; realiza-se uma assembléia para escolher um membro de cada grupo e formar a coordenação geral do acampamento que irá, então, organizar as equipes de trabalho como: educação, saúde, higiene, segurança e finanças etc;

* Ocupação de órgãos públicos: o principal objetivo dessa ação é chamar atenção da população e dos órgãos governamentais, a fim de criar um fato político;

* Caminhadas, passeatas e atos públicos: essas ações têm por objetivo consolidar a aliança campo-cidade e ganhar força e apoio da sociedade;

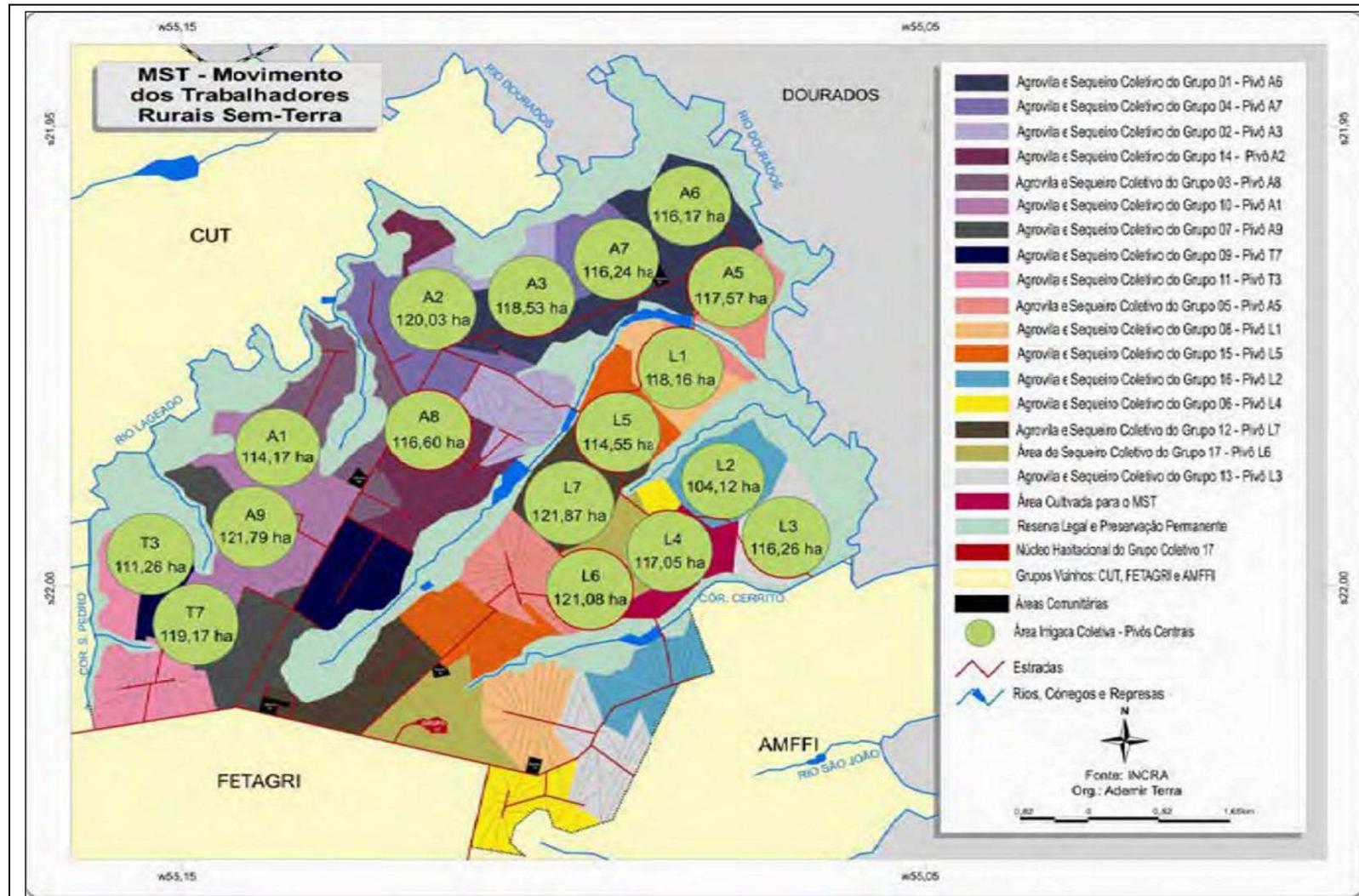
* Recuperação de alimentos: “ação que visa matar a fome dos acampados e aumentar a pressão ao governo. Ela é feita contra caminhões que transportam alimentos e trafegam nas rodovias próximas aos acampamentos” (ALMEIDA, 2006, p. 143).

* Obstrução de rodovias: visa causar impacto para obter a solução imediata de determinada solicitação, como por exemplo, a libertação de trabalhadores rurais presos.

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra está representado no assentamento Itamarati I por 320 lotes, divididos por 17 grupos, com 19 famílias cada, nas áreas de coletivo irrigado, coletivo sequeiro e lote individual sendo eles: Joaquim Neves, Nossa Senhora Aparecida, Vale Verde, Boa Esperança, Eldorado dos Carajás, Novo Renascer, Arnaldo Rodrigues – L7, Santa Fé, Carlos Mariguela – A9, Nova Esperança – L4, Brasiguaios Pivô – T7, Nova Itamarati – A8, Nova Alvorada – A2, Esperança Pivô – A3, Rosiclei Bueno – L3, Antônio Tavares e Nova Esperança – A1.

Cada uma das 320 famílias ficou com uma área aproximada de 16 ha, dividida em: 6 ha na área coletiva irrigada, 2 ha na área coletiva sequeira, e 8 ha na área individual de sequeiro, localizados nas agrovilas. Sendo que os 7.226,5 ha desse movimento foram distribuídos assim: 1.984,62 ha pertence à área irrigada, contando com 17 unidades de pivô; 793,03 ha de sequeiro; 2.589,17 ha, onde foram construídas as agrovilas em que estão os lotes individuais; 1.859,67 ha de área de Preservação Permanente (PP), Reserva Legal (RL), estradas rios e represas (ver mapa 4).

Mapa 4 - Territorialização do MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem -Terra no Assentamento Itamarati I



Fonte: TERRA, 2009

Assim como os demais movimentos, o MST também adotou o modelo coletivo de produção, porém, na prática, esse modelo nunca saiu do papel e jamais foi executado pelos assentados, sejam do MST ou dos demais movimentos. Eles acabaram adotando um modelo “semi coletivo”, pois, mesmo a maior área tendo sido distribuída para o coletivo, as famílias também contaram com lotes individuais. Logo, as famílias têm autonomia para fazer rearranjos, de acordo com seus anseios.

Em sua tese de doutorado, Terra (2009) discute esse modelo coletivo existente no assentamento e prefere chamá-lo de misto. Esse pesquisador faz uma reflexão desse movimento (MST), conhecido e reconhecido em todo o Brasil por sua bandeira de luta, descrevendo que cada família assentada pelo MST possui um lote individual com 8 ha nas agrovilas, de modo que o grupo que apresenta o maior “acúmulo” (em tese) de discussões e teria, portanto, predisposição para o coletivo, detenha 50% de sua área na forma de exploração individual, exceto o Grupo 17, o único com área totalmente coletiva.

Para esse autor, “o MST defende como modelo ideal a posse coletiva da terra, e que essa escolha seria fruto do amadurecimento político dos trabalhadores, alcançando nos debates que acontecem nos acampamentos” (TERRA, 2009, p. 186). Porém, na prática, isto não tem ocorrido. A exploração coletiva dos lotes não existe mais há muito tempo e, de fato, nunca existiu, na maioria dos casos. No entanto, as lideranças do MST no Assentamento afirmam que tudo foi muito bem explicado, trabalhado e discutido ainda nos acampamentos, e que as famílias teriam total liberdade e tempo para pensar sobre esse projeto e só vieram aqueles que concordavam com tal modelo.

Porém, inúmeras famílias assentadas pelo MST, afirmam terem sido avisadas da criação do assentamento sem qualquer discussão ou esclarecimento, tendo que tomar a decisão na hora, sem saber o que lhes reservava ou mesmo sem a ponderação com a própria família, pois os ônibus e/ou caminhões que chegavam aos acampamentos recrutando famílias não esperariam ninguém. Como Terra (2009, p. 195) afirma:

Muitos simpatizantes e militantes do MST passam uma imagem de que nos seus acampamentos as famílias estão sempre bem informadas, e que as decisões são reflexos das exaustivas profícuas discussões que precedem a criação dos chamados “assentamentos modelos”. Não queremos com isso jogá-lo na vala comum, e não estamos dizendo que o MST não tenha praticas que o distinguem das demais organizações de luta pela terra; estamos apenas ressaltando que nem tudo é como de propaganda.

As lideranças do MST pregam que o modelo coletivo é o ideal aos seus assentamentos. Segundo eles, essa opção ocorre a partir de muita discussão com os

acampados. Contudo, verificamos que houve muita desistência nos acampamentos onde se discutiam esse modelo coletivo. Controvérsias a parte, vemos que as famílias assentadas pelo MST advêm de onze acampamentos de várias regiões do Estado de Mato Grosso do Sul. Estas ficaram acampadas por um período de um a seis anos de espera pelo lote.

Durante o período de implantação do assentamento, o MST realizou o Laboratório Organizacional de Campo (LOC) para 320 famílias com o intuito de organizá-los e esclarecer a forma de exploração, a elaboração do PDA e a produção para as famílias que desconheciam o projeto. No entanto, segundo Terra (2009), essas discussões – que ocorreram durante um período de 45 dias – não passaram de mero palanque político a fim de promover e projetar alguns personagens políticos, concentrando-se na produtividade do solo, “e o retorno ‘econômico-financeiro’ dos investimentos públicos” (TERRA, 2009, p. 198) sem se discutir os pressupostos sociais básicos de sobrevivência das famílias. Em suma, pretendia-se também fazer desse assentamento uma réplica da fazenda Itamarati, em termos de produção e produtividade, deixando os assuntos relacionados aos assentados para segundo plano.

Mesmo o MST tendo “discutido” e defendido esse modelo de gestão coletiva em seus assentamentos, o que verificamos é que no Itamarati I não deu certo, pois os assentados optaram por arrendar na área de coletivo irrigado ou “parceria”, como eles preferem chamar. Esta área trouxe uma dívida para quase todos os assentados que possui lote coletivo nos pivôs com a empresa de energia elétrica por conta do uso não planejado do pivô aliado ao desconhecimento das técnicas de seu uso.

Segundo os assentados, no momento é viável arrendar a área do pivô, porque os arrendatários dispõem de condições financeiras que permitem a aquisição de insumos, sementes e implementos que possibilitam a produção, enquanto eles não possuem esta possibilidade. O arrendamento é feito mediante um contrato de em média três anos, podendo ser renovado por mais três anos, dependendo do entendimento das partes interessadas. Sobre a problemática em torno dos pivôs discutiremos no terceiro capítulo.

Para o Sr. Genivaldo, se os assentados tivessem condições de tocar o pivô seria melhor, mas no momento isto não é possível para eles:

A gente tem uma renda de três mil reais por ano no pivô, daria mais se a gente pudesse plantar, daria uma renda de dez mil reais (Entrevista concedida à Nogueira, dia 12/12/2010).

Esses assentados têm consciência de que se tivessem condições financeiras de fazer o plantio de sua área coletiva irrigada seria vantajoso, porém as dívidas contraídas devido ao

uso dos pivôs (auto custo de energia elétrica e manutenção), divergências internas e intempéries climáticas acarretaram problemas para acionar novos financiamentos para o cultivo, restando o arrendamento como única alternativa.

2.3.2 CUT

A fundação da CUT/MS (Central Única dos Trabalhadores no Mato Grosso do Sul) e do DTR (Departamento Estadual dos Trabalhadores Rurais) é fruto de um processo de organização que teve início nos anos 1980. Esse período foi marcado pela necessidade de se formar o sindicalismo rural autêntico, ou seja, um sindicalismo de base comprometido com a luta dos trabalhadores. Havia, contudo, um grupo de sindicalistas insatisfeitos com o rumo que os sindicatos estavam tomando, qual seja, o sindicalismo de cúpula, extremamente voltado à organização da estrutura e ao assistencialismo (CPT, 1993, apud ALMEIDA, 2006, p. 147).

Segundo Almeida (2006), essa insatisfação levou ao nascimento da idéia de fundar novos sindicatos articulados entre si que passam a ser considerados “autênticos”, e não mais “pelegos”. Estes sindicalistas denominados autênticos contavam com apoio da CPT/MS.

Em 1991, acontece o Primeiro Congresso Estadual da CUT/MS, e teve início o trabalho de fundação do DETR/CUT, que ocorreu em 1992, tendo o seguinte plano de lutas: reforma agrária, luta pela terra, pequena produção. (CPT, 1993, apud Almeida, 2006, p.148).

Suas formas de luta tem sido aparentemente as mesmas do MST, embora seus objetivos sejam outros. Na verdade, em virtude de sua área de atuação, leia-se organização, ficar bastante restrita à esfera de atuação do STR, sua principal bandeira de luta acaba sendo a disputa pelos STR e pela formação da Federação da Agricultura familiar do Mato Grosso do Sul (FAF/MS), disputa que se dá necessariamente no marco institucional, ao contrário do MST. (...) a estratégia de luta, segundo o Relatório de Planejamento DETR/MS (2000), é “consolidar uma organização estadual da agricultura familiar do MS, que lute pela Reforma Agrária e pela construção do projeto alternativo de desenvolvimento rural sustentável e solidário (ALMEIDA, 2006, p.149-150).

A Central Única dos Trabalhadores está representada no assentamento Itamarati I por quatorze grupos de diversas partes do Estado de Mato Grosso do Sul, sendo eles: grupos Deodópolis – lotes 001 a 020; Renascer – lotes 021 a 040; Tacuru I – lotes 041 a 050; Alvorada Brilhante – lotes 051 a 070; Tacuru II – lotes 071 a 080; Pantanal Anastácio – lotes 081 a 0100; Segredo – lotes 101 a 120; Nossa Senhora Aparecida – lotes 121 a 140; União

Senta Fé – lotes 141 a 160; Paranhos – lotes 161 a 180; Pedro Gomes – lotes 161 a 200; Novo Eldorado – lotes 201 a 240; Caarapó – lotes 241 a 260, e União Amambaí – lotes 261 a 280, totalizando 280 famílias.

O INCRA disponibilizou para a CUT uma área total de 6.278 ha, distribuídos da seguinte forma: 1.835 ha de área irrigada, 1.400 ha de área de sequeiro, 190 ha de Área de Preservação Permanente (APP), 1.184 ha de Área de Reserva Legal (RL), e 1.678 ha de Área de Pastagem Plantada (INCRA/MS, apud Terra, 2009, p. 173) (Ver mapa 5).

A organização das famílias a serem assentadas pela CUT no Assentamento e deu através do deslocamento das mesmas de seus respectivos acampamentos a partir do final do ano de 2001, com intuito de se formar um grande acampamento dentro da Fazenda Itamarati, organizado e liderado pelos grupos de origem.

Foram disponibilizados para a CUT 280 vagas. Essa organização já chegou com a seleção das famílias no acampamento realizada pelo INCRA. As famílias já tinham conhecimento a respeito da forma coletiva “proposta” (leia-se imposta) pelos órgãos responsáveis pela implantação do Assentamento.

É importante ressaltar que muitos acampamentos organizados pela Central Única dos Trabalhadores ultrapassavam a quantidade de lotes disponibilizados pelo INCRA, e havia o intuito da CUT em contemplar diversos acampamentos existentes no estado, mas a forma coletiva da produção é o fator maior para a desistência de muitas famílias.

Dessa forma, durante a discussão do projeto coletivo apresentado, inúmeras famílias, que estavam à espera do lote por anos, se recusaram a aceitá-lo uma vez que este não vinha de encontro com suas expectativas. Houve então uma composição heterogênea, ou seja, este grupo é formado por famílias de diversas localidades do Mato Grosso do Sul.

Cada família recebeu, a princípio, um lote de 18,5 ha tendo sido diminuído posteriormente para 17,5 ha, distribuídos em três partes: tendo em média de 7 ha de área sequeira coletiva, de 4,5 a 5 ha de sequeiro individual e 6 ha para área irrigada coletiva.

Aos grupos da CUT foram disponibilizados 13 pivôs formados por 20 famílias cada grupo, com exceção do “Deodópolis”, que possui apenas área de sequeiro. Para a implantação da agrovila foi necessário desativar três pivôs, reservando terreno à construção do espaço comunitário para salões de reuniões e, também, igrejas.

A distribuição original só existe nos documentos do INCRA. As famílias fizeram um rearranjo quanto a organização dos lotes para a manutenção da vida de acordo com suas especificidades e necessidades, ao ponto de não haver mais a exploração coletiva da área irrigada, uma vez que também procuraram arrendar os pivôs por problemas semelhantes aos ocorridos no MST.

A agrovila dessa organização é constituída de 5 ha de lote individual, possibilitando a criação de gado leiteiro, que garante uma renda mensal para a manutenção das necessidades das famílias. “Um traço marcante dos grupos organizados pela CUT é a grande divergência política existente entre suas lideranças, não havendo unidade de ações e práticas que possa caracterizá-los” (TERRA, 2009, p. 178).

Talvez essa divergência a que Terra (2009) se refere, se deva ao grande número de

acampamentos da CUT, existentes desde a implantação do Assentamento, advindos de várias localidades do estado. Cada grupo já tinha um líder e, no momento de se unirem para possibilitar melhores condições de vida, as famílias assentadas não conseguiram negociar estratégias para solucionar os problemas, gerando tensões e o enfraquecimento da luta por melhores condições de vida no assentamento.

2.3.3 AMFFI

A Associação dos Moradores e Funcionários da Fazenda Itamarati nasceu para responder à necessidade de parte dos funcionários que queriam continuar trabalhando com a terra e dela tirar o seu sustento. Mas, junto a esse desejo haviam outros elementos que, no contexto geral, ajudaram os funcionários a tomar tal decisão. Citamos alguns: a) sabiam da dívida que a Fazenda tinha junto ao sistema financeiro; b) sabiam do interesse do INCRA em adquirir aquela propriedade para fins de reforma agrária; c) sabiam do risco que corriam em ter que mudar daquele local e não serem contemplados pela “Reforma Agrária”; d) conheciam a grande possibilidade de outras pessoas ligadas a organizações várias serem contempladas com a terra.

A formação da associação era a maneira legítima, na visão dos então funcionários, de reivindicar um pedaço de terra junto ao INCRA, pois não concordavam com os métodos utilizados pelos movimentos socioterritoriais tradicionais (CUT, FETAGRI e MST) de luta pela terra como ficar acampados em barracos de lona a beira de rodovias, pagar mensalidades para permanecer acampadas, recolher contribuição sindical, fazer ocupações, etc.

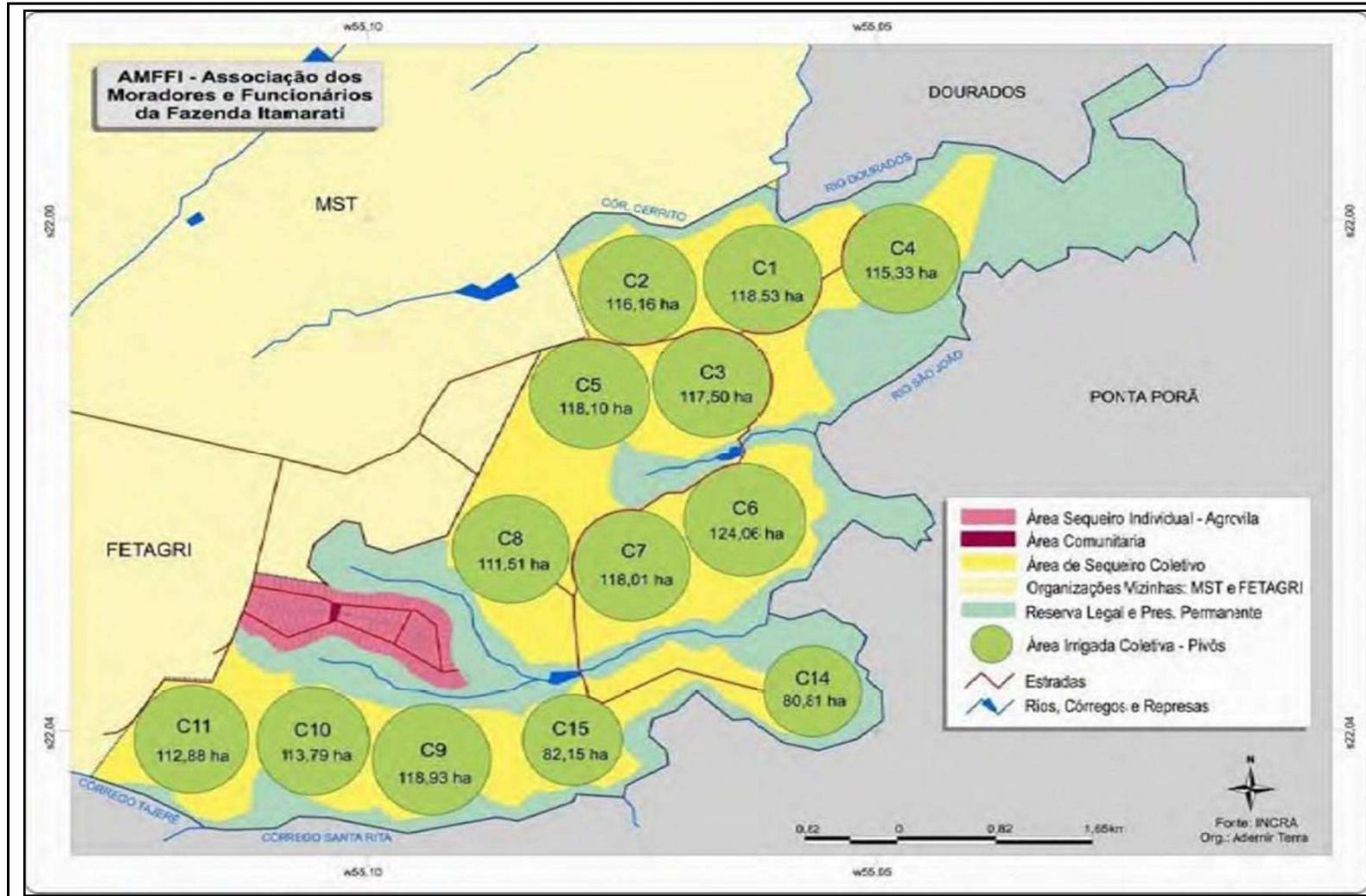
Então, a Associação dos Moradores e Trabalhadores da Fazenda Itamarati começou a se articular para requerer a posse da terra, a princípio com 200 ex-funcionários, posteriormente, houve a desistência de 50 famílias e originou-se a AMFFI com 150 ex-funcionários da fazenda.

Após ter sido atendido o pedido de reivindicação das famílias associadas, a AMFFI definiu que, além de preencher os requisitos exigidos pelo INCRA, as famílias que queriam ser assentadas deveriam comprovar o vínculo empregatício de qualquer membro da família com a fazenda por meio do registro em carteira de trabalho. Essa exigência era necessária para garantir um maior controle das famílias a ser assentadas, evitando que pessoas que não haviam sido funcionárias da fazenda fossem beneficiadas.

A área total destinada pelo INCRA ao assentamento dos ex-funcionários da Fazenda

Itamarati é de 3.582,04 ha, distribuídos da seguinte forma: 1.379,76 ha de área irrigada, 976,49 ha área de sequeiro, 152,53 ha ocupados pela agrovila e uma área comunitária de 213 ha Área de Preservação Permanente (APP), 846,87 ha de Reserva Legal (RL), 6,07 ha ocupados pelas estradas, 6,83 ha ocupados por rios e represas (INCRA/MS, apud TERRA, 2009) (ver mapa 6).

Mapa 6 - Territorialização da AMFFI - Associação dos Moradores e Funcionários da Fazenda Itamarati no Assentamento Itamarati I



Fonte: TERRA, 2009

A princípio, as 150 famílias formaram um único grupo, sendo que cada uma recebeu lote de 1 hectare na agrovila, que seria destinada à moradia; 9,2 ha irrigados e 6,5 ha na área de sequeiro, que deveriam ser cultivados sob forma coletiva.

O INCRA determinou o modelo coletivo para todo o Assentamento tanto na exploração quanto na posse da terra. De acordo com Terra (2009), as famílias da AMFFI aceitaram esse tipo de forma organizativa, pois para eles traria muitos benefícios, já que todos tinham longos anos de experiência na lida com a roça (devido todos serem ex-funcionários da antiga fazenda). Cada um deveria desenvolver suas atividades no assentamento de acordo com a função que exerciam na fazenda, já que, segundo eles, tornaram-se especialistas. Como se pode comprovar ao ler o que o autor (TERRA, 2009, p.165) afirma:

A forma de organização das famílias da AMFFI, em face das suas peculiaridades, sobretudo pela existência dos pivôs de irrigação, fora considerado pelos técnicos responsáveis pela implantação do Assentamento o modelo ideal de gestão e, sendo assim, partilhavam da idéia de que tal modelo deveria se estender aos demais grupos que, entretanto, se opuseram a ele, preferindo outras formas de organização.

Segundo relatos, durante a implantação do Assentamento, havia o interesse da AMFFI em se tornar uma associação idêntica, ou pelo menos semelhante à antiga fazenda, com a intenção de montarem um secador de grãos com recursos do PRONAF A¹⁹, sendo que deveriam bater cartão, já que todos estavam acostumados a obedecer ordens do patrão.

No entanto, esse modelo coletivo “empresarial” que as famílias da AMFFI gostariam de ter e que o INCRA impôs, não obteve sucesso. Com aproximadamente um ano de implantação do Assentamento, esse grupo já se encontrava em decadência. Devido ao fato de ter ocorrido uma série de questões que vieram a somar para o desarranjo da proposta coletiva, sendo elas: a desconfiança das famílias quanto às atitudes das lideranças; insuficientes recursos financeiros; falta de conhecimento não que se refere à gestão coletiva; falta de compromisso e da efetiva presença quanto ao desenvolvimento de ações que pudessem promover conhecimento e prática no que tange a essa gestão coletiva, especialmente dos órgãos responsáveis, mais especificamente do INCRA e da AGRAER (TERRA, 2009).

Outro motivo relevante, que ocasionou o não funcionamento desse modelo empresarial que, a princípio almejado pela própria AMFFI, foi a autonomia que as famílias assentadas tinham para poder gerenciar seus respectivos lotes, de acordo com a necessidade,

¹⁹ O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar financia projetos individuais ou coletivos, que gerem renda aos pequenos agricultores.

ou simplesmente trabalhar o lote à sua maneira, pois perceberam que o modelo coletivo que haviam aceitado não condizia com suas perspectivas de trabalho.

Esses fatores levaram o modelo adotado ao fracasso, pois de acordo com Terra (2009, p. 166):

[...] Uma coisa é os funcionários se enquadrarem nas normas de uma empresa, obedecendo ordens, sob pena de ficarem desempregados caso não as cumpram de acordo com a conveniência do patrão; outro bem diferente, porém, é obedecer ordens de outras pessoas, trabalhando naquilo que é seu.

Tem-se, a partir daí, uma divisão desse grande grupo (de 150 famílias) em três grupos menores (A, B e C). Cada um desses também se subdividiu em grupos menores, onde cada um passou a ter o controle de um pivô por subgrupo.

O grupo A é formado, atualmente, por 54 famílias, subdivididas em 5 grupos menores. Aqui o número de famílias é proporcional ao tamanho da área de abrangência do pivô, sendo que os pivôs C9, C10 e C11 são formados por 12 famílias cada, abrangendo uma área média de 115 ha. Os pivôs C14 e C15 são formados por nove famílias cada, em uma área de aproximadamente 81,5 ha.

Os grupos B e C são divididos em subgrupos compostos por 12 famílias cada, que controlam um pivô em uma área média de 117,5 ha. Tem-se, então, 9,7 ha para cada família, sendo que os pivôs C5, C6, C7 e C8 são controlados pelo grupo B, e os pivôs C1, C2, C3 e C4 pertencem ao grupo C.

A AMFFI fez essa reorganização da gestão coletiva, pois foi uma forma de viabilizar o cultivo em grupos menores e passou a ter praticamente o mesmo modelo adotado, inicialmente, pelos outros movimentos existentes no Assentamento, o que ocasionou a individualização das áreas de sequeiro e no arrendamento dos pivôs. “Segundo informações dos próprios assentados, um único empresário do município de Dourados estaria arrendando, só na AMFFI, uma área irrigada com dimensão superior a 800 há” (TERRA, 2009, p. 167).

O Estado tem utilizado a prática da construção de agrovilas nos assentamentos desde meados de 1980. Esta é uma iniciativa que planeja o espaço com o intuito de diminuir os custos ao instalar a infra-estrutura necessária (escolas, moradias, postos de saúde, água, energia elétrica, etc). Dessa forma, essa infra-estrutura encontra-se concentrada junto às moradias e não em toda a extensão do Assentamento, onde estão os lotes de produção.

Tanto o INCRA como os movimentos sociais – e, em alguns momentos, até mesmo as famílias assentadas – acreditam que seja mais vantajoso adotar a forma de agrovilas, uma vez que possibilitam o contato diário entre a vizinhança e o acesso aos equipamentos

disponibilizados para os moradores.

Como as famílias do assentamento AMFFI já moravam na vila da antiga fazenda, sob condições semelhantes, aceitaram de bom grado as propostas do INCRA, pois de acordo com Terra, (2009, p. 168) “morar na agrovila representaria para aquelas famílias a continuidade do estilo de vida que levavam até então”.

Assim, em face da pouca ou nenhuma resistência oferecida pelas famílias, respaldadas pelas características sóciopolíticas do grupo, e acima de tudo, legitimada pelo modelo de gestão coletivo “escolhido” pelos assentados é que a proposta da agrovila foi implantada na AMFFI (TERRA, 2009, p. 170)

Essa forma de organização adotada pela AMFFI fez com que essas pessoas pudessem dispor de uma importante infra-estrutura que os demais movimentos não tinham, que, na agrovila concentrada, serve tanto para essa associação quanto para os demais movimentos socioterritoriais, que é o posto de saúde. Nesse posto, há uma equipe formada por uma dentista - que presta atendimento uma vez na semana -, uma auxiliar de dentista-disponível diariamente -, um médico clínico geral - que atende os pacientes uma vez na semana -, um enfermeiro padrão - que também presta serviço uma vez na semana -, e um técnico em enfermagem - que atende diariamente.

Os assentados dizem que o posto de saúde é muito importante para as famílias, mas consideram insuficiente a disponibilidade de atendimento médico e odontológico. Assim sendo, o posto médico atende apenas doenças mais simples e, quando há ocorrências durante a noite ou nos dias em que o médico não se encontra ou, ainda, que não se possam ser oferecidos os devidos atendimentos, solicita-se a ambulância (ver foto 1) para transportar os doentes até Ponta Porã.

Foto 1 - Ambulância para o transporte de pacientes à Ponta Porã



Foto: Nogueira, 12/12/2010.

Se, de um lado, vemos os aspectos positivos desse modelo de agrovila concentrada, por outro, vemos que a distância entre os lotes de moradia e os lotes de cultivo é grande. Alguns camponeses devem andar, em média, quinze quilômetros para chegar ao seu lote e reclamam da distância até o asfalto, principalmente em dias chuvosos, tornando esse trajeto impossível.

Após a fragmentação do grupo coletivo inicial da AMFFI e o arrendamento das áreas irrigadas, o lote individual se tornou insuficiente às famílias, já que não é possível viver apenas da produção de um hectare na agrovila que, a princípio foi projetado para moradia, ter de dividi-lo em pomar, horta, criação de animais, produção de leite etc, ou seja, as famílias não conseguem tornar dessa pequena área sua produção para autoconsumo, como verificamos nos demais movimentos.

2.3.4 FETAGRI

A FETAGRI nasce no Mato Grosso do Sul após uma luta conjunta com dez sindicatos de trabalhadores rurais (STR). Para Almeida (2006), a fundação dela ocorre em 13.02.1979, com a divisão do estado de Mato Grosso. A Fetagri/MS nasce fazendo a luta pela terra, e a reforma agrária é a bandeira de luta mais forte.

Segundo Almeida (2006, p.146-147) as principais bandeiras de luta dos

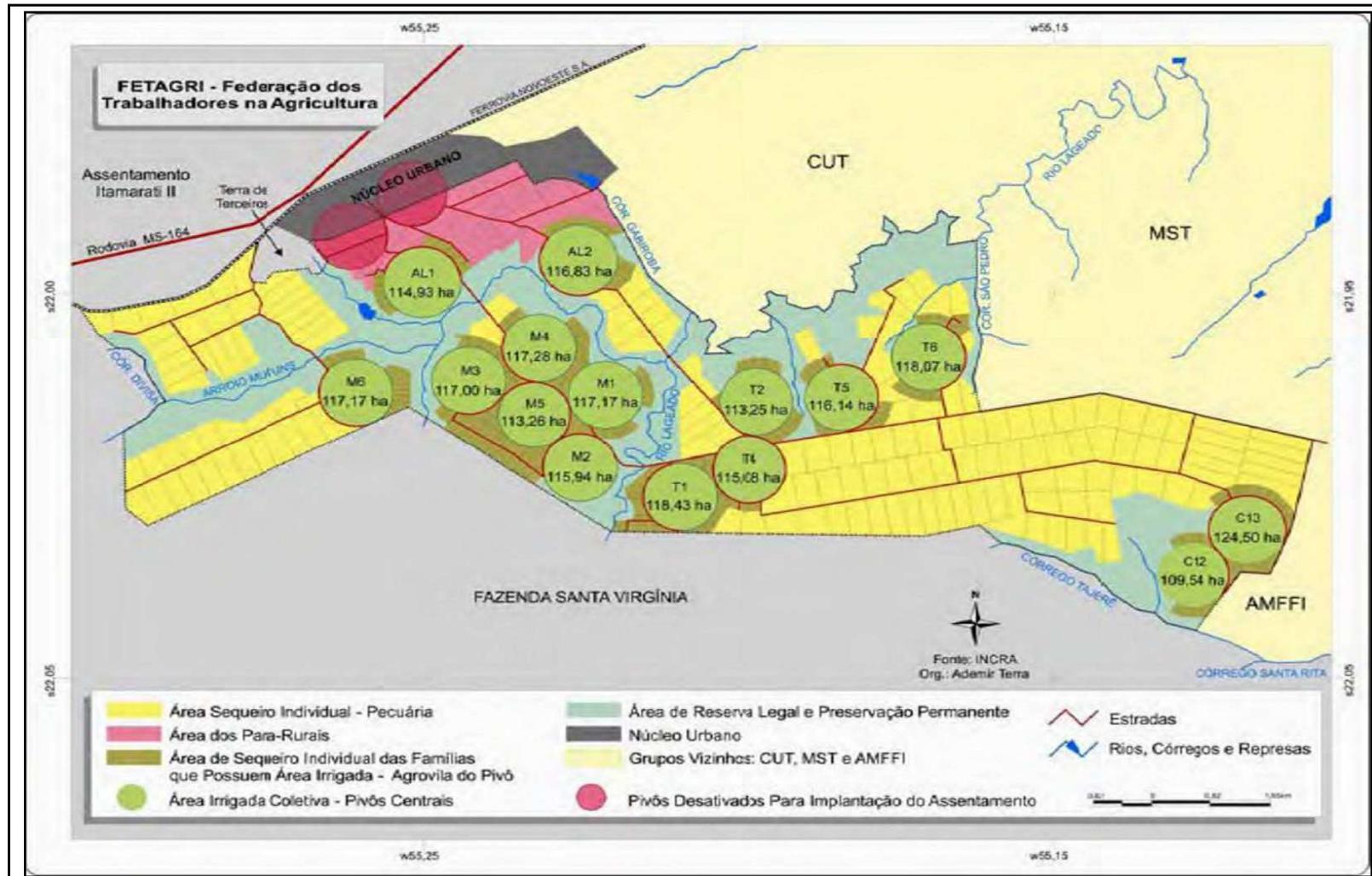
STR/FETAGRI/CONTAG são: “Reforma agrária; Assalariados rurais; Política agrícola; Previdência social; Educação e saúde, e Qualificação profissional”.

A origem das famílias da FETAGRI é bastante diversificada no Assentamento Itamarati I por ser uma grande arrebanhadora de famílias que queiram se engajar na luta pela conquista da terra no estado. Para Almeida (2003, p. 150):

A história do sindicalismo rural representado pela FETAGRI tem início conjunto com a instalação do Governo de Mato Grosso do Sul, em 01/01/1979, já que neste período ela possuía, no território do novo Estado, dez sindicatos de Trabalhadores Rurais (STRs), a maioria concentrados na região de Grande Dourados.

A Federação dos Trabalhadores da Agricultura está representada no Assentamento Itamarati I por 395 lotes. As famílias estão distribuídas em 28 grupos e ocupam uma área total de 7.964,08 ha no Assentamento. Sendo esse o movimento mais numeroso e heterogêneo, coube-lhe a maior área e, também, a mais diversificada, possuindo 15 unidades de pivô, a partir dos quais originaram-se 15 grupos coletivos de área irrigada, constituídos de 9 à 12 famílias cada, sendo que a área irrigada para cada família equivale a 9,5 ha, e área de sequeiro individual é de 3 ha (ver mapa 7).

Mapa 7 - Territorialização da FETAGRI – Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Assentamento Itamarati I



Fonte: TERRA, 2009

Dois pivôs que se localizavam nas proximidades do núcleo urbano foram desativados para demarcar os lotes de dois grupos a que se denominou Para-rurais. Um grupo é formado por 55 famílias e cada uma possui uma área de 7 ha. O outro formado por 11 famílias com lotes de 5 ha, “em virtude de sua pequena extensão e de sua localização próxima ao núcleo urbano, são denominados Para-rurais” (TERRA, 2009, p.181). A idéia era destinar esta área para os casais sem ou com poucos filhos, ou ainda a casais de idosos que não precisassem e nem conseguissem trabalhar em uma área maior.

Desde a formação do assentamento, a FETAGRI possui área sequeira, voltada à prática da pecuária, destinada a 97 famílias divididas em 7 grupos, porém, esses grupos são constituídos apenas para a socialização, pois trabalham de forma individual, de maneira que não têm a obrigatoriedade de acessar os recursos do PRONAF sob forma coletiva. Essa área foi destinada a famílias que pretendiam desenvolver a pecuária. Elas já sabiam que tal área não era irrigada e estava longe de recursos hídricos, por isso destinou-se, em sua maioria, para pecuária leiteira.

As agrovilas são localizadas ao redor dos pivôs. Essa localização facilita o acesso ao lote de produção. Assim, não é necessário percorrer longas distâncias da “casa ao trabalho”, possibilitando a visualização da plantação diariamente.

Todavia, essa proximidade entre o lote de produção e as moradias pode trazer danos aos assentados, pois muitos reclamam que o uso de agrotóxicos, fungicidas, pesticidas e dessecantes prejudicam o desenvolvimento de algumas culturas nos lotes individuais, assim como a criação do bicho-da-seda, da uva e várias outras frutas e leguminosas para o sustento da família.

A exposição das famílias ao uso desses agrotóxicos também tem ocasionado efeitos prejudiciais à saúde da população. Logo, é muito comum alguns jovens, adultos e crianças apresentarem sintomas alérgicos ou dores de cabeça logo após a pulverização da lavoura. A preocupação dos agentes de saúde do Assentamento, no entanto, reside no fato de se desconhecer os feitos que o uso prolongado desses produtos tóxicos pode causar à saúde da população.

CAPÍTULO 3 - RETERRITORIZAÇÃO CAMPONESA: A VIDA NO ASSENTAMENTO

Neste capítulo trataremos sobre as estratégias de resistência das famílias ex-brasiguaias no Assentamento, abordando as diferentes formas organizativas nas quais se inserem e os seus significados para a permanência na terra, fazendo uma análise dos desdobramentos do processo de reterritorialização camponesa na antiga Fazenda Itamarati, tomando como estudo de caso os ex-brasiguaios, que se encontram ligados à FETAGRI, ao MST e a CUT.

3.1 A luta pela permanência na terra

Na perspectiva de Fabrini (2003), a teoria marxista seria da divisão da sociedade em classes sociais, e, portanto, o conflito existente entre elas. Nesse caso, não existindo para ele um lugar na sociedade capitalista, o camponês seria extinto. Pois, o modo de produção capitalista se constitui na separação do produtor e dos meios de produção. No entanto, Marx aponta o desenvolvimento desigual e da luta de classes considerando uma possibilidade de existência por meio da luta e da resistência realizadas por eles.

Oliveira (1991) trabalha com a perspectiva de “desenvolvimento desigual, combinado e contraditório” do capitalismo, sendo desigual e combinado porque, apesar da modernização das técnicas e maquinários pesados no campo, há a resistência camponesa. É contraditório, pois a lógica capitalista seria eliminar os camponeses, a partir dessa modernização, mas, ao contrário, ele resiste e cresce no campo brasileiro. Para Fabrini, (2003, p. 39) “[...], o campesinato é uma condição da existência do próprio capitalismo, [...] se existe capitalismo, existe contradição e, conseqüentemente, a existência dos camponeses”.

A agricultura camponesa no Brasil se mantém através da organização e da

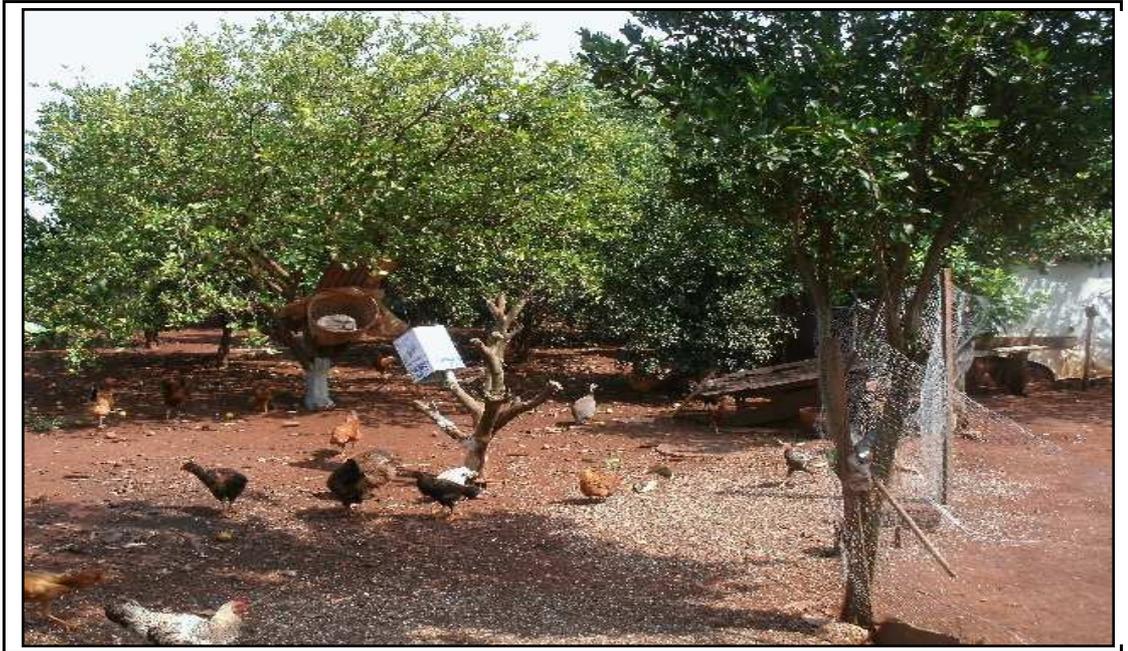
resistência. De acordo com Fabrini (2003, p. 20), as lutas existentes nos assentamentos são exemplos dessa organização e resistência, pois, “pela luta, os camponeses se constituem como sujeitos políticos e vão garantindo a sua existência no sistema adverso (capitalismo), que insiste em fazê-los desaparecer”.

Portanto, mesmo com as profecias de desaparecimento do campesinato no modo de produção capitalista, ele resiste de diferentes formas. Pois, a agricultura camponesa brasileira, hoje, não se limita apenas à produção de alimentos para o autoconsumo. A Revolução Verde²⁰, que chegou ao Brasil a partir dos anos de 1950 e, principalmente, 1960, modificou o cenário produtivo, inclusive dos camponeses e pequenos produtores, pois desarticulou a estrutura produtiva que dava sustentação a essa classe trabalhadora rural, impondo o monocultivo.

Enquanto o agronegócio sobrevive da mão-de-obra do trabalho alheio (assalariado ou compulsório) e do monocultivo, o camponês pode tornar seu pequeno lote eficiente, empregando a diversificação da produção como meio de garantir o alimento à família, e sobrevive do trabalho de todos os seus membros. Na foto 2 podemos verificar a ocorrência do cultivo de pomar, criação de aves de corte e poedeira servindo para alimentar a família e comercializar o excedente.

²⁰ Recebeu esse nome porque modificou o jeito de produzir na agricultura e prometia esverdear toda a terra com produção de alimentos e acabaria, dessa forma, com a fome no planeta. Contudo, este é um programa de desenvolvimento do capitalismo na agricultura e na pecuária, que se baseia na produção voltada para o lucro e para o mercado. (Görgen 2004, 26).

Foto 2 – Lote individual de autoconsumo de Dona Josefa, intercalando criação de aves e pomar, Grupo Novo Eldorado CUT



Fonte: Nogueira, 12/12/201

De acordo com Fabrini (2003), Chayanov (1974) em sua obra aborda o campesinato a partir do “núcleo familiar e do balanço trabalho-consumo existente na unidade doméstica”. Em sua análise, o autor identifica que o trabalho camponês é norteado pela satisfação das necessidades da família e não do lucro. Nessa obra, Chayanov “parte da necessidade de consumo da família para entender o trabalho camponês” (FABRINI, 2003, p. 34).

Na agricultura camponesa, segundo Martins (1975), emprega-se a economia do excedente e diversificação da produção como estratégia de existência, para que haja o consumo e a comercialização, uma vez que esse excedente já é produzido para vender e comprar aquilo que não é passível de produção, podendo combinar criação de animais e plantação de hortifrutis, etc, pois o camponês procura orientar sua produção para redução da dependência do mercado. Dessa forma, podemos verificar na foto 4 o consórcio de abacaxi, cana-de-açúcar e coco.

Foto 3 – Área individual destinada à produção de autoconsumo, plantio de abacaxi consorciado com outras culturas. Lote do Sr. José do Grupo “Ar Livre” da FETAGRI



Fonte: Nogueira, 2010.

A produção para autoconsumo tem um papel fundamental no modo de vida camponês. Nesse sentido, compreendemos o camponês como sendo um tripé: terra, trabalho e família, pois, é na sua relação com a terra de trabalho (proprietário, meeiro, arrendatário, posseiro etc) que se estabelece como meio para garantir a sobrevivência da família. O trabalho é realizado por todos os membros da família como meio de vida, ou seja, ele pode ser dono da terra (ou não), mas também é dono de seu trabalho, é um trabalhador livre, que não vende sua força de trabalho.

Outro elemento preponderante no campesinato é a comunidade. Ali estão os espaços de religiosidade, das festas e das comemorações, dos rituais e das expressões culturais, da prática de esportes e jogos. Enfim, a comunidade é o local para a troca de experiências e para o convívio com parentes e vizinhos. Nesse espaço, constrói-se um papel importante do modo de vida camponês.

Não podemos esquecer que o modo de vida camponês no Brasil é muito diverso. Eles têm na diversidade uma de suas riquezas, pois souberam se adaptar e resistir. Por esses motivos, o campesinato brasileiro faz de tudo e produz de tudo nos diversos biomas, convivendo com as especificidades de cada local (encosta de serra, beira de rio, fundo de

pasto, mata adentro) sob chuva intermitente, sob sol causticante, sob geada, de inverno. “O melhor mapa rural do Brasil é o mapa da diversidade da presença camponesa” (GORGËN, 2004, p. 13).

A diversidade cria identidades locais. Verificamos que os ex-brasiguaios apresentam um modo peculiar no trato com a terra no Assentamento, pois trouxeram consigo as heranças de seus pais e avós que, por sua vez, haviam trazido as experiências da lida com a terra desde a imigração de seus países de origem, em grande parte da Europa. Esses camponeses podem ser reconhecidos pelo sotaque, pela cor da pele e dos olhos (normalmente claros), pela “fartura” de alimentos à mesa e também pelo tamanho das casas (casarões), dos galpões, dos costumes, etc.

Dessa maneira, os ex-brasiguaios de origem nordestina apresentam um modo diferente de ser e produzir daqueles advindos da região Sul, pois, para esses, o importante é sobreviver dos frutos da terra, sendo possível reconhece-los, também, pelo sotaque, pela alimentação e, de modo geral, as casas permanecem do mesmo tamanho. Isso não significa que sejam nem inferiores ou superiores aos demais; eles apenas enriquecem a diversidade do camponês brasileiro.

De acordo com Batista (1990), para o campesinato, os valores do lugar de origem sempre foram muito fortes para sua cultura, sendo transmitidas basicamente pelas manifestações culturais, de linguagem falada e representadas pela religiosidade vinculada à terra, como sinônimo de vida.

Ao fazermos uma análise da questão agrária sul-mato-grossense, podemos perceber que se trata de um estado que tem na questão agrária seu principal ponto de tensão e conflitos no campo. De um lado, temos o avanço do crescimento da produção capitalista no campo. De outro, há os movimentos sociais que lutam pelo direito à posse e permanência na terra para garantir a sua sobrevivência.

No caso das famílias do Assentamento Itamarati I, o recomeço não foi fácil. Afinal, o assentamento, que foi criado para ser “modelo” de reforma agrária no Brasil entre outras questões, não cumpriu o PDA (Programa de Desenvolvimento de Assentamento²¹). Quando

²¹ O objetivo geral do PDA no assentamento Itamarati é dar acesso a terra às famílias de trabalhadores rurais acampadas em diversas partes do Estado de Mato Grosso do Sul, proporcionando-lhes todos os meios necessários e suficientes para uma prática agrícola produtiva por parte das famílias assentadas. Os objetivos específicos prevêm: organização das famílias assentadas quanto à moradia, produção e comercialização; implantação na área do projeto de um sistema educacional conforme características das atividades produtivas e necessidades das famílias; criação e implementação de um programa de saúde, principalmente preventivo; orientação, capacitação e treinamento das famílias assentadas em atividades produtivas; pesquisa e indicação de alternativas produtivas viáveis às condições socio-econômicas e edafoclimáticas locais; elaboração de programas

as famílias chegaram aos lotes, se depararam com terra nua, sem água, sem luz, sem casa, sem árvores (exceto área de reserva). O ciclo se repetia ao momento da chegada no Paraguai mas, com o diferencial de que, agora, eles possuíam a terra. Assim relata o senhor Genivaldo:

Um orgulho muito grande, o que eu tenho os meus irmãos e minha família não conseguiram, desde a minha infância a gente sempre trabalhou pros outros, nunca conseguimos adquirir uma área nem que seja um hectare, isso pra mim é um orgulho muito grande e não tem preço que pague (Entrevista concedida a Nogueira dia 12/12/2009).

A territorialização camponesa tem sido acompanhada de uma construção cotidiana de formas de organização desses trabalhadores para permanecerem na terra. Há, na luta, as suas marcas traçadas por longos anos em busca do tão sonhado pedaço de chão para se reproduzirem enquanto seres sociais, que buscam na terra sua alternativa de sobrevivência. Como se lê em Oliveira (1991, p.50):

Dessa maneira, a propriedade/posse da terra é básica e fundamental para a existência dessa forma de exploração na agricultura. Daí deriva a lógica da luta pela posse/propriedade da terra travada pelos camponeses expropriados ou que nunca tiveram acesso a terra no Brasil. Esse processo, como se vê, está assentado no processo contraditório de desenvolvimento do capital que, ao mesmo tempo em que se apropria, abre a possibilidade histórica do acesso a terra, em geral em lugares distantes daqueles primeiros.

Nesse sentido, encontramos um exemplo no Assentamento, de uma família ex-brasiguai não ter sido assentada, por opção, em função de não aceitarem o modelo coletivo imposto, e na espera de serem assentados em um local que os agradasse, no que diz respeito à localização do lote, fertilidade do solo, e que lote individual. Moram, atualmente, em um lote cedido por amigos.

A família acima não tem terra, mas moram e trabalham nela. Eles sobrevivem da prestação de serviços com os maquinários que conseguiram adquirir através da venda de sua propriedade no Paraguai. Cada membro dessa família desempenha uma função. Eles vivem da força de trabalho familiar, enquanto aguardam para serem assentados em algum assentamento do estado. Eles se reproduzem à sua maneira. Nesse caso, o campesinato se recria ou se modifica para se adaptarem às mudanças ocorridas no meio rural.

O camponês é dono do seu próprio tempo, diferentemente do tempo imposto pelo trabalho fabril, em que tempo significa “dinheiro”. Portanto, essa é uma das características

de agroindústrias a fim de agregar valor econômico aos produtos agropecuários; pesquisa e indicação de mercados para produtos, além de indicação de culturas para mercados específicos. O objetivo final é fazer com que as famílias assentadas se tornem agricultores auto-suficientes econômica e financeiramente (PDA, apud RODRIGUES, 2004, p.23-23).

camponesas. O camponês pode adequar seu tempo ao relógio do ciclo produtivo de maneira que pode dispor de momentos para o trabalho e para o descanso, lazer, conversa com o vizinho, roda de tereré e, até mesmo, dispor de seu tempo para nos receber em suas residências a qualquer hora do dia, enriquecendo nossa pesquisa com relatos e conversas.

Inúmeras foram as vezes em que esses momentos ultrapassaram o período de uma hora, mas que, para eles, não foi “tempo perdido”, pois, não são “escravos do tempo”, são “trabalhadores livres”. Eles podem adequar o trabalho de acordo com as suas necessidades. A maior rigidez existe durante o período de plantio e/ou colheita. Ainda assim, a maior parte de seu tempo é “livre” para descansar na hora do sol mais quente do dia, em dias de chuva, e de comemoração de “santos” de sua devoção.

Martins²² (2000) identifica o campesinato no Brasil como “classe”, pois, segundo o autor, o camponês brasileiro já nasceu excluído da terra e, quando ele se organiza em movimentos sociais para reivindicar e ter acesso à terra através da luta, ele se constitui como classe, defendendo seus interesses. No caso do Assentamento Itamarati I, a desapropriação da fazenda, para fins de Reforma Agrária, gerou a luta dos ex-funcionários da Fazenda e trabalhadores rurais sem terra em busca da propriedade camponesa, lutando e defendendo seus interesses. Partindo desse pressuposto, podemos compreender esse movimento como sendo de “classe” constituída a partir do movimento para continuarem se reproduzindo enquanto camponeses que, conforme abordado anteriormente, possuem uma lógica distinta da lógica capitalista.

No Assentamento Itamarati I, verificamos as circunstâncias que levam a capacidade de recriação do campesinato. Encontramos exemplos de camponeses que intercalam o trabalho no próprio lote e a prestação de serviço sob forma de diária. Esse seria um meio de garantir a renda necessária para a sobrevivência da família. Assim diz o Sr. Genivaldo:

A gente se mantém com galinhas, porcos, ovos, uma diária aqui outra ali. Que nem ontem eu tava trabalhando mais hoje eu não fui, porque tava muito quente. A gente tem uma vantagem muito grande a respeito disso (tempo livre), porque é muito melhor isso daqui, que é uma coisa que é nossa. Eu trabalho duas ou três vezes por semana, faz uma renda de 200 reais por semana é o suficiente (Entrevista concedida à Nogueira dia 30/04/2009).

Para Oliveira (1991), o primeiro elemento que se destaca na caracterização da produção camponesa é a força do trabalho familiar. Cada membro da família camponesa

²² Martins (2000) identifica o campesinato como “classe”, porém, em sua obra “Sociedade Vista do Abismo (2002) passa a negar o campesinato no Brasil enquanto classe.

desempenha uma tarefa de acordo com as necessidades. Logo, o fruto de seu trabalho é utilizado para a alimentação da família, de maneira que o excedente é comercializado. Porém a força de trabalho familiar não é a única forma de trabalho camponês, podendo ser realizado sob forma de prestação de serviços, ajuda mútua e trabalho assalariado.

As famílias contam com a participação da força de trabalho de todos os membros. Há vezes em que elas não conseguem dar conta do serviço rural e passam, portanto, a necessitar da prestação de serviços, ou seja, o camponês paga a outros camponeses uma diária em troca de sua força de trabalho. Contudo, quando esse camponês não tem condição de pagar pelo serviço, é muito comum o trabalho ser realizado através do mutirão, onde vários camponeses se reúnem, realizam o trabalho sem cobrar nada em troca. Existem casos em que há a troca por dias de serviço que consiste em os camponeses quitarem o serviço prestado também sob forma de trabalho. Essa prática camponesa se evidencia na fala do Senhor Miguel, quando perguntamos se os camponeses se ajudam mutuamente:

Sim, no grupo ajuda, eles trocam dias de serviço, mas a maioria paga a diária, só quando uma pessoa fica doente daí um ajuda o outro aí as vezes não cobra né (Entrevista concedida a Nogueira dia 22/04/2010).

Isso é o que ocorre com os camponeses por nós estudados. Cada pessoa da família desempenha uma função e a comunidade camponesa é solidária entre si, pois a luta pela aquisição da terra já foi alcançada, mas ainda lhes resta a luta para se manter no lote rural. E, essa é uma batalha diária de resistência e recriação.

Durante a pesquisa de campo realizada com os camponeses, pudemos verificar que a monocultura da soja também se faz presente em todo o assentamento, exceto na área de leiteira, destinada a camponeses que trabalham com o gado leiteiro e no lote de autoconsumo, onde, geralmente encontramos a casa, a horta, o pomar, e a criação de pequenos animais. Investigamos a razão pela qual a maioria dos assentados cultiva apenas a soja ou milho safrinha e não dispõe do consórcio de culturas no lote coletivo irrigado e/ou sequeiro, que poderiam contar como rendas alternativas no decorrer do ano. Segundo Seu Miguel, o governo deveria incentivar outras culturas para diversificar a propriedade:

Aqui tem muita água e dava pra criar peixe nas represas daqui, só que é complicado [...]. O governo deveria incentivar na criação de peixe pra nós ter outra renda e não ficar só numa coisa (soja). Esse ano só tem soja no mundo inteiro, isso vai fazer o preço baixar (Sr. Miguel, entrevista concedida a Nogueira dia 12/12/2009).

Quando questionamos um dos entrevistados sobre a possibilidade de cultivo de

outras espécies na área coletiva dos pivôs e sobre a facilidade de compra e venda de seus produtos pelo fato de morar em área de fronteira internacional, ele nos relata:

Aqui é difícil, eu planto feijão, e se tu colhe um pouquinho a mais tu não consegue vender, o que vende tudo é soja, o milho quase não compensa porque é muito barato. O milho mesmo nos ficamos devendo no pivô, era pra cada um ter 1.500 reais, e nós ficamos devendo porque deu geadas. Se tu planta meio pivô de feijão não consegue vender, aí o povo não quer plantar mais por causa que não vende, aí tem que plantar um pouquinho só pra comer mesmo. Porque aqui é diferente do Paraná, lá se tu colher uma bolsa de feijão tu vende, se tu colher quinhentas também vende. Aqui (Ponta Porã), só tem silo grande e só vende se for muito. O meu vizinho colheu umas cento e noventa bolsas e ta no paiol, ta com medo de perder tudo (Sr. Miguel, entrevista concedida a Nogueira dia 12/12/2009).

A partir das palavras do Senhor Miguel, fica claro a dependência dos camponeses perante a lógica do domínio de mercado, que além de determinar o preço dos grãos ainda ditam as regras daquilo que deve, ou não, ser produzido para o abastecimento do seu estoque. A soja e o milho são cereais muito utilizados para a fabricação de ração animal nos Estados Unidos e Europa. Desta forma, estas grandes economias ditam os preços destes produtos no mercado mundial. O pequeno agricultor acaba sendo o maior prejudicado por essa lógica, pois quando o clima favorece o cultivo, existe a expectativa de melhor renda aos camponeses. No entanto, o baixo preço pago pelas empresas monopolizadoras na maioria das vezes não paga os gastos com o cultivo, deixando os agricultores endividados e presos a estas empresas que os fornece os grãos, os insumos e a compra da produção.

Nesse sentido podemos verificar que o capital se apropria da renda da terra camponesa, mas não se apropria do trabalho camponês, pois sua mão-de-obra é livre para o trabalho no lote individual de auto-consumo, ou até mesmo para “prestar” serviços sob forma de diárias para permanecer no campo, recriando assim estratégias de reprodução.

Nesse caso, concordamos com Almeida, quando defende que a agricultura familiar/camponesa deve ser subsidiada pelo governo, assim como a agricultura capitalista é, onde o mercado se organiza em função do agronegócio. A pequena produção (familiar/camponesa) para ter soberania alimentar para si e para o Estado é preciso ser subsidiada, pois os pequenos agricultores camponeses encontram muitas dificuldades de comercialização do produto. Necessitam de políticas que possam oferecer condições de logística, escoamento, mercado consumidor, leis de vigilância sanitária, etc, e o Estado deve se colocar enquanto mediador entre produção/comercialização, para que os camponeses

possam produzir com a certeza de que vai vender seus produtos (informação verbal)²³

Essa ideia de que a agricultura camponesa encontra-se abandonada pelo Estado e a mercê das grandes empresas monopolizadoras fica ainda mais evidente na fala do Senhor Werno²⁴ quando afirma que os assentados plantam a soja transgênica pela comodidade que ela oferece e, também, por estarem nas mãos de empresas multinacionais:

A soja é transgênica, aqui ninguém quer saber de cansar a beleza (risos). Hoje tá até difícil a semente do convencional no Mato Grosso do Sul, pode ser que ele vai voltar. No Paraná já tá voltando, no Paraguai onde minha irmã mora também (Sr. Werno, entrevista concedida a Nogueira dia 12/12/2009).

Seu Werno nos esclarece que os royalties são pagos por tonelada:

Nós pegamos 500 quilos de semente e foi pago trezentos e poucos reais, isso foi só de 500 quilos, o restante que nós pegamos separado vai ser cobrado depois [...]. Acho que a maioria dos agricultores não tem consciência que tem que pagar os royalties. Outro problema é que eu não sei se em Ponta Porã tem alguma firma que recebe o convencional, porque ele precisa ter uma estrutura pra receber os dois tipos de soja, daí pra nós não compensa receber dois ou três reais a mais por saca e ter que pagar no frete (transportar para outra cidade que possa receber o convencional). As vezes não compensa porque você leva o convencional lá eles fazem o teste, se acusar que é transgênico você paga a mesma coisa os royalties, daí depende muito da Monsanto, eles que mandam (Sr. Werno, entrevista concedida a Nogueira dia 12/12/2009).

Essa noção de serem explorados pela empresa monopolista não se estende a todos os camponeses. Grande parte deles sabe que deve pagar pelo preço das sementes e insumos agrícolas, mas desconhece o mecanismo de domínio e manipulação do mercado, desde os possíveis riscos à saúde e ao meio ambiente das sementes geneticamente modificadas, até a fabricação de insumos e agrotóxicos que poluem o solo, as águas, o ar e causam doenças em animais e em seres humanos. Como se não bastasse, são os mesmos que fabricam os medicamentos para tratar as enfermidades causadas por seus produtos tóxicos ou geneticamente modificados.

Com as leituras realizadas e a pesquisa de campo, através de apreensão de informações pelas fontes orais, nos foi possível perceber que o modelo monocultor também se estende aos assentados e que a rotatividade de produção (no lote coletivo, irrigado e/ou sequeiro) como fonte de renda alternativa e diversificação da agricultura na pequena propriedade não acontece, cujo qual apontamos que deveria ser incentivada do Estado, pois

²³ Argumentos fornecidos por ALMEIDA, Rosemeire A. no Encontro de capacitação para formação de agentes da CPT-MS em Dourados, em abril de 2011.

²⁴ “Ex-brasiguai” assentado no Grupo “Ar Livre” da FETAGRI.

esses ainda não conseguem se reunir e montar cooperativas que venham a facilitar esta diversificação. Esta diversificação poderia trazer possibilidades de renda e seria ainda uma técnica ecologicamente correta de uso do solo, e/ou até mesmo impor melhores condições de compra e venda de seus produtos. Assim relata Sr. Miguel:

Aqui ta muito bagunçado porque invés do povo dos assentado arrenda pros próprios povo, eles arrenda pros fazendeiros, daí invés de arrumar cooperativa pra melhorar pra eles, eles vão pro outro lado mais ruim que tem e se torna mais ruim pra eles né! Quem ta lucrando é só o grandão, porque os ricos tem como pegar os insumos mais baratos. Nós fracos não, sem cooperativa fica difícil. Eu entrei numa cooperativa aí, dei duzentos reais e até hoje não vi dinheiro nem cooperativa. É difícil montar cooperativa. Deram um curso de cooperativismo, mas deram o calote, aí o povo descredita (Entrevista concedida a Nogueira dia 12/12/2009).

Verificamos que a política de “Reforma Agrária” realizada no Brasil – e em especial no Assentamento Itamarati I – pouco tem contribuído para a permanência rural das famílias e dos filhos desses assentados. De acordo com o Senhor Miguel:

A maior dificuldade nossa é que é 13 hectares tudo no pivô, a dificuldade é os filhos, os filhos não ficam tudo porque tem que trabalhar e só esses 13 hectares de terra é muito pouco, porque se tivesse mais terra era melhor, porque 13 é pra três pessoas só aqui nós temos cinco. Daí como fica os estudos. Se tivesse mais terra eles ficavam aí né. Aqui os jovens estão indo tudo embora pro Rio Grande de Sul, São Paulo por falta de opção de renda, aqui não tem serviço na roça porque trabalha com máquina, (...) daí eles vão embora aqui no pivô de 117 hectare nos trabalhamos oito dias por ano. Então o jovem chega à idade de casar (...) então ele vai embora trabalhar não tem jeito (Entrevista concedida a Nogueira dia 22/04/2010).

Na fala acima, observamos dois pontos importantes a serem analisados: um diz respeito à problemática dos pivôs existentes no assentamento e o outro é a “impossibilidade” de manter os filhos na terra.

Como o Itamarati I foi projetado e executado para ser um assentamento “modelo” no Brasil, o INCRA, o Estado, e os próprios movimentos socioterritoriais não levaram em consideração a individualidade de cada família na implantação do projeto coletivo, pois a falta de conhecimento de manejo desses pivôs por parte dos assentados somando-se a uma diversidade de culturas, costumes, crenças etc, levaram os assentados a procurar “parcerias” (arrendar as áreas coletivas irrigadas), já que nos primeiros anos, se encontravam diante de uma imensa dívida com a companhia de abastecimento elétrico. Desta forma, o “modelo” implantado, que já havia se tornado ultrapassado para o antigo proprietário, também não serviu aos assentados.

Segundo Fabrini (2003, p. 14):

Os camponeses não são avessos às ações coletivas. São avessos as formas que tem

como centro a negação de sua “natureza” e características. Eles recusam a proposta de ações coletivas sustentadas na coletivização da terra, trabalho, meios de produção e gestão. Recusam ações coletivas elaboradas a partir de parâmetros que lhes são estranhos, ou seja, ações coletivas centradas na concepção de mundo do outro.

Dessa forma, compreendemos que, mesmo o MST defendendo essa posse coletiva do lote e do trabalho, os assentados do próprio MST e principalmente dos demais movimentos nem sempre compactuam da mesma idéia, e mesmo não concordando, aceitam essa condição, pois em muitos casos já estão à espera dos lotes por vários anos, e preferem aceitar esse modelo a ter de ficar na fila por mais tempo a espera da terra.

O pivô (foto 5) é um equipamento de irrigação automatizado, que usa a eletricidade como forma de energia para o funcionamento, tendo uma base sustentada por pneus e estrutura suspensa, aspergindo água com movimentos circulares, podendo chegar a completar um giro de 360 graus em torno do seu eixo, medindo em média 700 metros e irrigando uma área de aproximadamente 116 hectares.

Foto 4 – Monocultura da soja na área irrigada através da aspersão de pivô



Fonte: Nogueira, 12/12/2010.

Ao analisarmos a frase do Senhor Miguel, ele nos diz que a maior dificuldade de se manter no lote é a saída dos filhos quando atingem a maioridade, pois os assentados também querem educação aos filhos. No assentamento há escolas municipais e estaduais atendendo

desde a educação infantil até o ensino médio. Porém, há casos em que os filhos queiram cursar o nível superior, então para isto eles devem se deslocar para outras cidades, mas ainda precisam trabalhar para se sustentar, uma vez que a renda camponesa é suficiente para manter a família no campo, mas não os filhos que estudam fora.

Dessa forma, os filhos dos camponeses assentados no Assentamento Itamarati I estão sofrendo o mesmo processo de expropriação do campo a que seus pais sofreram à décadas atrás, pois segundo o Senhor Miguel, a procura de emprego dos filhos na cidade é devido à insuficiência de terras e a área coletiva dos pivôs, onde se trabalha apenas “oito dias por ano” devido o uso de maquinários; dessa forma, acaba-se com a necessidade de mão-de-obra de inúmeros camponeses e seus filhos que poderiam se ocupar do trabalho na roça e viver dos frutos que ela os dá. A existência dos equipamentos de irrigação e o pacote tecnológico empregado no assentamento fazem as famílias camponesas se readaptarem ao trabalho rural.

Estamos criticando o modelo adotado por essa “Reforma Agrária” que deveria dar acesso e permanência às famílias nos lotes, incentivando uma agricultura capaz de transformar os assentamentos rurais em locais de produção de alimentos saudáveis para a mesa dos camponeses e de toda a população brasileira.

Nesse sentido, afirma Oliveira (apud FERNANDES, 1996, p.14):

[...] a luta pela reforma agrária não passa apenas pela distribuição de terras, vai além [...] vai em direção a construção de novas formas de organização social que possibilitem a (re)conquista da terra de trabalho – a propriedade familiar [...] vai em direção à construção de novas experiências realizadas cotidianamente pelos trabalhadores rurais no movimento de luta pela terra.

Identificamos que o processo de expropriação camponesa que os pais sofreram a partir de década de 1970, começa a se repetir nos filhos e a procura para solução deste problema tem sido a busca de empregos ou muitas vezes de subempregos nas cidades, como forma de resistência, pois em muitos casos esses filhos vivem nas cidades mas contribuem financeiramente para a permanência dos pais no campo.

O assentamento é dividido em áreas individuais e coletivas, sendo que as áreas coletivas têm gerado um descontentamento na maioria dos camponeses justamente pela dificuldade de trabalhar em conjunto. Mas, no acampamento houve (ao menos em tese) um trabalho de discussão das vantagens do lote coletivo, ao qual todos aceitaram essa condição²⁵,

²⁵ Muitas famílias desistiram de adquirir um lote no assentamento Itamarati I devido o modelo coletivo adotado, e muitas outras mesmo não concordando com o coletivo aceitaram serem assentadas, pois depois de anos embaixo dos barracos de lona no acampamento acabaram por aceitar e ter um lote, pois se encontravam cansados de esperar pelo tão sonhado pedaço de chão.

pois como relata o Senhor Genivaldo:

Dentro do acampamento a gente conseguia se organizar [...] porque era um objetivo só né, a terra. A gente escutava que quando chegasse aqui muitos não queriam mais saber de nada disso, ia se isolar, outros em termos de região, raça e da cultura, aí eles começam a se individualizar (Entrevista concedida a Nogueira dia 12/121/2009).

Existem muitos problemas e falhas nos recursos que deveriam ser destinados aos assentados, por exemplo: o recuso do PRONAF, que deveria chegar às famílias em 2006, para a ampliação das casas já foi liberado, mas ninguém teve acesso a ele; a infra-estrutura herdada da empresa agropecuária Itamarati, especificamente os pivôs, tem criado um processo de arrendamento de quase todos os pivôs. Dos 63 instalados, há apenas um grupo de famílias que consegue tocar um pivô. Os demais alegam que o custo de manter o pivô é muito caro e decidiram arrendá-lo para quitar as dívidas contraídas através do seu uso.

A partir dessas informações adquiridas com os assentados, verificamos que o “modelo” de assentamento pregado pelos órgãos ligados à questão fundiária no Brasil e, especificamente, do assentamento em questão, não passou de mera “falácia”, pois ao pensar neste modelo coletivo não se pensou nas possíveis problemáticas que poderia ter acarretado às famílias que ali se fixavam.

Nesse caso, inúmeras famílias não aceitaram esse modelo coletivo tendo desistido de adquirir um lote no assentamento mesmo estando há anos acampados em barracos de lona a espera do lote. Durante a pesquisa de campo, entrevistamos uma família ex-brasiguai que vendeu tudo o que tinha no Paraguai para vir morar no assentamento, mas que o modelo de gestão da propriedade coletiva os impossibilitou de ficar com a terra. Segundo o Senhor Orivaldo²⁶, esse tipo de propriedade não é viável por que:

Nós não somos assentados porque a gente é acostumado a trabalhar do nosso jeito, chegemo aqui e quiseram impor, tinha que ter uma linha de trabalho do jeito que eles queriam, nós optamos por não pegar esse assentamento aqui [...] nós achamos que não ia virar esse modelo, que era um projeto do Superintendente da época, o Bonelli fez mas não deu certo, e nunca vai dar certo [...] . O nosso objetivo é ser assentado, a gente ta mexendo e aguardando [...] onde sair a gente vai (Sr. Orivaldo, entrevista concedida à Nogueira dia 30/04/2010).

Os pivôs geraram e tem gerado nos camponeses o endividamento a partir do seu uso. Isto ocasionou o empobrecimento das famílias. A impossibilidade de acionar financiamentos acirrou esta situação e, conseqüentemente, a venda de lotes para muitos assentados passou a

²⁶ “Ex-brasiguai” que mora de favor na casa de amigos, assentamento organizado pelo MST.

ser a solução.

Para Fernandes (2005), o processo de empobrecimento e expropriação das famílias trabalhadoras rurais tem como causa principal a sujeição da renda da terra ao capital. Como os camponeses não se apropriam da maior parte da riqueza produzida pelo seu trabalho, e que é necessária para o seu desenvolvimento socioeconômico, inicia-se um processo de decadência das unidades familiares, levando à expropriação com a concentração de renda e da propriedade nas mãos dos capitalistas.

Dessa forma, verificamos um grande número de propriedades que foram adquiridas via compra. Muitos assentados não conseguiram se adaptar, ou não conseguiram gerar renda, pois os recém assentados muitas vezes não tem recursos próprios para fazer produzir, construir as casa, fazer a ligação de água e energia elétrica por esta razão, acabam se desfazendo do lote e indo morar nas cidades. Muitos deles retornaram aos acampamentos para novamente retornarem à terra.

De acordo com Almeida (2011), o campesinato está em constante transformação, e sua fixação na terra não é estática, desta forma, esse movimento revela o contraditório de resistência na terra, ele nasce na terra, vai para a cidade e retorna na terra para sua reprodução (Informação verbal)²⁷

E nesse movimento de luta pela reprodução da vida esse se tornou um bom momento para os brasiguaios que gostariam de retornar ao Brasil, pois muitos foram contemplados com um lote durante a criação do assentamento e muitas outras famílias compraram o direito ao lote, e encontram-se legalizados pelo INCRA.

Observamos que há no assentamento um grande número de venda de lotes por parte daqueles que não se adaptam ao trabalho rural ou não conseguem produzir e, assim, acabam vendendo o direito do lote. Vemos que após a criação do assentamento, as famílias passaram a executar o trabalho, que foi pensado para ser coletivo, de forma “individual”. Muitas vezes, os movimentos socioterritoriais lá existentes não conseguem se unir para requerer melhorias para o assentamento; então, o que verificamos é que a luta fica restrita a cada movimento, dificultando possíveis melhorias uma vez que os próprios movimentos se individualizaram na luta pela permanência da terra.

No assentamento existe um grupo de três Irmãs Religiosas da Congregação das Irmãs de São José – ligadas à igreja católica, Ir. Olga Manosso, Ir. Gema Menegatt e Ir. Maurília com o objetivo de trabalhar nas comunidades e formar grupos onde os assentados possam se

²⁷ Argumentos fornecido por ALMEIDA. R. A., no Encontro de Capacitação para Formação de Agentes da CPT-MS realizado em Dourados, em abril de 2011.

organizar para ter mais força política com intuito de atrair melhorias às famílias, pois os órgãos ligados à questão agrária pouco contribuem para essa questão:

Os movimentos sociais em si CUT, MST, FETAGRI, AMFFI, não conseguem se reunir e formar um grande grupo organizado para requerer melhorias para todo o assentamento. Cada movimento isoladamente tenta falar com o prefeito ou órgãos ligados à terra, dessa forma ficam sem retorno por falta de organização política dos mesmos (Irmã Olga Manosso, entrevista concedida à Nogueira dia 28/06/2009).

Mas segundo Ir. Olga existe no assentamento um outro problema político: a não transferência do título de eleitor para o município de Ponta Porã. Logo, um expressivo número de camponeses não exerce seu direito de votar e escolher seus representantes políticos para representá-los nos governos Federal, Estadual e Municipal. Eles parecem desconhecer que a união de sua classe os fez conquistar a terra, mas que também podem requerer melhorias para a qualidade de vida de suas famílias, pois a luta não pode parar. Segundo as palavras de Irmã Olga:

Eu não sei tudo, mas, sei que a saúde, educação [...] então vem dinheiro à base dos eleitores, daí não teve esses eleitores, e o prefeito alega em parte é verdade, que não consegue verbas para atender o assentamento, porque o pessoal não transfere o título de eleitor (Entrevista concedida à Nogueira dia 28/06/2009).

Nesse caso, a CPT tem atuado no assentamento para dar o mínimo de apoio aos camponeses através de projetos específicos como: diversificação da produção na propriedade camponesa; produção agroecológica; na formação de lideranças através de cursos; e, ainda, buscando parcerias para pequenos projetos de geração de renda e parcerias para a captação de água da chuva através de financiamentos para a construção de cisternas.

Em diversos momentos, a CPT-MS proporcionou apoio para atividades de intercâmbios entre grupos de camponeses de outros assentamentos, buscando compreender técnicas para a produção agroecológica, e novas formas de conhecimentos sobre a possibilidade de aumento na produção de leite através do Projeto Balde Cheio²⁸.

Através da CPT, foi possível buscar parcerias com outras entidades como APOMS (Associação de Produtores Orgânicos de Mato Grosso do Sul) e CÁRITAS (Entidade ligada à Igreja Católica que visa trabalhar com a população humilde urbana e rural), contando sempre com a dedicação desempenhada pelas religiosas como ponto de apoio para o trabalho da CPT.

Atualmente, além das religiosas, há um técnico agrícola, fruto da Escola Família

²⁸ Projeto desenvolvido pela EMBRAPA de São Carlos-SP, visando melhorar a produção de leite, através da grama tífido 85, em sistema de piquetamento com rodízio do gado leiteiro

Agrícola e também filho de ex-brasiguaios. Esse técnico reside no núcleo urbano, é funcionário da CPT, em parceria com a Associação das Irmãs de São José, com objetivo de prestar serviços aos assentados, trabalha diretamente com o núcleo de agroecologia do assentamento Itamarati e acompanhamento dos grupos de famílias que fizeram financiamentos de pequenos projetos de geração de renda.

De acordo com Fernandes (2011) em entrevista ao jornal online IHU:

Hoje, os assentados não têm uma forma de organização política para impor ao governo uma política pública. Tanto que apresentam pautas de reivindicação. Eles vão lá e pedem, não mandam. Os assentados e pequenos agricultores não têm poder como o agronegócio. Esse, sim, impõe sua pauta de desenvolvimento para a agricultura ao governo (IHU – 01/07/2011).

Dessa forma, a CPT tem atuado no assentamento Itamarati I e Itamarati II, na busca de levar às famílias a possibilidade de permanência nos lotes através de projetos e parcerias, ao qual deveria ser papel do Estado através da luta conjunta dos movimentos socioterritoriais.

As religiosas que participam da CPT além do trabalho concreto na luta pela permanência na terra ainda atuam diretamente no apoio aos assentados envolvidas nas mais diversas situações, como no apoio religioso e espiritual buscando através da oração, doação e atenção consolar as famílias diante de momentos difíceis ao qual estejam passando.

Mesmo com o apoio da CPT, a territorialização destes ex-brasiguaios e de centenas de famílias camponesas advindas de várias regiões do Estado no assentamento Itamarati I tem mostrado que um grande assentamento como esse não pode ser chamado de “modelo”, uma vez que não se levou em conta as diferentes territorialidades produzidas no assentamento.

Os ex-brasiguaios encontram-se presentes por quase todos os movimentos socioterritoriais do assentamento Itamarati I, exceto na AMFFI. A partir da pesquisa de campo verificamos que representam cerca de 20% da população, onde a FETAGRI concentra o maior número de famílias advindas do Paraguai.

Pretendemos aqui tratar de algumas particularidades dos três movimentos socioterritoriais que nos propomos a estudar. Não entraremos em detalhes, pois já apresentamos esses movimentos no capítulo 1. Destacaremos apenas alguns aspectos que achamos importante discutirmos: o grupo M4 “Ar Livre” ligado à FETAGRI, o MST e a CUT.

3.2 FETAGRI: Grupo M4 “Ar Livre”

Já vimos no item anterior que a distribuição das famílias em torno dos pivôs foi pensada para ser um modelo bem-sucedido. Isto ocorreria através da obtenção do lote e do trabalho coletivo.

A área da FETAGRI foi dividida da seguinte forma: núcleo urbano, área de pivô (15 pivôs), área sequeira, área de bacia leiteira e gado de corte, e a chacinha ou para-rurais. O assentamento dessas famílias ocorreu em 02 de junho de 2002. Eles estavam acampados próximo à ponte do rio Dourados.

O assentamento das famílias no lote foi muito sofrido, pois segundo o relato deles, além de passarem meses nos acampamentos à espera de suas terras tiveram também que montar barracos de lona aguardando a liberação de verbas para a construção das casas. Esta espera levou de 10 a 12 meses.

No período em que entraram nos lotes havia apenas a terra nua, sem árvores (exceto na área de reserva). Os assentados tiveram que recomeçar tudo novamente, desde a construção dos barracos até a captação de água para consumo que era captada do rio, plantio de árvores, e cultivo da terra. Essas famílias encontraram inúmeras dificuldades ao chegarem aos seus respectivos lotes. Contudo, segundo eles, essa conquista representou a consolidação de um sonho. Assim diz o Sr. Miguel:

Tivemos bastante dificuldade, porque não tinha nada, árvore, nenhum pé de fruta, era um solão. A dificuldade é que demorou um pouco pra vim recurso, não tinha energia, não tinha água, tinha que puxar água lá do rio. Nós recebia cesta do governo do Zeca, nós ganhava cesta no acampamento, depois que entramos no lote ganhamos cesta por mais um ano. Não era suficiente para toda família. Tinha família que dava, pra nós não dava ajudava bastante mas não dava, só que ele (marido) trabalhava, plantava feijão, trabalhava pros outros, fazia de tudo um pouco. Mas não foi fácil, levou três anos que veio energia, daí o poço eles cavucaram e nós tirava água manual (Entrevista concedida à Nogueira, dia 12/12/2010).

No princípio, construíram os barracos e começaram suas vidas. A diferença é que o lote agora pertencia a eles e às suas famílias. Aos poucos tudo foi se organizando: plantavam feijão, milho, mandioca, e criavam animais para o consumo da família. Eles organizaram seus respectivos lotes, dando-lhes um aspecto individual. As pesquisas de campo nos permitiram verificar a territorialidade no tocante à construção das casas, disposição da tulha, organização da área de autoconsumo tais como: horta, pastagem, criação de pequenos animais, etc.

Apenas um grupo de todo o assentamento toca o pivô. Em outras palavras, apenas o

Grupo M4 “Ar Livre” da FETAGRI composta por onze famílias tocam o pivô. Todos os demais pivôs são arrendados à agricultores, em sua maioria para fazendeiros da região.

Verificamos nas entrevistas que as famílias pertencentes ao grupo “Ar Livre” contam com maior renda nas colheitas em relação aos demais grupos que arrendam essa área. Isto acontece por que eles conseguem se organizar e tocar a área irrigada, sendo que dividem por igual entre as onze famílias as despesas e as receitas, e ainda possuem um caixa em nome do grupo que sempre possui uma quantia de reserva como estratégia para subsidiar as despesas com os plantios, ações futuras tais como aquisição de sementes, insumos e energia elétrica, no caso de uso do pivô.

Segundo o Senhor Werno esse grupo tem uma renda média que gira em torno de dez mil reais de cada colheita. Como já dito anteriormente, os próprios assentados do Grupo M4 “Ar Livre” tocam a área do pivô sob forma de trabalho coletivo. Um aspecto peculiar neste grupo é que todos são “ex-brasiguaios”. Além disso, a maioria das famílias tem afinidade quanto à vizinhança que construíram no Paraguai e eles foram assentados no mesmo grupo neste assentamento. Esta área coletiva de cultivo da soja e milho irrigado é a principal fonte de renda das famílias.

Coletivamente, para cultivar a área do pivô foi necessário ter a experiência com uma técnica (uso dos pivôs). Há também o fato de que existe um elevado custo para mantê-lo ligado em períodos de longa estiagem. De acordo com Senhor Werno:

Esse é o único grupo que toca o pivô, é complicado, mas dá pra levar, dá certo, mas... É que aqui tem muita gente da mesma cultura, mas os outros grupos não, daí não dá certo a mistura de grupos. [...] tem cinco famílias que moravam perto de onde nós morávamos que moram aqui, inclusive meu compadre, padrinho da menina. Aqui nós fazemos o seguinte, cada colheita tem um caixa, uma conta no banco, do grupo, tá no nome de duas pessoas, daí é formado um caixa e colocado quatrocentos, quatrocentos e poucos sacos pra manter a despesa do pivô como energia, plantio, etc (Entrevista concedida a Nogueira dia 12/12/2009).

Esse grupo, assim como os demais, tem uma área individual com aproximadamente 4,8 hectares para cultivo de autoconsumo evidenciada na foto 8 que trata especificamente da área individual da família do Senhor José. Nesta área, tem um plantio irrigado com consórcio de tomate, batata e couve e também cultivo de milho sequeiro para o consumo familiar e para vender para a própria vizinhança e/ou pessoas da cidade que por ventura procurem um produto que esses camponeses dispõem no momento.

Foto 5 – Área individual de autoconsumo: produção irrigada consorciada com plantio de couve, tomate, batata. Propriedade do Sr. José, Grupo M4 “Ar Livre”, da FETAGRI.



Fonte: Nogueira, 24/03/2010.

Contam com o gado leiteiro para aumentar a renda familiar, cuja produção é entregue ao laticínio. Porém, alegam não ser um bom negócio devido ao elevado custo de produção, aliado ao baixo preço pago pelo laticínio.

Contudo, 100% das famílias entrevistadas responderam que a produção de leite é a segunda principal renda familiar, contando também com a produção de horta, ovos e pequenos animais como patos, galinhas e porcos. Para estes assentados e assentadas, o gado leiteiro tem sido a possibilidade de aumento da renda familiar camponesa. Eles vêem neste setor da produção a possibilidade da alternativa de consumo e venda dos frutos que a terra, juntamente com a força de trabalho, lhes proporciona, negando a possibilidade de acumulação capitalista.

3.3 CUT

Ao estudarmos sua forma de organização e territorialização, verificamos que o assentamento organizado pela CUT também sofreu diversas transformações ao longo dos anos de existência. Temos então que esse formato original não existe mais, ou nunca existiu, ou seja, a partir do momento em que os assentados assumiram seus respectivos lotes passaram a expressar suas territorialidades.

Vemos que o assentamento CUT também foi constituído sob forma coletiva, tanto na área irrigada (pivô) com média de 5,5 ha quanto na área sequeira de 6,8 ha, mas também dispõe de 5 ha individual destinado à área de subsistência onde se localizam as casas. Como nos demais movimentos existentes no assentamento, essa área coletiva não existe mais. Os camponeses deixaram de tocar os pivôs sob forma coletiva depois de terem se endividado e decidiram arrendar essa área coletiva tanto irrigada como sequeira como forma de manutenção e permanência na terra. Segundo eles, essa foi uma alternativa de continuar vivendo no assentamento.

Pesquisamos quatro famílias do grupo CUT, e verificamos que nesse grupo não foi apenas a problemática dos pivôs que fez o trabalho coletivo ser extinto, mas a má administração dessa área tanto dos recursos liberados quanto do uso de maquinários utilizados pela liderança.

Segundo o assentado Senhor Edgar²⁹, existiam duas lideranças e os recursos eram repassados na conta dessas duas pessoas, para, então, serem destinados à aplicação naquilo que o grupo decidisse fazer. Mas, essa prática durou pouco tempo, pois a liderança parou de pagar o financiamento, vendeu alguns implementos e foi embora sem dar satisfação. Assim, por falta de pagamentos, o restante dos implementos foi recolhido como forma de quitação dos financiamentos.

Então quando eu preciso de trator eu pego do vizinho do outro grupo, porque a firma levou tudo embora. É porque o rapaz que era liderança [...], o financiamento saía tudo no nome dele e de outro, daí ele foi embora e parou de pagar, ele falou que ia levar a plantadeira nova pra consertar, daí eu fui lá buscar a plantadeira e o mecânico falou que ninguém deixou plantadeira nenhuma lá, ele deu fim (Entrevista concedida à Nogueira dia 12/12/2010).

Há pessoas de má fé agindo não apenas neste grupo, mas também em outros. Verificamos casos semelhantes em outros grupos dos demais movimentos. Esta prática deixa os assentados em uma situação de eterna desconfiança no que tange a assuntos e decisões que devem ser tratadas em conjunto, o que inviabiliza o trabalho coletivo.

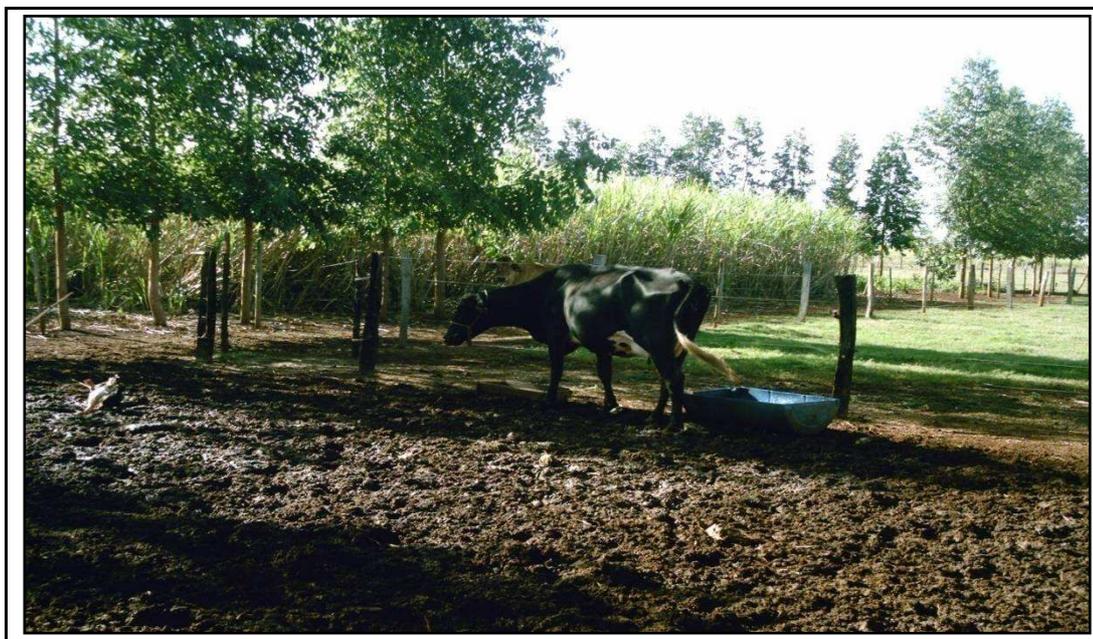
Assim, como nos demais movimentos, a CUT optou pela “parceria” na área coletiva, contando, segundo esses entrevistados com uma receita fixa de 4 mil reais por colheita de soja a cada família.

Porém, vemos na área individual uma diversificação na produção como: milho, abóbora, mandioca, feijão, horta, frutas, pequenos animais para o consumo da família e,

²⁹ “Ex-brasiguaió” do grupo CUT, lote 232.

também, a pastagem para criação de gado leiteiro (foto 6) que complementa a cesta básica com a venda do leite diretamente para o laticínio.

Foto 6 - Criação de gado leiteiro no lote individual da família Lima



Fonte: Nogueira, 20/07/2010

Portanto, é possível verificarmos na área individual que o camponês tem capacidade de recriação, pois ele produz aquilo que pode ser produzido de acordo com suas condições financeiras, do clima, do relevo, do tipo de solo, etc. Nesta área cultiva-se aquilo que necessitam para comer, tratar dos animais e ainda vender o excedente.

3.4 MST

Como nos demais movimentos existentes no assentamento, o MST também arrenda área do pivô por motivos semelhantes ao demais. Neste caso, os assentados recebem dos arrendatários em média apenas três mil reais para cada colheita. No entanto, segundo relatos dos assentados esta é a única opção que lhes resta, pois muitos ficaram endividados e por não terem o dinheiro necessário para quitar os débitos bancários, eles não conseguiam acessar novos créditos, restando para estes a opção de arrendar essa área, ou como preferem chamar de “parcerias”.

Dessa forma, o arrendamento dos pivôs passou a ser uma estratégia de resistência camponesa, uma vez que a herança do grande empreendimento agropecuário (pivôs) existe no assentamento.

Esses camponeses ficaram dependentes do agronegócio e, principalmente, das empresas multinacionais que detêm o monopólio das sementes, dos insumos, da compra e dos preços fixados por elas.

Entretanto, mesmo sendo cercados e manipulados pelo agronegócio, as práticas camponesas são evidentes quando utilizam o lote individual para o plantio de autoconsumo. Neste lote, existe a casa, a horta, o pomar e pequenos animais para o consumo, podendo também ser destinado à comercialização, geralmente para a vizinhança. Há também a criação de gado leiteiro. O leite é então entregue à empresa de laticínio, e vende-se algumas cabeças (machos) para complementar a renda camponesa.

Foto 7 – Vista parcial do quintal e mangueira do Sr. Genivaldo, assentado no MST



Foto: Nogueira, 12/12/2009.

A respeito da economia nos assentamentos, Woortmann (1983, p. 58) discorre:

A criação tem como função garantir a reprodução do grupo familiar e não propiciar a acumulação capitalista (apropriação do sobretrabalho de outrem). É também uma espécie de poupança para os dias menos afortunados, pois ela permite certa garantia

de consumo e renda monetária. Ela teria, por essa perspectiva, um papel complementar à lavoura, tanto no sentido do consumo direto, como de renda monetária para a família, derivando desta lógica a não classificação, ou melhor, a não separação por parte dos assentados entre agricultores e criadores. Por outro lado, o estranhamento em relação ao termo pecuária não se trata de uma irracionalidade, mas dá-se pelo fato de que a atividade pecuária liga-se a idéia de grande propriedade, enquanto a criação é um componente básico da reprodução camponesa, espécie de binômio roça-criação.

Para esses assentados, além da renda obtida a partir da comercialização do leite ao laticínio, a criação de gado e de outros animais pode garantir alimento direto, ou indireto feito a partir da carne, como: lingüiça, chouriço, torresmo, banha (foto 8), sarapatel (feito dos miúdos: fígado, rim, coração, etc.) destinado tanto à família quanto à vizinhança. Nesta pesquisa de campo, verificamos o importante papel que a vizinhança desempenha no modo de vida camponês, já que as famílias se ajudam mutuamente, seja no trabalho do lote seja no ato de carrear bovinos e suínos para o consumo.

Foto 8 – Fritura de toucinho suíno e confecção de torresmo e banha, lote do casal Shneider, Grupo 6 MST

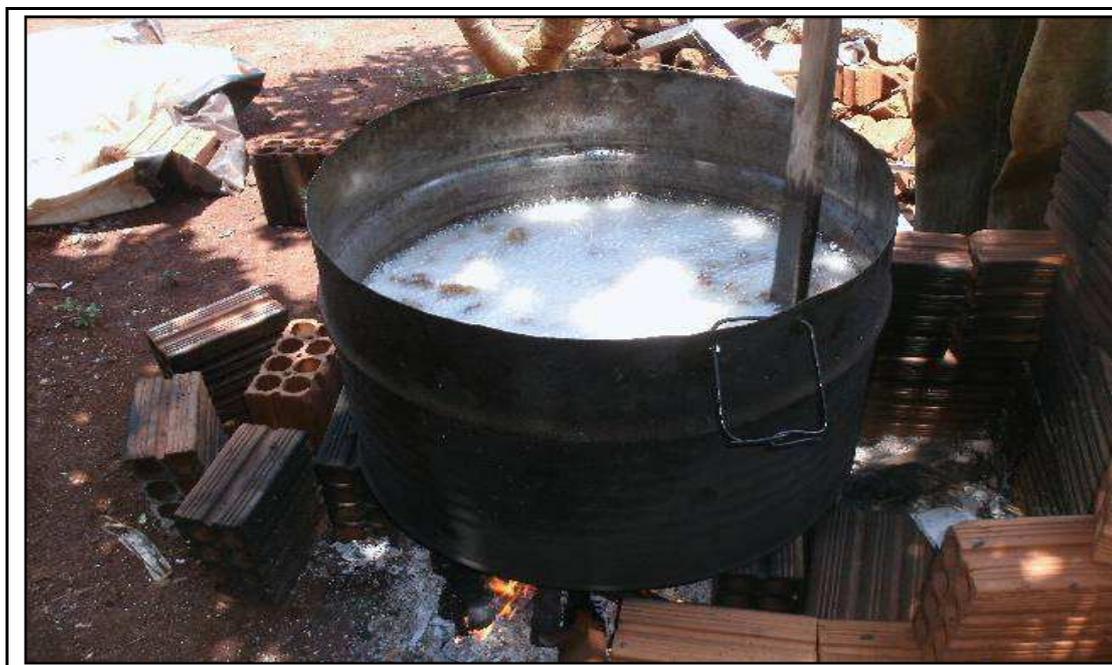


Foto: Nogueira, 12/12/2010

A criação de animais garante ainda uma renda extra quanto à venda de algumas cabeças³⁰ nos períodos em que a família necessite de uma maior renda, como, por exemplo,

³⁰ Neste caso, os assentados comercializam os machos, pois a fêmeas são destinadas à produção leiteira.

para um tratamento médico-hospitalar. Todos os entrevistados da CUT, MST e FETAGRI alegam que o serviço público de saúde oferecido no posto de saúde do assentamento encontra-se deficiente e insuficiente. O que pode verificar no estado de conservação do posto de saúde do assentamento (foto 9).

Foto 9 – Vista da entrada do posto de saúde do assentamento Itamarati I



Foto: Nogueira, 12/12/2010

Os entrevistados reivindicam maior atenção do governo no que diz respeito à saúde pública e à permanência deles no lote rural. Eles alegam terem sido esquecidos tanto pelo Governo Municipal quanto pelo Governo Federal:

Olha esse Puccinelli [...], no governo do Zeca vinha ajuda [...] aí depois que entrou o Puccinelli acabou tudo. Vinha empréstimo do banco, depois todo mundo pagava. Tinha caminho arrumado, depois que o Puccinelli entrou, vieram arrumar as estradas agora, não dava nem pra passar, aí por causa das políticas arrumaram os caminhos (Dona Josefa, entrevista concedida à Nogueira dia 12/12/2010).

Dessa forma compreendemos que os problemas da “Reforma Agrária” no Brasil se dá através de forças antagônicas de jogos políticos e de poder, isso fica expresso na fala de Dona Josefa, quando afirma que o atual governo do Estado de Mato Grosso do Sul (André Puccinelli) só arrumou as estradas onde há tempos se encontravam em péssimo estado de tráfego no ano eleitoral, como forma de mostrar sua “eficiência” para que pudesse ser visto e

lembrado nas urnas.

Ao mesmo tempo em que encontramos assentados felizes de estarem morando no campo, há insatisfações: é preciso saúde e educação pública de qualidade, estradas em bom estado de tráfego, água limpa e encanada, energia elétrica, espaços de convivência e lazer, transporte público, financiamentos bancários, subsídios para construção e/ou ampliação das casas, escoamento da produção, incentivo para a diversificação da propriedade, suporte técnico para o plantio entre outras necessidades. Em suma, o campesinato necessita que o Governo possa oferecer todas as possibilidades de permanência na terra.

Durante anos de convivência com pessoas ligadas à CPT Regional do Mato Grosso do Sul e durante a pesquisa de campo, pudemos verificar um número elevado de famílias assentadas que vendem seus lotes no Assentamento Itamarati I, ou o direito dos mesmos, já que a maioria ainda não possui a escritura da terra. Isto é decorrente do fato de que o movimento de permanência na terra não é estático, muito pelo contrário, a criação de assentamentos por si só não é capaz de fixar o homem na terra, haja vista que cada família tem autonomia para decidir o que julga melhor. Então temos um movimento de luta e conquista da terra, aqueles que não se adaptam, vendem os lotes e voltam às cidades, e provavelmente lutarão novamente para conquistarem a terra.

Como já dito anteriormente, no início da criação do assentamento Itamarati I houve muita venda e ainda há um grande número de lotes vendidos. Os motivos são diversos. Dessa forma não podemos nos prender a dados informais dos assentados e dos movimentos socioterritoriais afirmando que as maiorias dos lotes vendidos são de famílias que vieram das periferias das cidades e, portanto não tem o “bom trato com a terra”, pois os motivos que levaram essas famílias a se desfazer de seus lotes são desconhecidos, uma vez que após a venda efetivada não conseguimos dados diretos dessas famílias, pois vendem e vão embora, dessa forma impossibilitando conhecermos os motivos reais. Dentre as múltiplas possibilidades, destacamos: a falta de recursos financeiros para fazer o cultivo da terra decorrente da demora de liberação de financiamentos, que passam desde a construção das casas, água encanada e potável, energia elétrica, etc; doenças em algum membro da família, neste caso tendo que se desfazer do lote para tratamento medico/hospitalar; falta de estudos para os filhos; “desencantamento” quanto ao local que foram assentados; brigas no interior dos grupos coletivos; corte no fornecimento de cestas básicas, e muitos outros motivos que desconhecemos. Em suma, há múltiplos fatores que levam os assentados a vender os lotes, passando desde problemas pessoais, sociais, e estruturais de falta de subsídio do governo.

Os assentados precisam de uma política que vá além da criação de assentamentos, com a preocupação de oferecer todas as possibilidades de dignidade e permanência na terra à esses camponeses.

CAPÍTULO 4 – HOMENS E MULHERES FRONTEIRIÇOS: CAMINHOS E LUTAS PARA A PERMANÊNCIA NA TERRA

No presente capítulo, buscamos apontar as características da fronteira Brasil-Paraguai, bem como identificar o homem/mulher fronteiriço do ponto de vista social, cultural e econômico, fazendo um estudo de caso com os ex-brasiguaios que se encontram territorializados no Assentamento Itamarati I.

4.1 A complexidade da fronteira

No Assentamento Itamarati I identificamos dois grupos de ex-brasiguaios, ou seja, há aqueles que foram assentados no Projeto de “Reforma Agrária”, e há também aqueles que compraram o lote. Nesse caso, verificamos que esses dois grupos trazem consigo a experiência com a terra devido anos de trabalho no campo. Mas aqueles que adquiriram o lote via compra tem maior diversificação na propriedade individual, e demonstram maior satisfação de estar na terra. Essa satisfação pode ser atribuída a maior disponibilidade de recursos próprios, pois venderam o que tinham no Paraguai para viver na terra, agora documentada, sem ameaças de ser invadida ou retomada por campesinos paraguaios.

É possível verificar as diferenças entre esses dois grupos de ex-brasiguaios em vários elementos como, por exemplo, no tamanho da casa, nas condições de uso e funcionamento das mesmas, dos aparelhos e eletrodomésticos nela existentes, na aquisição de automóveis e motocicletas, equipamentos e ferramentas de uso no campo etc, já que, com mais recursos, não precisam esperar a “boa vontade” do Governo para fazer as melhorias necessárias no lote. Há muitos casos em que os assentados preferem não acionar financiamentos para o cultivo da lavoura (no lote individual), pois dispõem de aquisição com dinheiro próprio alegando não

gostar de fazer dividas: “tem os PRONAF só que eu não quero pegar [...], nós planta é por conta própria mesmo” (Senhor Edgar, entrevista concedida à Nogueira dia 12/12/2010).

Enquanto o outro grupo apresenta menor poder aquisitivo, pois precisam esperar subsídios e financiamentos do governo para fazer as melhorias necessárias, há casos onde verificamos a obra incompleta das casas, falta de água encanada do sistema de abastecimento do assentamento e a presença de poços. Portanto, estando à mercê das iniciativas do Governo, mas os dois grupos têm algo em comum, ambos produzem a soja no lote coletivo.

Diante da distância e da facilidade de adquirir produtos como: eletroeletrônicos, confecção, calçados, perfumaria, DVDs e outros itens, a fronteira paraguaia também contribui para a aquisição de produtos proibidos no Brasil. É o caso do agrotóxico 2.4D, que pode ser encontrado e comercializado livremente no Paraguai. Desse modo, o uso desse perigoso agrotóxico é largamente empregado na lavoura de muitos agricultores da fronteira e possível de ser aplicado também no Assentamento Itamarati I, causando danos ao ambiente e às pessoas que lá residem.

Dessa forma, nem os marcos e linhas limítrofes, nem as barreiras alfandegárias são capazes de exterminar o comércio ilegal de produtos na fronteira, pois estamos falando de fronteiras que se movimentam através do fluxo de pessoas e produtos, que atraem centenas de compradores brasileiros e estrangeiros para o próprio uso ou para a revenda, pois apresentam preços mais baratos que os produtos nacionais, no caso da compra deste agrotóxico é utilizado para exterminar as “pragas” da soja, cujo qual vem alimentando o sistema do agronegócio.

No mapa 8 demonstraremos cinco situações sociais em que é possível verificarmos aspectos da territorialidade desses homens e mulheres fronteiriços que vivem no Assentamento.

Existe a mobilidade entre os limites da fronteira Brasil-Paraguai, onde ocorre a compra de muitos produtos paraguaios por esses brasileiros, devido ao atrativo financeiro que exerce em relação aos produtos nacionais brasileiros, oferecendo preço baixo. Assim relata Dona Josefa:

Pra comprar as coisas assim, é lá no Paraguai (risos), só que eu compro as coisa no Brasil também, o arroz no Paraguai ta mais caro que no Brasil. Presente eu compro no Paraguai (risos), que é mais barato, mas o arroz o óleo essas coisas assim é tudo no Brasil (Entrevista concedida à Nogueira dia 12/12/2010).

Assim também relata Dona Marisa:

Compramos em Ponta Porã e Pedro Juan porque é tudo mais barato (Dona Marisa, entrevista concedida à Nogueira dia 12/12/2010).

É possível verificar que no interior do assentamento também há um fluxo de comércio dos produtos produzidos pelos assentados, onde a vizinhança compra no próprio assentamento aquilo que não dispõem no momento. Mas essa comercialização também se dá fora dos limites do assentamento, podendo se estender as outras cidades do Estado de Mato Grosso do Sul como a capital Campo Grande, Ponta Porã, Coronel Sapucaia e também no Paraguai. Assim relata Dona Josefa: “Ah! Eu vendo os meus frangos, galinha, ovos, em Ponta Porã, em Coronel Sapucaia, quando eu vou (passear) eu levo também, e vendo tudo, até em Campo Grande” (entrevista concedida à Nogueira dia 12/12/2010).

Essa comercialização é realizada constantemente por inúmeras famílias, no caso de Dona Josefa aproveita levar seus produtos quando se desloca a passeio, visitando as filhas e os amigos que moram nos dois lados da fronteira.

A assentada Dona Josefa costuma visitar os amigos que deixou em Coronel Sapucaia, uma das filhas que reside no núcleo urbano do Assentamento, duas em São Paulo, uma em Londrina e outra em Campo Grande.

Portanto, os vínculos de parentesco do Assentamento Itamarati I vão muito além da fronteira jurídica das Unidades de Federação. Existe um fluxo de convívio e de notícias constantes entre os assentados, familiares e amigos que residem também no Paraguai, podendo ser identificadas através de telefonemas, e redes rodoviárias, que ligam todas as regiões dos Estados brasileiros como também se ligam com o Paraguai. Para Sprandel (2004, p. 168), “podemos concluir, dessa forma, que a área objeto de interesse das famílias assentadas é imensamente maior que os limites do Projeto de Assentamento”.

É importante compreendemos que essas famílias mantêm laços muito fortes de parentesco e principalmente de amizade com o outro lado da fronteira, e que esta é de fato uma fronteira móvel, onde os de lá mantêm contato com os de cá através de telefonemas, cartas e recados levados pelos outros vizinhos, e também de visitação, de ambos os lados da fronteira. Ao perguntarmos se deixaram amigos no Paraguai Dona Noemi comenta emocionada:

Deixamos muitos amigos e vizinhos muito bons lá. Eles mandaram fotos pra nós. Nós não vamos lá nem eles vêm aqui nos visitar, só recado. A minha vizinha foi lá e eu mandei recado, e ela trouxe recado. Eu tenho saudades de lá, lá tem muita gente boa (Dona Noemi, entrevista concedida à Nogueira dia 04/03/2009).

Assim também se expressa Dona Marisa:

A amizade é grande lá, que a cada pouco eu vou lá, muita gente vem pra cá inclusive

se tratar com homeopatia comigo, vem aqui porque me conhecem (Dona Marisa, entrevista concedida à Nogueira dia 04/03/2009).

Na fala de dona Marisa percebemos que há um grande fluxo de brasiguaios que atravessam a fronteira paraguaia e vão até o assentamento em busca de tratamento para a família e também para as criações (em especial gado leiteiro) através da Homeopatia³¹ - uma medicina alternativa livre de produtos químicos, elaborados a partir de substâncias extraídas da natureza, provenientes dos reinos mineral, vegetal ou animal buscando equilíbrio e saúde. Entretanto, a vizinhança também procura o atendimento de Dona Marisa.

Segundo Dona Noemi, a utilização de serviços na área da saúde pode ser encontrada no posto de saúde do assentamento, e se for algo mais grave ou específico utilizam-se dos atendimentos médicos em Ponta Porã ou Campo Grande. Mesmo tendo vivido muitos anos na fronteira paraguaia, esses camponeses buscavam atendimento no Brasil, que ofereciam mais recursos e confiança no atendimento da saúde pública, haja vista que, o Paraguai conta com saúde pública precária, e não dava conta de atender seu povo, e muito menos imigrantes. Assim relata Dona Noemi:

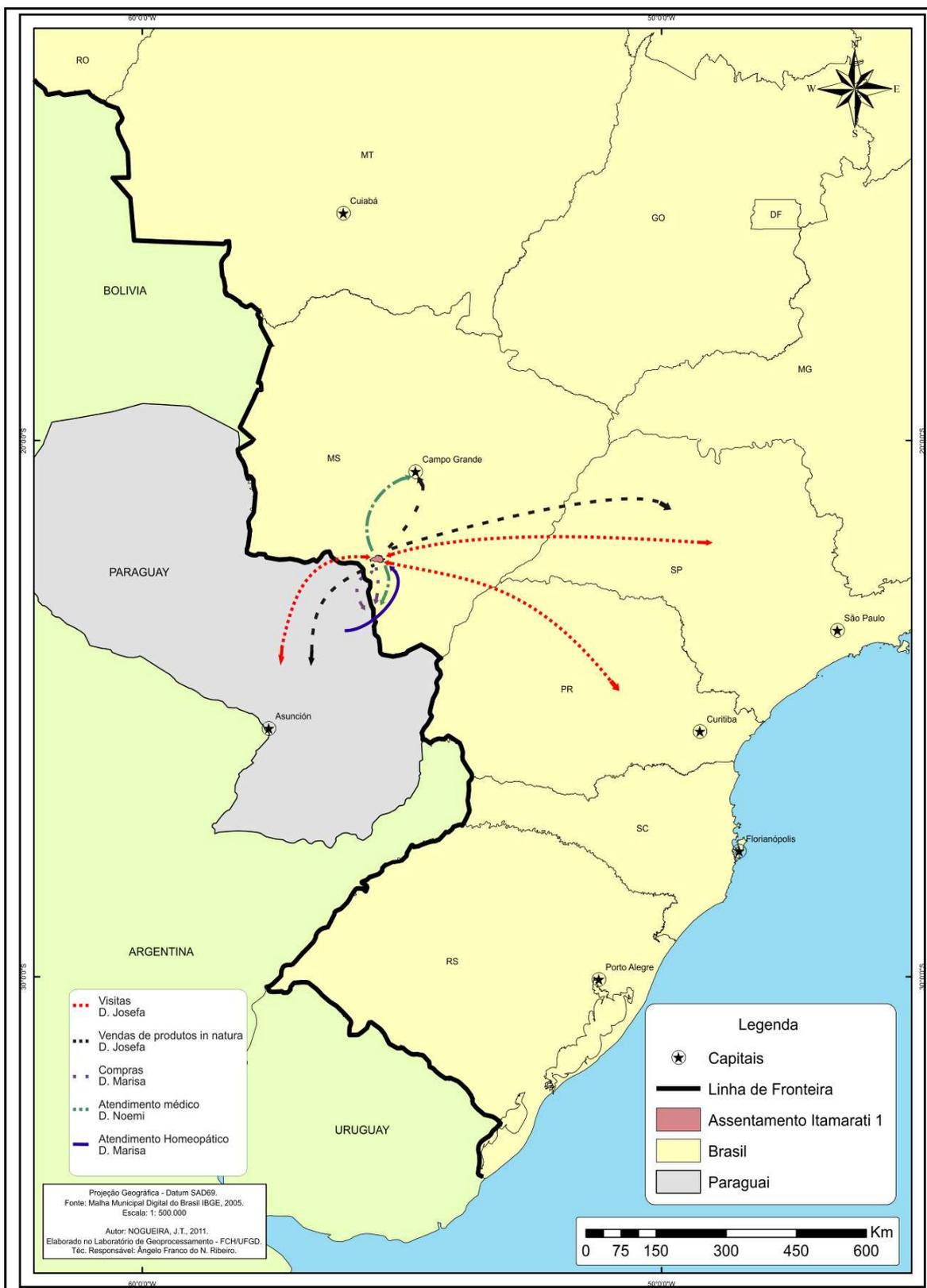
Daí nós viemos pra cá porque lá não tem assistência pra saúde, é tudo pago [...], minhas crianças ficavam doente, tinha que pagar internação, consulta, tudo (Dona Noemi, entrevista concedida a Nogueira, dia 12/12/2009).

A fronteira ao mesmo tempo, que traz uma nova forma para o homem/mulher fronteiriços em conjunto com uma nova sociedade, proporciona suas novas adaptações. Essas adaptações acabam sendo necessárias para a territorialização desses homens e mulheres fronteiriços, como pode ser elucidada na fala da Dona Noemi, quando relata a utilização dos serviços oferecidos pelo sistema de saúde pública brasileira.

Segundo Mizusaki (2009) a possibilidade e, ao mesmo tempo, necessidade de mobilidade no espaço nos revela então essa dimensão territorial da mobilidade e que no caso do campesinato, verifica-se na autonomia relativa desses sujeitos sociais. Com base nas discussões apontadas pela autora nessa obra, buscamos evidenciar também alguns aspectos dessas territorialidades na fronteira Brasil-Paraguai.

³¹ Homeopatia é um termo criado por Christian Friedrich S Hahnemann (1755-1843) para designar uma terapia alternativa que se baseia no princípio "os semelhantes curam-se pelos semelhantes". O tratamento homeopático consiste em fornecer a um paciente sintomático doses extremamente pequenas dos agentes que produzem os mesmos sintomas em pessoas saudáveis, expostas a quantidades maiores. Desse modo, o sistema de cura natural da pessoa seria estimulado a estabelecer uma reação de restauração da saúde por suas próprias forças, de dentro para fora. O medicamento homeopático é preparado em um processo que consiste em diluição sucessiva da substância, "dinamização" ou "potencialização". www.homeopatias.com – acesso em 10/01/2011.

Mapa 8 - Territorialidades na fronteira Brasil-Paraguai



Essa pesquisa nos aponta que os laços de parentesco, amizade e vizinhança são muito importantes para os camponeses. Verificamos assim que nessa territorialidade, os camponeses, “caracterizando-se como sujeitos sociais, e inseridos numa realidade social em movimento contínuo, transformam-se e, às vezes, articulam-se a essas mudanças” [...] (MIZUSAKI 2009, p. 277).

As entrevistas nos revelam que esses fortes laços eram e ainda são realizados dentro das colônias brasileiras existentes no país estrangeiro, apenas entre brasileiros, quase nunca entre brasileiros e paraguaios.

Então, podemos dizer que os brasiguaios construíram um “território dentro do território nacional” do Paraguai, de modo que o intercâmbio e relações pessoais entre essas duas nações se davam de maneira superficial. É muito comum ouvir dos ex-brasiguaios que os paraguaios são um povo “diferente”, “desconfiado”, e não relataram nenhuma amizade entre brasileiros e paraguaios, também não havendo casamento entre as duas nações. Houve caso em que uma entrevistada se mostrou totalmente contra um possível casamento entre seus filhos e paraguaios.

As colônias onde esses ex-brasiguaios moravam eram predominantemente de brasileiros, de forma que falavam livremente o português, mas nas escolas os filhos tinham que aprender o espanhol, castelhano ou o guarani – idiomas oficiais do país. Porém para as crianças era fácil compreender e aprender o espanhol e o castelhano, pois, a escola paraguaia lhes proporcionava esses três idiomas. Já seus pais pouco falavam em espanhol, de forma que os filhos carregavam o sotaque, pois aprendiam o espanhol e o castelhano na escola, mas em casa todos conversavam em português.

Diante de tais fatos, podemos verificar que durante todos esses anos (vinte ou trinta anos), brasileiros e paraguaios não conseguiram estreitar laços de amizades.

Observamos na fala dos entrevistados que há certa “rivalidade” entre esses dois povos que dividiam o mesmo território reafirmada pela força coerciva das autoridades políticas e policiais paraguaias, descrita na fala do Senhor Orivaldo:

Olha o mais difícil [...] o problema lá como é que eu vou te dizer, é a falta de apoio por parte das autoridades [...] digamos, pelo lado do preconceito, porque se você fizer alguma coisa de errado, ou certo que seja, para uma pessoa paraguaia, sem exagero, tem bem menos direito que o paraguaio mesmo (entrevista concedida à Nogueira dia 04/03/2009).

Neste caso os brasiguaios que viviam no Paraguai estavam sempre “alertas” em relação ao povo paraguaio, pois tinham conhecimento de que aquela terra que os recebeu para

construírem suas vidas eram habitadas também por pessoas que tinham modos de vida diferente dos seus, e neste caso preferiam manter uma “certa distância” ou procurar não se envolver em conflitos com eles, já que o relato de inúmeras famílias confirmava o abuso de poder das autoridades paraguaias em relação ao comportamento dos brasiguaios que lá habitavam e ainda hoje habitam.

A partir de então, o assentamento Itamarati I se configurou como uma alternativa de continuarem morando na terra, livre de ameaças, ou mesmo livre do medo de serem coagidos pela população ou autoridades paraguaias. Sentiam-se amedrontados na época em que moravam no Paraguai. Atualmente se sentem cidadãos livres para cruzar a fronteira, vender seus produtos e rever parentes e amigos que continuam vivendo no país vizinho. Nesta análise compreendemos que passaram de um povo sem pátria (quando viviam no Paraguai) a um povo repatriado e reconhecido como cidadãos comuns que têm direitos a deveres a cumprir em sua terra natal.

A vida no assentamento lhes proporcionou, além de sua terra de trabalho, a liberdade de expressar suas territorialidades, seja nos costumes, na crença, na cultura e etc. A identidade regional com o território fronteiro dessa população estudada se dá de uma forma muito natural, ou seja estes se percebem como seres fronteiriços e afirmam gostar de viver na fronteira, pois do lado de cá a vida passou a ter certas facilidades que não tinham antes, como a utilização de serviços públicos na educação para os filhos, aquisição de benefícios do Governo Federal (bolsa escola, bolsa família, auxílio doença, salário maternidade, aposentadorias, etc), e serviços de saúde.

No caso da educação, relatam que para seus filhos estudarem no Paraguai era necessário comprar tudo desde o material escolar individual até o fornecimento de giz apagador e outros instrumentos de trabalho dos professores, pois o governo paraguaio não fornecia nem o mínimo de condições para o trabalho destes profissionais. Já no assentamento afirmam ter uma educação de boa qualidade, além do governo fornecer a merenda escolar.

Ao analisarmos esses fronteiriços que ora moravam na fronteira Paraguaia e agora residem do lado brasileiro, verificamos que deslocam-se sobre os limites territoriais das nações. “E nesse sentido podemos pensar a fronteira a partir de complexas relações culturais e de poder em um mundo constituído por relações assimétricas e em permanentes deslocamentos de pessoas, mercadorias e símbolos” (ALBUQUERQUE, 2010, p. 48).

Albuquerque (2010) faz referência às fronteiras como espaços culturais híbridos, a fim de ampliar o entendimento das experiências dos brasiguaios, quanto aos deslocamentos de

peessoas, de diferenças étnicas, de gênero, de nacionalidade e de civilização, a cerca da dinâmica das fronteiras brasiguaias.

Na compreensão da fronteira Brasil–Paraguai, buscamos compreendê-las enquanto fronteira viva, do deslocamento de pessoas e mercadorias, das estratégias de cidadania e das identidades negociadas de acordo com as necessidades existentes no momento e ainda da ambigüidade vivida nesta fronteira.

Ao analisarmos os relatos das famílias pesquisadas, verificamos que, realmente se tratam de seres que sofreram dupla expulsão, sendo uma nacional (expulsão do Brasil) e outra internacional (expulsão do Paraguai) , e que tiveram de se adaptar em território estrangeiro, no tocante aos costumes, a cultura, a música, a culinária, a dança, a língua, as leis.

Muitos desses entrevistados nos revelaram essa ambigüidade vivida na fronteira, ao nos informar que os filhos nasceram no Brasil ou mesmo no Paraguai, mas que apresentam dupla nacionalidade, nos revelando que esses documentos que comprovam a cidadania dos filhos ora é paraguaia ora brasileira, dependendo do momento oportuno em que se encontram, ou seja, ele é brasileiro para ter benefícios no Brasil (saúde, educação, bolsa escola, etc), mas também é paraguaio para não lhe ser negado os direitos que eles têm principalmente ao acesso e permanência na escola, configurando o que Albuquerque (2010) chama de identidade negociada.

Assim fica expresso na fala de Dona Marisa:

Os filhos Têm dupla cidadania, é ilegal mais [...]. Eu não queria que os meus filhos fossem paraguaios, queria que fossem brasileiros, daí eu não aceitava [...], muitos registravam assim, daí eu fiz assim também. Era melhor os filhos serem registrados no Paraguai, porque na escola eles tinham os mesmos direitos dos paraguaios. Saúde pública era difícil na nossa região não tem, daí nós vinha para o Brasil nós não tinha confiança lá (Entrevista concedida à Nogueira dia 12/12/2009).

Dona Marisa e a maioria dos entrevistados vivem uma espécie de conflito ou ambigüidade quanto à pátria em que moravam (Paraguai) ao mesmo tempo em que elogiam o local, a fertilidade do solo, o clima semelhante ao de sua região de origem, a facilidade de compreensão da língua espanhola e a receptividade do povo paraguaio. Se sentiam como se estivessem no Brasil, mas ao mesmo tempo revelavam o desejo de ver o nascimento dos filhos no Brasil, de falar que os paraguaios são um povo totalmente diferentes, que foram bem recebidos, mas que não tinham muitas amizades com eles e quando tinham procuravam manter distância.

A proximidade geográfica das cidades fronteiriças - Ponta Porã e Pedro Juan Caballero, “propicia cotidianamente o compartilhamento do território e, conseqüentemente,

de toda uma produção humana, o que torna pública toda construção cultural dos fronteiriços”. (PEREIRA, 2002, p. 89). Segundo a autora, os dois lados participam das criações, onde estas constroem um sentimento de pertencimento ao lugar, e quando estas criações deixam de pertencer a um ou a outro país passam a pertencer aos fronteiriços.

Identificamos esse sentimento de pertencimento ao lugar expresso nas falas dos entrevistados, quando perguntamos como foi morar num país estrangeiro, se referiam ao Paraguai como sendo uma “extensão” do Brasil:

Pra mim foi como se eu tivesse morando no Brasil, eu dou muito valor pro Paraguai, assim, parece que eu nunca morei no Paraguai (risos) [...]. Quando eu vou pro Paraná na casa da minha mãe eu falo que vou pro Brasil, é que lá no Paraguai só tinha brasileiro e é terra roxa igual aqui (Dona Marisa, entrevista concedida à Nogueira dia 12/12/2009).

Esse sentimento de pertencimento às vezes não é muito claro para os assentados, pois verificamos na fala de Dona Marisa que ela não se sentia morando no Paraguai porque estavam sempre rodeados de brasileiros na colônia, e no assentamento ao se referir às visitas à seus familiares no Paraná, dizia que estava indo pro Brasil. Então, podemos entender que esta fronteira ora era extensão do Brasil ora extensão do Paraguai, são as ambigüidades do fronteiriço expressos nas relações cotidianas.

Dona Josefa conclui, relatando o sentimento quanto a viver no Paraguai e o momento de retornar ao Brasil: “Eu falei assim³²: não vendi nada (no Paraguai), se eu não gostar eu volto pra traz, largo tudo isso aí. Só que eu gostei sabe” (Entrevista concedida à Nogueira dia 11/12/2010).

É possível verificarmos que essa identidade que foi construída em meados da década de 1980, em torno dos brasiguaios, no assentamento não é incorporada por todos. Ao perguntarmos a eles como se autodenominam, a maioria se autodenomina como brasileiros, colonos ou assentados. Se identificam melhor com o movimento ao qual se encontram engajados. Neste caso justificam que eram assim denominados pelos paraguaio, e também no acampamento, mas no assentamento são tratados como assentados: “Nós era chamado de brasiguai no acampamento, mas era todo mundo a mesma coisa, todo mundo lutando pela mesma coisa (terra)” (Senhor Miguel, entrevista concedida à Nogueira dia 04/03/2010).

Quando perguntamos se no acampamento usaram a identidade brasiguai para conquistar a terra, todos os entrevistados disseram que usaram o nome do movimento ao qual

³² Dona Josefa ficou acampada no assentamento contra a vontade das filhas.

estavam engajados³³, no caso do Senhor Miguel: “só da FETAGRI, acho que isso não importa, brasileiro é brasileiro, só morou no Paraguai” (Entrevista concedida à Nogueira dia 04/03/2010).

Para esses assentados, a identidade brasiguaiia era muito comum no Paraguai, onde os paraguaios os chamavam assim. Neste caso a expressão e a própria identidade brasiguaiia são oportunas aos seus, dependendo de que lado da fronteira em que se encontram (FERRARI, 2008).

É importante compreender que esses ex-brasiguaios ao se autodenominarem ou denominarem os filhos invocam sua nacionalidade brasileira, mesmo os filhos tendo nacionalidade paraguaia ou em muitos casos dupla nacionalidade, “esta acaba tendo uma função operacional, marcando a diferença entre o eu e os outro”s (PEREIRA, 2002, p. 155). Dessa forma, reforçam o pensamento de pertencimento ao Brasil.

Para Pereira (2002 p. 92-93) “[...] ao escolherem a fronteira para residir, vivenciam as complexidades da relação fronteiriça, o que por sua vez influi nos processos sociais de pertença, inserção e identificação dos sujeitos.” Dessa forma, a escolha desses ex-brasiguaios residirem mais uma vez na fronteira, dessa vez do lado brasileiro, reforça esse pensamento da autora acima, identificando uma escolha de viver no assentamento que vai muito além do simples fato de reprodução camponesa, mas de pertencimento a essa fronteira que lhes ofereceu a chance de reconstruírem suas vidas, onde partilham os costumes da cultura de origem, e convivem com os costumes construídos na fronteira.

No assentamento há uma diversidade de movimentos socioterritoriais, e acaba também ocorrendo a mistura de muitas culturas que pensam agem e trabalham diferente, a esse assunto nos esclarece Ir. Olga:

Olha, eu falo como educadora popular, trabalho com o MMC (Movimento de Mulheres Camponesas), de encontrar um jeito na organização da comunidade, e eu vejo as diferenças na hora de trabalhar o lote, nas comunidades a gente percebe as diferenças (Ir. Olga, entrevista concedida a Nogueira no dia 28/06/2009)

Nesse aspecto, a fronteira também pode ser vista sob aspectos culturais, sendo determinadas através das culturas diferenciadas, ao qual verificamos que essas famílias ex-brasiguaias trazem consigo costumes próprios de sua nacionalidade sulista como, por

³³ É importante esclarecer que esses dados respondem aos questionários aplicados apenas aos entrevistados, de forma alguma afirmamos que nenhum grupo possa ter usado a identidade brasiguaiia para a conquista da terra, devido à extensão territorial do assentamento não foi possível entrevistar todas as famílias “ex-brasiguaias”, e nem era o objetivo da pesquisa, mas sim compreender o movimento de desterritorialização-reterritorialização destes no assentamento.

exemplo, sotaques, dialetos e o costume de tomar chimarrão tanto pela manhã, como pela tarde, independente da temperatura climática, mas que através da convivência no país vizinho aprenderam a fazer uso do tererê; ouvir e gostar da música paraguaia como a polca paraguaia e a guarânia; a culinária especialmente comer a chipa e a sopa paraguaia.

Contudo, os paraguaios também adquiriram inúmeros costumes dos brasileiros, expresso principalmente na culinária o hábito de comer churrasco, feijoadá, etc.

Um ponto em comum entre as duas nacionalidades é a forte religiosidade quanto catolicismo, onde é possível ver no assentamento uma festa anual em comemoração a Padroeira do Paraguai – Nossa Senhora de Caacupé, realizada por uma família ex-brasiguai que procura ao longo dos anos dar continuidade a esta tradição tipicamente paraguaia.

Verificamos que esses sujeitos ex-brasiguaios territorializados no assentamento Itamarati I, vivem um misto de ambigüidades/hibridismo, visto que ao longo dos anos vivendo na fronteira lhes propiciou a mistura de costumes, línguas, relação de pertencimento com o lugar, manifestada no hibridismo cultural particular ao fronteiriço.

Ao fazermos nosso estudo na fronteira percebemos que nela criou-se o estigma da bandidagem, e da impunidade, e a fronteira estudada não é diferente, há inúmeros relatos principalmente da mídia em torno de se explorar esse assunto, onde o comércio ilegal de mercadorias, de armas e narcóticos são sempre noticiados, criando um rótulo a fronteira Brasil Paraguai.

A criminalidade na fronteira entre o Brasil e o Paraguai é relatada desde meados do século XX, as mensagens oficiais dos governos de Mato Grosso já tratavam da violência nas localidades que fazem fronteira com o Paraguai ao qual atribuíam os crimes aos paraguaios (SPRANDEL, 1992).

As informações sobre a fronteira Brasil-Paraguai produzem generalizações e reforçam estigmas. As representações não significam ilusões ou mentiras construídas sobre uma realidade social verdadeira e concreta. Elas são parte da realidade social, são produções simbólicas repletas de significados. Essas imagens estão associadas ao fenômeno da generalização e cristalização da pior ou da melhor parte de uma determinada configuração social (ELIAS apud ALBUQUERQUE, p. 42).

Albuquerque (2010) atribui em grande parte à mídia como responsável pela acentuação desse rótulo depreciativo que se construiu a respeito desta fronteira. As regiões de fronteira são espaços territoriais e sociais muito sensíveis e de difícil controle, pois esta é geralmente zona em que as forças repressoras e fiscalizadoras do Estado têm dificuldades de exercer o monopólio das armas e das leis. “Essa falta de controle dos espaços fronteiriços

favorece a construção da imagem da fronteira como terra de ninguém” (ALBUQUERQUE, 2010, p.38).

O jornalista Carlos Wagner publicou um livro em 2003, onde denomina de país-bandido a fronteira que inicia em Ponta Porã-MS passa por Itapiranga-SC até Bernardo Irigoyen Misiones-Argentina, relatando as principais atividades econômicas do que denomina de “País-bandido”. Retratando o contrabando, roubos de carros, motocicletas e eletroeletrônicos, a pirataria, o plantio e tráfico da maconha, o tráfico de armas, contrabando de cigarros e etc. Onde neste “país” quem comanda são os bandidos através de ameaças armadas com muita violência.

[...] a fronteira Ponta Porã-Pedro Juan Caballero é conhecida como a fronteira mais violenta do território brasileiro; nela ocorrem as maiores apreensões de contrabando, o narcotráfico e a prática de outros crimes, logo, um contexto que marginaliza indistintamente seus habitantes, originando um estigma ou identidade deteriorada no sujeito que se identifica como fronteiriço (GOFFMAN apud PEREIRA, 2002, p. 61).

Para Pereira (2002, p. 83), o estereótipo associado ao povo paraguaio reforça sentimentos e relações ambíguas entre brasileiros e paraguaios, e nesse sentido vêem o Paraguai como sendo um “país onde o contrabando e o narcotráfico, ou seja, a contravenção é instituída com o beneplácito governamental, contando mesmo com salvaguarda das forças armadas”. Ou seja, o Paraguai é visto ainda pelos brasileiros como um país sem leis, dominado pela corrupção em todas as esferas, principalmente das autoridades políticas e policiais.

Os problemas relacionados à violência causada pelo uso e tráfico de drogas, assaltos, roubos, comercialização de produtos falsificados e contrabandeados são vistos por grande parte da população que vive nesta fronteira como normais.

Os ex-brasiguaios vêem o assentamento que se encontra em área de fronteira como sendo um local pacífico, bom para viver e criar os filhos. Afirmam que os jornais e revistas aumentam os fatos ocorridos. Dizem que antes de se mudarem para o assentamento esse era inclusive um medo que os afligiam, pois os amigos lhes aconselhavam a não se mudarem para a fronteira, que este era um local violento. Entretanto, com o passar do tempo viram que não era essa a realidade do assentamento que se localiza nesta área fronteiriça.

O Senhor Genivaldo morava em Santa Rita, Departamento de Ciudad del Leste. Quando perguntamos como é viver em área fronteiriça ele nos afirma: “aqui é melhor que lá (Ciudad del Leste). Ponta Porã é famosa no Brasil todo por causa das drogas, mas essa

questão é muito tranqüila aqui” (Entrevista concedida à Nogueira dia 30/04/2009).

Dessa forma, a população assentada se mostra muito tranqüila quanto a morar nesta zona de fronteira, demonstrando que a fronteira pode ser estigmatizada a partir da construção e representações que lhes são atribuídas.

Ao fazermos este estudo a respeito das fronteiras, compreendemos também que não é necessário estar em área de fronteira internacional para se constituir uma fronteira. Podemos construir fronteiras quando estabelecemos diferenças entre outros povos, outros costumes, outras etnias, entre aqueles que são diferentes, onde os grupos sociais segregam para si o “nós” como pertencentes a este, e o “outro” para grupos diferentes. Então não é necessário ultrapassar as barreiras alfandegárias ou internacionais para se criar ou ter uma fronteira, de modo que cada grupo segrega para si suas fronteiras, sendo: étnicas, culturais, sociais, religiosas, etc.

O avanço da frente pioneira e da frente de expansão está perpetrada na perspectiva do conflito, sendo, portanto uma questão de classe e não apenas cultural.

Quando entrevistamos os ex-brasiguaios que hoje vivem no assentamento Itamarati I, tentamos compreender as fronteiras existentes entre esses dois povos - ex-brasiguaios e paraguaios. Muitos relatos denotam a “etnia” como principal elemento construtor dessa fronteira. “A nossa maior dificuldade é por causa da raça, nós é da nação brasileira. Essa foi a nossa maior dificuldade. A gente tinha feito documento do imigrante e não conseguimos receber até hoje, então era uma discriminação” (Sr. Genivaldo, entrevista concedida à Nogueira, 30/04/2009).

Sprandel (1992) define que a construção da identidade brasiguaiia surgiu entre os próprios brasileiros residentes no Paraguai a partir de relatórios pastorais da igreja católica para diferenciar essa população que estava sendo expulsa da terra, dos demais brasileiros que viviam no Paraguai ou no Brasil, a fim de serem reconhecidos como cidadãos brasileiros para requererem o direito à posse da terra. Neste caso compreendemos a identidade brasiguaiia como tendo sido construída a partir da diferenciação do “outro”, mas, sobretudo, a partir da diferenciação de classe.

Dessa forma podemos pensar a fronteira como espaço de diferenças existentes entre povos de diferentes culturas, mas que podem viver na mesma pátria, ou seja, há fronteiras também entre brasileiros sulistas – vistos como “trabalhadores” e nordestinos vistos como “não aptos” ao trabalho.

Na fala do senhor Genivaldo, natural do Estado de Minas Gerais (mas se

autodenomina nortista) percebemos que há certa “negação” de sua naturalidade, talvez incorporada pelo estigma que se criou em torno dos nordestinos (entende-se aqui que os nordestinos podem ser todos os imigrantes das regiões norte e nordeste do Brasil, que “não são aptos” ao trabalho no campo, termo depreciativo comumente usado pelo senso comum). O Sr. Genivaldo nasceu no Estado de Minas Gerais, mas foi criado no Paraguai em meio à colônia brasileira com descendentes diretos de europeus. Assim expressa o Senhor Genivaldo:

A gente vê na região do Paraguai uma das grandes vantagens que a gente viu foi a parte das cooperativas dos brasileiros, eles se organizam e trabalham bem. Na verdade, o povo que vive lá hoje é de colônia alemã, italiana, eles tem um outro costume, diferente dos nortistas. Eles falam europeu né! Eles têm uma outra organização. Eu me criei no meio e acho legal, eu sou do norte, e o norte tem outro sistema né, do camponês (Entrevista concedida à Nogueira dia 30/04/2009).

Nessa construção, a autoimagem que vemos no depoimento desse ex-brasiguai é carregado de estigma e negação de seu “Eu”. Ao analisarmos sua fala compreendemos que não é apenas os sulistas que depreciam os “modos de ser” do nordestinos/nortistas. Eles próprios vêem na imagem do “outro” (no caso dos imigrantes sulistas) como sendo um exemplo a ser copiado e seguido para ter “sucesso na vida”. Não percebem que o seu discurso está repleto de preconceitos e negação de si e de suas origens.

O que podemos pensar é que o “espírito pioneiro e desbravador” desses descendentes de europeus se construíram desde a chegada desses imigrantes quando da colonização européia. Com a abolição da escravatura foram atraídos para o Brasil milhares de europeus expulsos de suas terras. Nesse contexto tem-se início a construção de um ideário em torno dessa população como sendo “aptos” ao trabalho rural, já que os nativos não se sujeitavam ao trabalho, e posteriormente com a abolição da escravatura, os negros foram “libertos”. Neste caso não serviam para o trabalho. Para Albuquerque (2010, p. 164): “A condição de imigrante em um país estrangeiro impulsiona o camponês europeu a superar os limites da agricultura de subsistência e a desejar uma ascensão social por meio do trabalho”. E ainda,

Diante das representações negativas sobre a capacidade de trabalho dos nativos, o Estado brasileiro desenvolveu uma política direcionada para a atração de imigrantes europeus. Os motivos principais dessa política oficial eram a necessidade do branqueamento da raça, a substituição da mão de obra escrava nos cafezais, o povoamento de áreas pouco habitadas nas regiões próximas às fronteiras e o desenvolvimento de uma moral de trabalho. Os europeus, principalmente italianos, alemães, portugueses, espanhóis, etc, chegavam ao Brasil imbuído dessa missão civilizadora de desenvolver o país, já que no discurso da elite, o negro, o índio e o mestiço não se adaptavam à nova mentalidade capitalista (SEYFERT apud ALBUQUERQUE, 2010 p.167).

Era e ainda é muito comum ouvirmos falar que o sulista (especialmente o gaúcho) é “desbravador” “trabalhador” e não tem “preguiça” de enfrentar o trabalho pesado. Com passar dos anos o rótulo que se criou em torno dessa população continua presente, pois muitos anos após sua chegada no Brasil seus descendentes continuam “honrando” os pioneiros.

Podemos compreender esse “rótulo” na fala do senhor Genivaldo quando relata ter sido criado no meio de colônias européias, mesmo sendo do Estado de Minas Gerais – Região Sudeste, acha interessante: “Eu me criei no meio e acho legal, eu sou do norte³⁴, e o norte tem outro sistema né, do camponês”. Em sua fala percebemos a admiração que tem em relação aos descendentes de europeus. Afirma que estes conseguem se organizar em cooperativas, e que elas possibilitam vantagens aos agricultores, mas os demais povos especialmente os assentados do assentamento Itamarati I não conseguem trabalhar em conjunto por falta de organização.

É importante salientar que, a região Sul do Brasil traz consigo longos anos de experiências com associações e cooperativas, e para se chegar onde estão levou tempo para essa construção, então não podemos nos prender ao senso comum para dizer que a região Sul (e Sudeste) é mais desenvolvida e organizada somente por causa da existência de um povo “trabalhador” descendentes de europeus.

No contexto específico entre brasileiros e paraguaios, a autoimagem dos imigrantes como “trabalhadores” em oposição à representação dos paraguaios como “preguiçosos” começou a ser construída desde o período que intensificou a frente de expansão capitalista no Leste do Paraguai na década de 1970. Galeano (1988) esteve na região naquele contexto e relatou que os brasileiros já se apresentavam como “trabalhadores”, enquanto os camponeses paraguaios eram vistos como “haraganes” (preguiçosos), só cultivavam 365 pés de mandioca por ano (ALBUQUERQUE, 2010, p. 176).

Um fator que podemos analisar a partir dessa diferenciação de “trabalhadores” (imigrantes brasileiros) e “preguiçosos” (paraguaios), pode se reafirmar no fato de que, há um grupo consolidado e respeitado que vive no Paraguai, - os proprietários de grandes fazendas, que se autodenominam como sendo os responsáveis pelo desenvolvimento e a riqueza produzida a partir do seu “empreendedorismo”, segundo os mesmos, sem eles essa região fronteira estaria “vazia” e “pobre”.

Pereira (2002), afirma que, o imaginário dos fronteirios revela o ressentimento e magoa dos paraguaios em relação aos brasileiros, a partir de alguns fatores: a rivalidade entre os índios, brasileiros (guaicurus) e os paraguaios (guarani); a influência da colonização

³⁴ No imaginário do Senhor Genivaldo o Estado de Minas Gerais pertence à região Norte do Brasil.

espanhola; o sentimento dos paraguaios pelos brasileiros mesmo antes da guerra do Paraguai, acirrando após o termino da mesma; e a tentativa de estabelecimento de uma espécie de imperialismo brasileiro sobre os demais países latino-americanos. Assim, “do mesmo modo, há no imaginário do fronteiriço brasileiro uma certa aversão às práticas do povo vizinho, seja no trabalho, seja nas relações sociais” (PEREIRA, 2002, p. 78). Para a autora, o preconceito se revela no imaginário do fronteiriço, e essa idéia que se constrói sobre o outro é a “própria negação do outro tal como ele é”.

Verificamos esse preconceito arraigado na fala da Dona Noemi:

Nessa época lá (quando migraram ao Paraguai) já tinha muitos brasileiros, tinha e tem, quanto mais o tempo passa mais entra brasileiro, agora por último que não, por causa que os paraguaios tão querendo tomar as terras dos brasileiros. Eles começaram a perseguir muito os brasileiros porque eles (paraguaios) não trabalham muito e querem ter as coisas e não tem e querem tomar (Dona Noemi, entrevista concedida à Nogueira dia 30/04/2009).

É interessante analisar que a depreciação dos paraguaios pelos brasileiros não é a única forma de expressar esses sentimentos de “superioridade”. Verificamos que o silêncio ou risos também é uma maneira de negação do “outro”.

Em alguns casos, é comum ouvir que brasileiros e paraguaios se dão bem, porém sem muita amizade “[...] a gente se dá bem com eles assim [...], mas olhavam a gente meio desconfiado, não te odeio, mas também não te quero (risos) muita amizade a gente não tinha” (Sr. Norberto, entrevista concedida à Nogueira dia 12/12/2010).

De acordo com Goettert (2008, p.10) nesta fronteira é o comércio de exportação que une brasileiros e paraguaios. Fora dessa esfera, que se dá na comercialização de produtos importados, são poucas ou nenhuma relação que se estabelece entre esses dois povos fronteiriços. “Se os brasileiros são os principais consumidores, os paraguaios são os principais vendedores: é no contato no mercado que a principal relação se dá entre o lado de cá e o lado de lá. Pouco ou nada além disso”.

No entanto, não devemos generalizar essas diferenças e sentimentos pejorativos que existem na fronteira, pois também é possível verificar pontos positivos elencados nas falas dos nossos entrevistados. Quando perguntamos como foram recebidos pelos paraguaios quando migraram para lá: “Bem, os paraguaios são gente muito boa”. (Sr. Miguel, entrevista concedida à Nogueira dia 12/12/2009).

Existem muitos paraguaios que moram no assentamento Itamarati I, que vivem do lado de cá de fronteira e participam da vida e dos costumes brasileiros, onde paraguaios e

brasileiros comungam dos mesmos direitos, ou seja, esses paraguaios em sua maioria nasceram em solo guarani, mas são registrados no Brasil, como forma de garantir os direitos e benefícios a seus filhos como: educação e saúde pública gratuitos, bolsa escola, bolsa família, etc, já que no Paraguai não há esse tipo de benefícios.

Quando perguntamos o que acham de positivo no Paraguai e aqui no Brasil o Senhor Genivaldo nos responde categoricamente assim como todos os entrevistados, que são os benefícios recebidos do governo brasileiro, onde no Paraguai não tem, ou é precário (no caso da educação):

Aqui tem estudo gratuito, apesar do governo nos partidos ter brigas, é um merecimento que dão pra nós brasileiros, brasiguaios e pro paraguaios também. Os paraguaios aqui falam o guarani puro. Aqui tem muita gente paraguaia, uns 15%. Aqui é da fronteira né!.

Na fala do senhor Genivaldo percebemos que esse estigma que se criou em torno de brasiguaios e demais imigrantes brasileiros e paraguaios no assentamento é mais ameno. Já esses ex-brasiguaios quando moravam no Paraguai construíram o que já chamamos anteriormente de “território brasileiro dentro do território paraguaio”, pois eram grandes colônias formadas em grande parte por brasileiros os chamados “brasiguaios”, ao qual em algumas localidades puderam impor seus costumes, e até mesmo a moeda brasileira.

Portanto, diversas foram as formas que o homem fronteiriço passou para organizar a sua fronteira, cultural, social ou econômica, a partir de um grupo heterogêneo no que diz respeito aos fatores culturais e sociais, já que nesta área fronteiriça do assentamento Itamarati I existem povos de várias regiões do Estado de Mato grosso do Sul, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, região Norte e Nordeste do país, e também Paraguaios.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao nos propormos a estudar a territorialidade na fronteira, fizemos um recorte espacial, tomando como estudo de caso os ex-brasiguaios do assentamento Itamarati I.

A partir da pesquisa bibliográfica em torno da questão fundiária, especificamente na região Sul do Brasil, Mato Grosso do Sul e Leste paraguaio, compreendemos uma grande problemática em torno dos trabalhadores rurais expropriados da terra. Nosso estudo possibilitou entender os fatores que corroboraram com tal situação, sendo eles: os fatores de expulsão do Sul do Brasil e de atração à região Leste paraguaia e, posteriormente, territorialização no Assentamento Itamarati I, que faz fronteira com o Paraguai.

Esses imigrantes viveram décadas em território paraguaio em grandes colônias compostas, em sua maioria, por brasileiros. Porém, com a chegada da frente pioneira também no campo Paraguaio esses imigrantes brasileiros viram-se novamente expropriados. Nesse contexto, reúnem-se em torno de uma identidade construída a partir de relatórios da igreja, e lutam pelo retorno organizado se autodenominando “brasiguaios” (SPRANDEL, 2002).

Ferrari (2009) identifica os brasiguaios como os brasileiros pobres que foram expulsos da terra, entre os quais alguns conseguiram ascender socialmente, mas a maioria não alcançou sucesso, o que levou muitos desses a retornarem ao Brasil. Ressalta, em sua dissertação de mestrado, que os brasileiros proprietários de terra são conhecidos como os “brasileiros no Paraguai”.

Mas, no decorrer dos anos, esse termo foi sofrendo alterações. Alguns autores (especialmente paraguaios) passaram a denominar de “brasiguaios” todos os imigrantes brasileiros que vivem ou viveram no Paraguai, independentemente de sua classe social.

No entanto, retomaremos aqui a afirmação feita no capítulo 1, uma vez que compreendemos os brasiguaios como uma identidade construída a partir da luta de imigrantes brasileiros que sofreram o processo de uma dupla expulsão, primeiro em território nacional brasileiro e, mais adiante, em território paraguaio. São, portanto, aqueles engajados à classe camponesa, mas que, por motivos de expropriação do campo também no Paraguai, tiveram de

se sujeitar a trabalhar em outras atividades como nos silos, nas empresas madeireiras, também como peões de obras nas cidades, pois nem todos conseguiram se engajar na luta pela terra, tendo de buscar outras formas de trabalho para continuarem sobrevivendo. Em meados da década de 1980, eram vistos, pela sociedade brasileira, como ameaça a ordem social, principalmente aos latifúndios existentes nos estados que fazem fronteira com o Paraguai.

Como já dissemos anteriormente, o nosso recorte se limita aos imigrantes brasileiros que se territorializaram no Assentamento Itamarati I. Porém, para compreendermos a territorialidade produzida na fronteira, foi necessário analisarmos o processo de implantação do assentamento em questão.

Esse assentamento foi criado pelos órgãos fundiários e pelos governos Federal e Estadual já com o estigma de “assentamento modelo”, pois apresentava uma infraestrutura jamais vista no Brasil (pivôs). Entretanto, essa infraestrutura já se encontrava em mal estado de conservação, apresentando elevado custo de manutenção para o antigo proprietário e, dessa forma, também não serviu aos assentados.

Portanto, compreendemos que, um dos grandes problemas que assola a vida dos assentados é a infraestrutura herdada da fazenda Itamarati. Nesse caso, as áreas coletivas irrigadas (pivôs) não proporcionaram a possibilidade de melhoria da qualidade de vida ou aumento da renda camponesa para centenas de famílias.

Entretanto, apenas os movimentos aos quais se encontram engajados não dão conta de pressionar o governo a fim de fazer uma Reforma Agrária capaz de redistribuir a terra de forma mais justa, igualitária e possível de transformar a vida de milhares de pequenos produtores e camponeses.

Dessa forma, a CPT tem desempenhado um papel fundamental para a permanência das famílias nos lotes, por meio de projetos que estimulem o cultivo de alimentos orgânicos, e até mesmo financiamentos de pequenos projetos para a aquisição de ferramentas de trabalho, em diversas esferas, a fim de minimizar os impactos da falta de iniciativa dos órgãos responsáveis pela “Reforma Agrária” no estado e proporcionar a melhoria da vida dos assentados.

Contudo, para aqueles que persistiram e permaneceram ou adquiriram um lote através da compra, houve necessidade de procurar parcerias, por meio do arrendamento, como estratégia de recriação camponesa para a permanência na terra. Essa foi a saída que encontraram para continuarem suas vidas no lote. Desmentindo, dessa forma, a possibilidade do assentamento voltar a ser monopolizado pelo latifúndio. Assim, conforme Mizusaki (2009,

p. 277), apesar de inseridos em um processo que sujeita a renda da terra, são constituídos de sujeitos sociais, que “inseridos em um movimento contínuo, transformam-se e, às vezes, articulam-se a essas mudanças”.

Acreditamos que a melhor alternativa para o problema agrário da falta de terra e de trabalho a milhares de famílias sem terra é a Reforma Agrária e não apenas a distribuição de terras ou criação de assentamentos sem um efetivo plano de desenvolvimento, que possibilite a melhoria efetiva na qualidade de vida de camponeses e camponesas, oferecendo-lhes condições dignas de permanência no campo.

No entanto, ao analisarmos a territorialização dos camponeses que denominamos ex-brasiguaios, nessa faixa de fronteira, verificamos que, ainda esse assentamento apresentando inúmeros problemas e descaso dos órgãos fundiários, a criação de assentamentos é viável, pois, mesmo com toda a problemática que existe nesse espaço que a pesquisa de campo nos auxiliou a compreender, é possível verificar que a renda camponesa é imensamente maior que aquela relatada nas entrevistas, haja vista que tal não se restringe apenas ao cultivo da soja/milho na área coletiva irrigada ou sequeira mas também ao gado leiteiro.

Nesse caso, compreendemos que essa renda camponesa é superior, se considerarmos tudo o que é produzido (no lote individual) e consumido, pois, os camponeses não computam o que é produzido, vendido ou consumido diariamente, semanalmente ou mensalmente, além de não necessitarem comprar o que produzem, têm sempre alimentos frescos (da época) na porta de casa. Dessa forma, tendo onde morar e consumindo aquilo que plantam, sem precisar se deslocarem de seus lotes, onde a terra lhes proporciona alimentos fartos e, por meio do trabalho, relatam nunca ter passado necessidade ou fome, pois têm sempre algo a colher para saciar a fome dos filhos.

Mas, compreendem que, se vivessem na cidade, sem espaço para produzir, suas condições de vida seria muito mais difíceis do que hoje, trabalhando e vivendo da produção de suas terras. Concordamos com Almeida (2008, p. 284) quando afirma que “a conquista do lote é também a possibilidade de segurança alimentar”.

A pesquisa nos mostrou que existem dois grupos de ex-brasiguaios no assentamento. O primeiro é composto por famílias que passaram pelo processo de acampamento e, posteriormente, foram assentadas em seus respectivos lotes. O outro grupo é formado por famílias que vieram alguns anos após a criação do assentamento e compraram (o direito do) lote com recursos da venda dos bens que conseguiram adquirir ao longo dos anos de luta e trabalho no Paraguai.

É possível verificar que aqueles que passaram pelo processo de assentamento acionam financiamentos como forma de aquisição de recursos para a construção e ampliação das casas bem como para a aquisição de sementes e insumos agrícolas, ou seja, estão à mercê dos órgãos fundiários e financeiros para permanecer no lote, haja vista que, a demora para a liberação dos mesmos acarreta perdas na lavoura.

Mas, aqueles ex-brasiguaios que compraram o direito dos lotes modificaram o perfil dos mesmos, aumentando e melhorando as casas, construindo mangueirões, chiqueiros, galinheiros, hortas, pomares e fazendo produzir alimentos para o sustento da família, podendo, ainda, vender uma parte dos produtos, pois nunca conseguem consumir tudo, sendo capazes de oferecê-los aos vizinhos e parentes que moram em outras localidades, inclusive no Paraguai.

Entretanto, nesses dois casos, além de haver uma realização pessoal por estarem assentados nessa área, há uma efetiva satisfação de viver em terra própria e poder manifestar seus desejos quanto a cuidar daquilo que agora é seu e de sua família, sem se preocupar com as autoridades paraguaias ou com a ocupação campesina em seus lotes pois, aqui, não se sentem estrangeiros, nem “brasiguaios”, são apenas assentados assim como todos os outros, dos diversos movimentos socioterritoriais, podemos dizer que são ex-brasiguaios.

Esse assentamento, criado para ser “modelo” no Brasil, nunca existiu. Há inúmeros problemas que acontecem nesse local. Um deles é a venda dos lotes. Mas, se compararmos a situação de vida e apresentação dos lotes que são vendidos e comprados, compreendemos que, quem permanece hoje no assentamento estudado são homens e mulheres que já passaram pelo período crítico dos primeiros anos de assentamento, onde há o maior número de venda dos lotes devido à falta de recursos próprios e descaso do Governo, e aqueles que adquiriram a terra via compra, de forma geral se apresentam mais estruturados.

Podemos concluir que, embora haja a predominância do arrendamento nos lotes coletivos (irrigados e sequeiros), há também a presença da territorialidade do campesinato nessa fronteira, expressa na escolha desses camponeses de viver no campo, de serem homens e mulheres que vivem e sobrevivem dos frutos do próprio trabalho que a terra dá, e que existem sentimentos de pertencimento a essa área fronteira.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, José Lindomar. C. **A dinâmica das fronteiras: os brasiguaios na fronteira entre o Brasil e o Paraguai.** São Paulo: Annablume, 2010.

_____. **Os brasiguaios e os conflitos sociais e nacionais na fronteira Paraguai-Brasil.** Análise de conjuntura. São Paulo: UNIFESP, nº 02, 23 p. fev. 2009.

ALMEIDA, Rosemeire, Aparecida, de **(Re)criação do campesinato, identidade e distinção: a luta pela terra e habitus de classe.** São Paulo: Editora UNESP, 2006.

_____. Reforma agrária e produção de autoconsumo em assentamentos rurais no Município de Santa Rita do Pardo/MS. In: ALMEIDA, R, A de. (Org.). **A questão agrária em Mato Grosso do Sul: uma visão multidisciplinar.** Campo Grande: UFMS, 2008.

BÁRBARA, Marcelo, Santa. **Cruzando fronteiras disciplinares: um panorama dos estudos migratórios.** Rio de Janeiro: Revan, 2005.

BATISTA, Luis Carlos. **Brasiguaios na fronteira: caminhos e lutas pela liberdade.** Dissertação (mestrado em geografia), Universidade de São Paulo, 1990.

CORTEZ, Cácia. **Brasiguaios refugiados desconhecidos.** São Paulo/SP. Brasil Agora, 1992.

DELLAZERI, D. **O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra no Mato Grosso do Sul – 1984 a 1993.** Rio Grande do Sul, 1993.

FABRINI, João Edmilson. **A posse da terra e o sem terra no sul de Mato Grosso do Sul.** Corumbá: AGB, 1996.

_____. **Os assentamentos de trabalhadores rurais sem terra do Centro-Oeste/PR enquanto território de resistência camponesa.** Presidente Prudente, 2002. p. 3-84.

_____. A posse e a concentração da terra no Sul de Mato Grosso do Sul. In: ALMEIDA, R, A de. (Org.). **A questão agrária em Mato Grosso do Sul: uma visão multidisciplinar.** Campo Grande: UFMS, 2008.

FARIAS, Marisa de Fátima Lomba de. **Assentamento sul Bonito: as incertezas da travessia da luta pela terra.** Tese (doutorado em sociologia) – Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2002.

FERNADES, Bernardo Mançano. **MST – formação e territorialização.** São Paulo: Hucitec,

1996.

_____. **Movimento social como categoria geográfica.** In: *Questão agrária, pesquisa e MST.* São Paulo: Cortez, 2001.

_____. **Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais:** contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais. *Observatório Social da America Latina*, v. 16, p. 273-284. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

_____. **Soberania alimentar como território.** Workshop Food Sovereignty Theory and Power. Saskatchewan-Canadá, 18 p, Nov. 2008.

FERRARI, Carlos Alberto. **Dinâmica territorial (na)s fronteira (s):** um estudo sobre a expansão do agronegócio e exploração dos brasiguaios no Norte de Departamento de Alto Paraná – Paraguai. Dourados/MS. 2008. Dissertação (mestrado em geografia) UFGD.

GERMANI, G.I. **Expropriados terra e água:** o conflito de Itaipu. 2. ed. **Canoas/RS:** ULBRA, 2003.

GOETERT, Jones Dari. “A fronteira como jogos de espelhos côncavos”: considerações sobre a construção de representações de lá e de cá em território de fronteira. XV Encontro Nacional de Geógrafos “O espaço não pára. Por uma AGB em movimento”. São Paulo, 12 p, Jul. 2008.

GORGËN, Sérgio Antônio. **Os novos desafios da agricultura camponesa.** 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2004.

HAESBAERT, Rogério, da Costa. **O mito da desterritorialização:** do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand, 2006.

MARTINS, José de Souza. **Terra de negócio e terra de trabalho: contribuição para o estudo da questão agrária no Brasil.** In: *Expropriação e violência.* 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1991.

_____. **Fronteira – a degradação do outro nos confins do humano.** São Paulo: Hucitec, 1997.

_____. **A sociabilidade do homem simples.** São Paulo: Hucitec, 2000.

MAZZAROLLO, J. **A taipa da injustiça:** esbanjamento econômico, drama social e holocausto ecológico em Itaipu. 2. ed. São Paulo/SP: Edições Loyola, 2003.

MIZUSAKI, Márcia Yukari. **Território e reestruturação produtiva na avicultura.** Dourados: Editora da UFGD, 2009.

MENEZES, M.A. **Histórias de migrantes.** São Paulo: Loyola, 1992.

OLIVEIRA, Ariovaldo, U. **A agricultura Camponesa no Brasil.** Coleção Caminhos da Geografia. São Paulo/SP: Contexto, 1991.

OLIVEIRA, Tito C. Machado de. **Tipologia das relações fronteiriças: elementos para o debate**

teórico-prático. In: OLIVEIRA, Tito C. Machado de (Org.). **Território sem limites: estudos sobre fronteiras**. Campo Grande: Ed. UFMS, 2005. p. 359-390.

PEREIRA, Jacira Helena do Valle. Educação e fronteira: processos identitários de imigrantes de diferentes etnias. São Paulo: USP/Faculdade de Educação, 2002. Tese (doutorado).

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

_____. A ordem e a desordem ou o paradoxo da fronteira. In: OLIVEIRA, Tito C. Machado (Org.). **Território sem limites: estudo sobre fronteiras**. Campo Grande: Ed. UFMS, 2005. p. 09-15.

RIQUELME, Q. **Los campesinos sin tierra en Paraguay**: conflictos agrários y movimiento campesino. Buenos Aires: CLACSO, 2003. (Colección Becas de Investigación).

RIQUELME, Marcial Antonio. Migrações Brasileiras no Paraguai. In: OLIVEIRA, Tito Carlos Machado de (Org.). **Território sem limites: estudos sobre fronteiras**. Campo Grande: EdUFMS, 2005. p. 49-80.

RODRIGUES, C. de R, SILVA, M. de. F. **Caracterização sócio-econômica do assentamento Itamarati, Estado de Mato Grosso do Sul**. Dourados, 2004. Monografia (bacharelado em geografia apresentado à faculdade de ciências humanas da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul).

SANTOS, Milton. **O dinheiro e o território**. In: Território Territórios. Programa de Pós Graduação em Geografia da Universidade Federal Fluminense – Associação dos Geógrafos Brasileiros. Niterói, 2002.

SPRANDEL, Márcia Anita. **Brasileiros de além-fronteira: Paraguai**. In: **O fenômeno migratório no terceiro milênio**. Petrópolis: Vozes, 1998. p. 113-138.

_____. Remando por esse mundo de Deus – terras e territórios nas estratégias de reprodução camponesa. In: WOORTMANN, E.F. (Org.). **Significados da terra**. Brasília: UNB, 2004. p. 150-172.

_____. Brasiguaios: conflito e identidade em fronteiras internacionais. Dissertação (Mestrado em Antropologia). Rio de Janeiro 1992.

TERRA, Ademir. **Reforma agrária por conveniência e/ou por pressão? Assentamento Itamarati em Ponta Porã – MS: “o pivô da questão”**. Presidente Prudente 2009. Tese (doutorado - Universidade Estadual Paulista Faculdade de ciências e tecnologia).

WAGNER, Carlos. **Brasiguaios homens sem pátria**. Petrópolis: Vozes, 1990.

_____. **O país bandido: crime tipo exportação**. Porto Alegre: RBN, 2003.

WOORTMANN, Ellen, F. **“O sítio camponês”**. ANUÁRIO ANTROPOLÓGICO. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, v. 81, p.164-203, 1983.

WOORTMANN, klaas. “**Com parente não se negueia: o campesinato como ordem moral**”. ANUÁRIO ANTROPOLÓGICO. Brasília: UNB/Tempo Brasileiro, v. 87, p. 11-73, 1990.

Sites:

<http://www.homeopantias.com> – acesso em 10/01/2011.

<http://historiaemprojetos.blogspot.com/> acesso dia 01/07/2011.

<http://www.ihu.unisinos.br/> acesso em 01/07/2011.

www.mre.gov.br acesso em 07/09/2010.

ANEXOS

Anexo A - ROTEIRO PARA ENTREVISTAS

FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS PROGRAMA DE MESTRADO EM GEOGRAFIA

ROTEIRO PARA ENTREVISTAS

Histórico da saída do Brasil e chegada ao Paraguai

1. Identificação: nome e idade
2. De onde saíram?
3. Quando? (ano) Por quê?
4. Tinham terras no Brasil? Quanto?
5. O que deixaram para trás?
6. Como ficaram sabendo dessas terras no Paraguai?
7. Como foi a chegada?
8. Em que colônia e local (departamento) moraram?
9. Como eram essas colônias? (mato ou desmatado)
10. Essas terras eram suas? Se a resposta for afirmativa, pergunte: quantos hectares vocês possuíam?
11. Como foram recebidos pelos paraguaios?
12. Como foi morar em território estrangeiro?
13. Quais as maiores dificuldades em viver lá?
14. Que atividade você desenvolvia no Paraguai?
15. Vocês produziam o quê? Tinham incentivos do Governo Paraguuaio?
16. Quanto tempo morou no Paraguai?
17. Quando sentiram a necessidade de retornarem ao Brasil?
18. Adquiriram imóveis lá? O quê? Quanto?

Quanto ao retorno para o Brasil

1. Porque retornaram ao Brasil?

2. Como foi esse retorno?
3. Para onde retornaram? Trajetória até ser assentado (cidade, Estado)
4. Quando sentiram a necessidade de entrar nos movimentos sociais que lutam pela terra?
5. Em qual localidade ficaram acampados? (fazenda, município, etc.)
6. Como era a vida de acampado? Quem subsidiava vocês?
7. Quanto tempo ficaram acampados?
8. Como ficaram sabendo da desapropriação da fazenda Itamarati?
9. Na luta pela terra, vocês usavam também o nome de “brasiguaios” ou apenas do movimento em que estavam engajados?
10. Em algum momento vocês sentiram ser tratados diferentes por serem brasiguaios (prejudicados ou diminuídos)? Em qual situação? (nos movimentos, e na sociedade)
11. Quanto tempo esperaram pelo lote?

Quanto ao assentamento

1. Quando foram assentados? (ano) Qual foi a sensação de se tornarem assentados, ou seja, os donos de terras?
2. Quais foram as maiores dificuldades que vocês tiveram quando chegaram ao lote?
3. O governo subsidiou esta chegada? (água, luz, financiamentos)
4. Há quanto tempo estão no lote? Tem escritura em seu nome?
5. O que produzem? Qual atividade dá maior renda?
6. Qual é a renda familiar? (mais ou menos)
7. Onde comercializam estes produtos? (vizinhança, Paraguai, Brasil)
8. Você se identifica como brasiguai? Por quê?
9. Como é ser brasiguai no assentamento? (Existe algum preconceito ou não?)
10. Você participa de qual movimento? Como é sua participação no movimento em que está engajado? O que o movimento prega ou almeja para os assentados? Por que é importante estar no movimento?
11. Como é a relação com a vizinhança? Qual tipo de relações mantém com a comunidade e com a vizinhança?

12. Deixaram amigos ou parentes no Paraguai? Costumam visitá-los? E eles vem visitar vocês?
13. Por morar na fronteira facilita a compra e venda de produtos?
14. Onde costumam fazer compras, ir ao médico, dentista? (cidade) Por quê?
15. Quais as maiores dificuldades para se manter no lote?
16. Hoje o governo brasileiro tem subsidiado o que necessitam para se manterem no lote?
17. O que acham que o governo deveria ajudar para melhorar a vida rural?